



Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Centro de Educação e Humanidades

Faculdade de Formação de Professores

Elloá Figueiredo dos Santos

**O Processo de Criação da Reserva Biológica do Tinguá: conflitos na
constituição de uma Unidade de Conservação, Nova Iguaçu–RJ (1987–1989)**

São Gonçalo

2014

Elloá Figueiredo dos Santos

**O Processo de Criação da Reserva Biológica do Tinguá: conflitos na
constituição de uma Unidade de Conservação, Nova Iguaçu–RJ (1987–1989)**



Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Orientadora: Prof.^a Dra. Cátia Antônia da Silva

São Gonçalo

2014

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ/REDE SIRIUS/CEHD

S237 Santos, Elloá Figueiredo dos.
O Processo de Criação da Reserva Biológica do Tinguá: conflitos na
constituição de uma Unidade de Conservação, Nova Iguaçu–RJ (1987–1989) /
Elloá Figueiredo dos Santos. – 2014.
153f.

Orientadora: Prof.^a Dra. Cátia Antônia da Silva.
Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade do Estado do
Rio de Janeiro, Faculdade de Formação de Professores.

1. Reservas biológicas – Nova Iguaçu(RJ) – Teses. 2. Movimentos sociais
– Teses. I. Silva, Cátia Antônia da. II. Universidade do Estado do Rio de
Janeiro. Faculdade de Formação de Professores. III. Título.

CDU 502.7(815.3)

Autorizo apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta
dissertação, desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Elloá Figueiredo dos Santos

**O Processo de Criação da Reserva Biológica do Tinguá: conflitos na
constituição de uma Unidade de Conservação, Nova Iguaçu–RJ (1987–1989)**

Dissertação apresentada, como requisito
parcial para obtenção do título de Mestre,
ao Programa de Pós–Graduação em
História Social da Universidade do Estado
do Rio de Janeiro.

Aprovada em 31 de Março de 2014.

Banca Examinadora:

Prof^a. Dra. Cátia Antônia da Silva (orientadora)
Faculdade de Formação de Professores – UERJ

Prof^a. Dra. Ana Paula Barcelos Ribeiro da Silva
Faculdade de Formação de Professores – UERJ

Prof. Dr. Renato Emerson Nascimento dos Santos
Faculdade de Formação de Professores – UERJ

São Gonçalo

2014

DEDICATÓRIA

Dedico à Deus por ter me sustentado ao longo desses anos, não me permitindo desistir dos meus sonhos, providenciando sempre o melhor. Ao Raphael por ter sido mais que um namorado, um verdadeiro companheiro de jornada, me amparando ao longo desses tão difíceis anos (tenha certeza que esse trabalho também é seu meu preto). À minha família, por ter me ajudado muitas vezes, não sem reclamação, mas presente quando a situação se apresentava sufocante. À família de Raphael por ter me cedido seu lar, seu espaço para que eu pudesse escrever parte dessa dissertação, com doçura, afeto e preocupação constantes.

AGRADECIMENTOS

Chegando a esse final de mais uma etapa vejo o quão difícil foi a jornada, percorri caminhos tortuosos, quase desisti, mas mesmo assim consegui cruzar a linha de chegada. Ao longo desses dois anos conheci muitas pessoas especiais que contribuíram cada uma ao seu modo, para a concretização desse sonho. Certamente não sonhei sozinha, pois muitos compartilharam desse sonho comigo e a essas pessoas agradeço com sinceridade de coração.

Primeiramente devo agradecer ao Senhor de minha vida, que na sua imensidão de misericórdia e amor me permitiu chegar até aqui, com a sua sustentação. Deus providenciou tudo, colocou pessoas em meu caminho que pudessem me ajudar financeiramente, emocionalmente para que eu pudesse ter suporte para dar prosseguimento ao trabalho.

Agradeço a minha família, meus pais e irmãos, que em muitos momentos estiveram me auxiliando na medida do possível para a feitura do trabalho, não sem reclamação e muitos momentos de incompreensão, mas agradeço assim mesmo! Agradeço ao meu amigo, namorado, confidente Raphael Ezequiel por acompanhar de perto o meu sonho, me ajudando de todas as formas que podia, e mesmo quando não podia ele inventava mil maneiras de tornar os momentos mais agradáveis possível. Obrigado por me acompanhar nos congressos, eventos e inclusive nas entregas de relatório, por sempre me presentear com livros e materiais que foram extremamente úteis ao trabalho, tendo a convicção que sua preocupação e carinho estão retribuídas nas páginas dessa dissertação. À família de Raphael por mostrar sempre preocupação para comigo e por me ceder durante esse período o espaço de sua casa para que eu pudesse redigir parte da dissertação.

Agradeço ao Dr. Fábio, Dra. Anna, a Dona Ana Maria, e toda equipe CEDOM que acreditaram no meu sonho e me deram um emprego enquanto eu não conseguia a bolsa. Obrigado por serem compreensíveis com as minhas limitações de horário e por sempre se preocuparem com o andamento das pesquisas.

Agradeço aos companheiros de turma do mestrado pelos momentos desfrutados, pelos almoços na cantina da UERJ, pelas brincadeiras que trouxeram mais leveza e alegria a esses anos.

Por falar em alento na jornada agradeço à Negão, Teddy, Kiko e Bred por serem tão amáveis comigo, mesmo nos momentos de profundo estresse.

À Claudia Cunha, Gabriela Borges, Pablo Alves por mostrarem que amizade verdadeira nos conduz aos mais dadivosos momentos, nos dando ânimo e colorindo a vida!

Agradeço a Maria Lúcia Alexandre, que com amizade e dedicação me possibilitou acesso aos acervos do CEDIM-IM , fundamentais para a conclusão do trabalho. À toda equipe do Jornal de Hoje, ao diretor Valceyr de Almeida, Jorge Luíz da Silva por me permitirem ficar até altas horas da noite pesquisando no acervo do Jornal e por confiar em mim ao ponto de me permitir até sair da sede com dois tomos do acervo para fotocopiá-los. Agradeço imensamente ao sr. Sinésio Madeira, funcionário do jornal por sempre me receber com um sorriso largo e ouvido atento ao que eu necessitava.

Não posso olvidar de toda equipe do MAB, Movimento das Associações de Bairro de Nova Iguaçu, presidido por Miroval dos Santos por me permitir acesso ao seu acervo, assim como me apresentando a várias pessoas que poderiam me ajudar no que eu precisava.

Agradeço a todos os *personagens que entraram em cena nessa dissertação* que me concederam entrevistas, relatos de sua vida e história, me ensinando a ver Nova Iguaçu formado diariamente por atores, muitas vezes tornados invisíveis, mas que transformam seu cotidiano de modo inventivo e tático.

À professora Dra. Cátia Antônia da Silva, por aceitar minha orientação ao longo desse percurso e por seu olhar sempre atento, interessado e sensível ao que eu tinha pra apresentar. Seu apoio, abraços carinhosos e palavras de encorajamento foram indispensáveis!

Sou grata aos professores que aceitaram compor minha banca de qualificação e defesa, por suas considerações valiosas para o redimensionamento dos rumos desse estudo.

Para o andamento e finalização dessa pesquisa necessito pontuar o agradecimento à CAPES, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, pela bolsa a mim concedida. Aos professores do Programa de Pós Graduação em História Social pelas valiosas discussões e leituras realizadas nas disciplinas ministradas, fundamentais para o redimensionamento do foco de análise.

Agradeço por fim a todos os que porventura esbarraram comigo ao longo do caminho, cujos seus nomes não foram mencionados, mas são sempre lembrados em minha mente com muita gratidão e afeto!

Por isso não tema, pois estou com você; não tenha medo, pois sou o seu Deus. Eu o fortalecerei e o ajudarei; eu o segurarei com a minha mão direita vitoriosa.

Isaías 41. 10

Os que esperam no Senhor renovam suas forças, sobem como águias, correm e não se cansam, caminham e não se fatigam. **Louvado seja o nome do Senhor!**

Isaías 40. 31

RESUMO

SANTOS, Elloá Figueiredo dos. *O Processo de Criação da Reserva Biológica do Tinguá: conflitos na constituição de uma Unidade de Conservação*, Nova Iguaçu–RJ (1987-1989). 2014. 153f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Formação de Professores de São Gonçalo, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2014.

Em 1989, após expressiva mobilização social organizada e liderada por ambientalistas e moradores da região, com o apoio de universidades como a UFRRJ e a UFRJ, além de entidades da sociedade civil da Baixada Fluminense, o governo José Sarney, através de um decreto federal datado de 23 de maio de 1989, transformou o Tinguá em *Reserva Biológica*, cujo objetivo é a proteção de amostra representativa da Mata Atlântica e demais recursos naturais nela contidos, com especial atenção para os recursos hídricos, além de proporcionar o desenvolvimento de pesquisas científicas e educação ambiental. Até aquela data, tais florestas eram consideradas como “Florestas Protetoras de Mananciais” em razão do potencial hídrico ali existente. As questões postas pelos atores, e que teriam motivado a associação, segundo o relato de moradores participantes do movimento, giram em torno prioritariamente, da proteção da diversidade biológica, a repressão às ações lesivas à preservação, a punição de crimes ambientais, mas acima de tudo partem em principal da ausência do poder público na região para prover serviços básicos de abastecimento de água e saneamento. Nota-se ainda na fala dos moradores do Tinguá a queixa da precariedade dos recursos financeiros, materiais e humanos para implementar ações para a gestão e a atividade de moradores com práticas agrícolas cuja percepção da floresta protegida parece ser a de restrição do uso. Este trabalho pretende compreender a relação entre história socioambiental e conflito a partir da participação dos moradores do Tinguá no processo de debates e de mobilização que contribuiu para institucionalização da Reserva Biológica do Tinguá, buscando desvelar as motivações para a participação por meio da análise das matérias publicadas em dois jornais locais de Nova Iguaçu: O Correio da Lavoura e o Jornal de Hoje, sendo o primeiro um semanário e o outro diário em circulação na Baixada. Além disso, utiliza-se como fonte o relato do vivido, os testemunhos elaborados por moradores locais selecionados, avaliados por meio da metodologia de História Oral, como via importante para a compreensão da leitura elaborada por esses atores sociais marginalizados.

Palavras-chave: Áreas protegidas. Unidades de Conservação no Brasil. Nova Iguaçu. Tinguá. Memória. Luta Social.

ABSTRACT

SANTOS, Elloá Figueiredo dos. *The Creation Process of biological Reserve Tinguá: conflicts in the constitution of a Conservation Unit, Nova Iguaçu, Rio de Janeiro (1987-1989)*. 2014. 153f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Formação de Professores de São Gonçalo, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2014.

In 1989 , after substantial organized and led by environmentalists and local residents, with the support of universities as UFRRJ and UFRJ , and civil society organizations in the Baixada Fluminense , the government of José Sarney , through a federal decree dated social mobilization May 23, 1989 , transformed the Tinguá in Biological Reserve , whose goal is the protection of a representative sample of the Atlantic Forest and other natural resources contained therein , with special attention to water resources , and provide the development of scientific research and environmental education . Until then, these forests were regarded as "Protecting Forests Watershed" due to there existing water potential. The issues posed by the actors, and that would have motivated the association, according to the account of residents participating in the movement, revolve around primarily the protection of biological diversity, the conservation repression of harmful actions , the punishment of environmental crimes , but above all run in the absence of the primary government in the region to provide basic services of water supply and sanitation. It is also observed in the speech of residents Tinguá's complaint precarious financial, material and human resources to implement actions for the management and activity of residents with agricultural practices whose perception of protected forest seems to be the restriction of the use. This work aims to understand the relationship between environmental history and conflict from the participation of the residents in Tinguá debates and mobilization that contributed to the institutionalization process Tinguá Biological Reserve, seeking to uncover the motivations for participation through the analysis of published materials Two local newspapers New Delhi: the Courier Crop and Newspaper Today, the first being a weekly diary and other outstanding at Baixada . In addition, it is used as a source of the story lived, the testimonies produced by selected local residents assessed using the methodology of oral history as important for reading comprehension developed by these marginalized social actors via.

Keywords: Protected Areas. Conservation Units in Brazil. Nova Iguaçu. Tinguá.

Memory. Social Struggle.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 –	Localização Geográfica da Unidade de Conservação Rebio Tinguá no Estado do Rio de Janeiro.....	63
Figura 2 –	Foto da Estrada do Comércio retirada em 2006.....	65
Figura 3 –	Mesquita, Presidente do IBMA visita o Tinguá	78
Figura 4 –	Conservação Ambiental como tarefa do 1º mundo—representantes do governo norte-americano visitam o Brasil para tratar de possíveis investimentos direcionados à proteção a Amazônia.....	81
Tabela 1 –	Unidades de Proteção criadas no Brasil e no Mundo no período entre 1900 e 1999.....	82
Figura 5 –	Prefeitos da Baixada se reúnem para discutir sobre problemas comuns	83
Figura 6 –	Vereadora do PT de Nova Iguaçu lança seu gabinete de rua.....	84
Figura 7 –	Conselho de Representantes do MAB critica prefeito de Nova Iguaçu Aluísio Gama, e a Nova Câmara.....	85
Figura 8 –	Tinguá carrega um longo sofrimento de prioridades públicas, dentre elas a falta d’água.....	86
Figura 9 –	Moradores do Tinguá se queixam do abandono da região por parte do governo municipal.....	87
Figura 10 –	Moradores de Tinguá estão revoltados com a falta de água.....	89
Figura 11 –	Moradora caminha longos percursos em busca de água.....	90
Figura 12 –	Morador do Tinguá envenena poço para impedir o furto d’água.....	91
Figura 13 –	Secretária Municipal de Indústria e Comércio de Nova Iguaçu diz que crescimento da cidade deve se dar com equilíbrio ecológico.....	93
Figura 14 –	Pesquisadores do CNPTZ são defensores da implantação do Parque Nacional no Tinguá.....	94

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AMAT	Associação de Moradores e Amigos do Tinguá
ANA	Arquivo Ney Alberto
APA	Área de Proteção Ambiental
APP	Área de Preservação Permanente
ÁRIE	Área de Relevante Interesse Ecológico
CEB	Comunidades Eclesiais de Base
CMMAD	Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento
CMNI	Câmara Municipal de Nova Iguaçu
CNPTZ	Centro Nacional de Pesquisas Tecnológicas e Zoobotânica de Nova Iguaçu
CONAMA	Conselho Nacional de Meio Ambiente
FAFERJ	Federação das Associações de Favelas do Estado do Rio de Janeiro
FAMERJ	Federação das Associações de Moradores do Estado do Rio de Janeiro
FMI	Fundo Monetário Internacional
FUNATURA	Fundação Pró-Natureza

FUNDHAM	Fundação Museu Homem Americano
FVA	Fundação Vitória Amazônica
GDN	Grupo de Defesa da Natureza
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBDF	Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal
ISA	Instituto Sócio-Ambiental
MAB	Movimento Amigos de Bairro de Nova Iguaçu
MMA	Ministério do Meio Ambiente
ONG	Organização Não Governamental
PARNA	Parque Nacional
PNMA	Política Nacional de Meio Ambiente
PV	Partido Verde
RBMA	Reserva da Biosfera da Mata Atlântica
REBIO	Reserva Biológica
RESEX	Reservas Extrativistas
RPPN	Reserva Particular de Patrimônio Natural

SEMA	Secretaria Especial do Meio Ambiente Federal
SNUC	Sistema Nacional de Unidades de Conservação
UCs	Unidades de Conservação
UNESCO	Organização das Nações Unidas para educação, ciência e cultura
UICN	União Mundial para Conservação da Natureza
WWF	Fundo Mundial para Natureza

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO.....	16
1	O SÓCIO AMBIENTALISMO E OS DEBATES EM TORNO DA HISTÓRIA AMBIENTAL NO BRASIL.....	19
1.1	Os debates da História Ambiental.....	22
1.2	A problemática socioambiental.....	28
1.3	A conservação da natureza em áreas protegidas.....	38
2	A RESERVA BIOLÓGICA DO TINGUÁ: PROCESSO HISTÓRICO DE FORMAÇÃO DA UNIDADE DE CONSERVAÇÃO.....	48
2.1	Reserva Biológica do Tinguá, tesouro de Nova Iguaçu.....	48
2.2	O processo de formação de áreas protegidas.....	51
2.3	Gênese de áreas protegidas no Brasil.....	56
2.4	A Reserva Biológica do Tinguá: uma tentativa de equilibrar consensos e dissensos no processo de formação.....	63
2.5	Aspectos históricos e geográficos da região do Tinguá.....	65
2.6	A participação dos moradores do Tinguá no processo que deu origem a Reserva - representação apresentada pelos jornais Correio da Lavoura e Jornal de Hoje.....	73
2.7	O Destino do Tinguá nas páginas do Correio da Lavoura e Jornal de Hoje.....	76
3	A VISIBILIZAÇÃO DOS RELATOS SUBTERRÂNEOS: A REPRESENTAÇÃO DO VIVIDO POR MEIO DA VISITAÇÃO AO PASSADO ATRAVÉS DA FALA DOS MORADORES DO TINGUÁ.....	98

3.1	Embates da memória e as representações da vida cotidiana.....	98
3.2.	A história oral e o relato do vivido.....	101
	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	108
	REFERÊNCIAS.....	109
	ANEXO A – Decreto nº 96.944, de 12 de outubro de 1988.....	113
	ANEXO B – Decreto nº 97.780, de 23 de maio 1989.....	116
	ANEXO C – MPF denuncia diretores da CEDAE por crimes ambientais na Baixada Fluminense Matéria publicada no Jornal de Hoje em 10 de fevereiro de 2014.....	127
	ANEXO D – Escola de Samba: Leão de Nova Iguaçu.....	129
	ANEXO E – Reportagem sobre a Reserva do Tinguá.....	130
	ANEXO F – Reportagem do Jornal do Brasil em 4 de março de 2005.....	132
	ANEXO G – Uma Baixada para além das fachadas.....	134
	ANEXO H – Localização esquemática dos municípios da Baixada Fluminense, região onde se encontra a maior parte dos municípios pertencentes à Região da Rebio do Tinguá.....	137
	ANEXO I – Remanescentes Florestais da Mata Atlantica – RJ 2010.....	138
	ANEXO J – Unidades de Conservação no Estado do Rio de Janeiro.....	139
	ANEXO K – Sítios Históricos da REBIO–Tinguá.....	140
	ANEXO L – Fotos da Igreja de Nossa Senhora da Piedade de Nova Iguassu em dois momentos distintos: (A) Foto sem data, da época em que Igreja ainda atendia à comunidade e (B) nos dias atuais, apenas a sineira, um remanescente de suas ruínas.....	141
	ANEXO M – Estação de Tinguá.....	142
	ANEXO N – Pontos de captação e armazenamento de água – Rebio Tinguá....	143
	ANEXO O – Dutos da Petrobrás que perpassam a Rebio Tinguá–transporte	144

dutoviário.....	
ANEXO P – Tipo de ocupação irregular nas margens do Rio Tinguá (Nova Iguaçu).....	146
ANEXO Q – Tomada d’água da Barragem superior da captação de São Pedro, dentro da Rebio do Tinguá.....	147
ANEXO R – Vista do escritório da Companhia Estadual de Água e Esgoto, datado de 1880, localizada na captação do rio D’Ouro, Reserva Biológica do Tinguá, RJ.....	148
ANEXO S – Adornos na captação de água, no rio D’Ouro que remetem à época do império.....	149
ANEXO T – Detalhe lateral da Ponte de Colomi, de 1887, localizada na Reserva Biológica do Tinguá, na proximidade da captação Colomi.....	150
ANEXO U – Cachoeira da Serra Velha, localizada na Reserva Biológica do Tinguá, RJ.....	151

INTRODUÇÃO

Uma histórica disputa sobre a categorização de área protegida, parque nacional ou reserva biológica antecede a criação da unidade de conservação do Tinguá, em 1989. De um lado, as concepções defendidas pelo extinto Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF) e por grupos interessados em desenvolver atividades relacionadas ao turismo de visitação da área de floresta, que advogam a criação de um parque nacional; de outro, representantes da comunidade científica, grupos de defesa ecológica, participação de organização não governamental, representação de moradores e atores locais contrários à criação do parque, em defesa de uma reserva biológica. Esta foi a memória oficial consolidada na fala dos que são partidários da reserva biológica. No entanto, até que ponto esse *discurso vencedor* corresponde ao que de fato se deu nos idos do final da década de 80. Existiriam *forças exógenas* ao contexto municipal e que estariam exercendo, de algum modo, a condução de uma orientação política em nível macro, ou seja, seguindo a esteira de preocupações do governo federal sobre a gestão do meio ambiente?

O objetivo deste trabalho é compreender a relação entre história socioambiental e conflito a partir da participação dos moradores do Tinguá no processo de debates e de mobilização que contribuiu para institucionalização da Reserva Biológica do Tinguá, por meio da análise das matérias publicadas em dois jornais locais de Nova Iguaçu: O Correio da Lavoura e o Jornal de Hoje, sendo o primeiro um semanário e o outro diário em circulação na Baixada. Além disso, utiliza-se como fonte o relato do vivido, os testemunhos elaborados por moradores locais selecionados, avaliados por meio da metodologia de História Oral.

Para tanto o corte temporal dessa dissertação se relaciona com o surgimento das primeiras mobilizações, delineado pela fala dos moradores, em torno da categorização da região. Além disso, este marco temporal se tornou oportuno no momento em que a coleta de dados nos jornais se consolidava e notávamos a intensificação da incidência destes debates tangenciados pela problemática ambiental.

Sendo assim, a nossa temática pretende abordar primordialmente duas questões fundamentais: a primeira que diz respeito a realização de um apanhado histórico acerca da problemática socioambiental no Brasil, segundo uma literatura selecionada e segundo se propõe basicamente a compreender o processo de constituição de áreas protegidas, partindo sobretudo da análise da Reserva Biológica do Tinguá, re combinado com a representação

apresentada em dois jornais locais com a fala dos moradores decodificada por meio de entrevistas.

Para tanto, partiremos no capítulo I intitulado *O Socioambientalismo e os debates em torno da História Ambiental no Brasil* com a incumbência de apresentar as discussões presentes em autores brasileiros e internacionais com relação a problemática socioambiental e suas conexões mais profundas com a constituição do campo denominado de História Ambiental, para num momento posterior pensar na gênese da constituição das áreas protegidas.

Já o segundo capítulo intitulado *A Reserva Biológica do Tinguá – processo histórico de formação da Unidade de Conservação* traz consigo a preocupação em investigar como se deu o processo que culminou com a assinatura do decreto em maio de 1989 por meio da representação apresentada em dois jornais locais, considerando ainda como alguns autores trabalham com o contexto de forte efervescência reivindicatória que marcou o final da década de 80 brasileira.

Por seu turno o capítulo III se propõe desvelar a fala dos invisibilizados, por meio da metodologia de história oral se debruça na análise do depoimento de moradores locais selecionados.

Ocorre que, se no âmbito legal a categorização é definida de forma a regular a ideia de conservação argumentada pelo conhecimento científico, a proteção da fauna, da flora local e dos mananciais de água, na prática cotidiana, o decreto não possibilita mediações eficazes para os conflitos. As ações de fiscalização do Ibama, instituição responsável pela execução da política nacional do meio ambiente, não são suficientes para conter as atividades ilegais em uma área protegida, principalmente a proibição da extração de areias e a ação de palmiteiros e caçadores, deixando vulneráveis as ações de grupos ativistas e dos atores locais em defesa da reserva biológica. Além disso, os atores que advogam a criação de um parque nacional continuam em ação, em particular aqueles que representam interesses de empreendimentos de lazer e recreação.

As questões postas pelos atores, e que teriam motivado a associação, segundo o relato de moradores participantes do movimento, giram em torno prioritariamente, da proteção da diversidade biológica, a repressão às ações lesivas à preservação, a punição de crimes ambientais, mas acima de tudo partem em principal da ausência do poder público na região para prover serviços básicos de abastecimento de água e saneamento. Nota-se ainda na fala dos moradores do Tinguá a queixa da precariedade dos recursos financeiros, materiais e

humanos para implementar ações para a gestão e a atividade de moradores com práticas agrícolas cuja percepção da floresta protegida parece ser a de restrição do uso.

Alguns conflitos existentes na região, como: vazadouros de lixo, ausência de água e saneamento para os moradores locais, ocupações irregulares, desmatamentos, aumento das concentrações populacionais para dentro dos limites do Tinguá, figuravam como conflitos existentes na época e que teriam feito parte dos movimentos que giravam em torno da necessidade de uma diminuição da pressão antrópica sobre a área do Tinguá, mobilizações estas que culminaram com a criação da Rebio em 1989.

1 O SÓCIO AMBIENTALISMO E OS DEBATES EM TORNO DA HISTÓRIA AMBIENTAL NO BRASIL

Neste capítulo pretendemos apresentar as discussões presentes em autores brasileiros e internacionais com relação a problemática socioambiental e suas conexões mais profundas com a constituição do campo denominado de História Ambiental. Acredita-se que por meio destas análises será possível compreender a atuação dos movimentos sociais, particularmente o caso do Movimento Pró-Reserva Biológica do Tinguá, na suposta garantia e promoção da sustentabilidade socioambiental frente a um contexto histórico no qual o potencial ambiental da região não foi convertido em benefícios sociais igualmente distribuídos.

Cabe ressaltar que objetivamos compreender a relação entre história socioambiental e conflito a partir da participação dos moradores do Tinguá no processo de debates e de mobilização que contribuiu para institucionalização da Reserva Biológica do Tinguá. Pensar como se deu essa participação, ponderando até que ponto a participação dos moradores foi de fato decisória nos processos de debates que culminaram com a assinatura do decreto em maio de 1989. Perceber por meio da análise de dois jornais de Nova Iguaçu como se constituíram as sociabilidades e as formas de organização, estratégias e táticas de luta, considerando se as mesmas de fato se delinearam em torno da percepção de natureza e, especificamente da carência, inseridos num cenário mais amplo de movimentos reivindicatórios na Baixada Fluminense. As questões postas pelos atores, e que teriam motivado a associação, segundo o relato de moradores participantes do movimento, giram em torno prioritariamente, da proteção da diversidade biológica, a repressão às ações lesivas à preservação, a punição de crimes ambientais, mas acima de tudo partem em principal da ausência do poder público na região para prover serviços básicos de abastecimento de água e saneamento.

Nos próximos capítulos pretendemos analisar com mais profundidade como se constituíram as sociabilidades e as formas de organização e mobilização agentes sociais, reconhecendo conflitos e identificando redes de solidariedades que se delinearam em torno especificamente da carência, inseridos num cenário mais amplo de movimentos reivindicatórios na Baixada Fluminense.

Ainda temos por intenção apresentar como diversos autores discutem a questão da Conservação da Natureza em Áreas protegidas, tendo em mente que a partir de meados da

década de 80 este passou a ser o modelo mais adotado nas diretrizes nacionais em torno da conservação e gestão de territórios ditos de valor ambiental.

Com vistas de apresentar a discussão de diversos autores que pensam sobre a atenção direcionada para a questão ambiental na contemporaneidade, nos quais debates e eventos locais e globais foram realizados nas últimas quatro décadas, com o objetivo de colocar em evidência a Natureza. Através dos temas ligados à pobreza ou ao padrão de desenvolvimento industrial-econômico diversos autores se debruçam sobre os limites e danos trazidos por este condicionamento. Conforma-se, então, o reconhecimento por esta parcela da sociedade global de que o modelo de desenvolvimento estabelecido penaliza tanto o meio ambiente quanto as populações nele imersas. Tal ponderação inaugurou um debate acerca da adoção de mecanismos que viabilizem a proteção da Natureza.

A percepção da relação do homem com o meio que o cerca representa um ponto desafiador para as análises das ciências de um modo geral. Sobre tal questão Pádua (2010) coloca que as mobilizações da rua representaram um importante estímulo para as análises sobre as influências e impactos do homem sobre o meio ambiente e sendo assim, implicaram em grande medida na formalização do campo da história ambiental. As proposições acerca das influências naturais na história humana já vinham se delineando desde a primeira metade do século XX. Contudo, as reflexões que abriram espaço para a constituição do campo de conhecimento são mais recentes, surgindo aproximadamente na década de 70 do século passado. O referido autor coloca que as mobilizações em torno das carências cotidianas e mesmo as ações públicas em torno da preservação do meio ambiente ou de áreas específicas promoveram mudanças epistemológicas substanciais nas discussões ambientais.

O avanço da chamada globalização, com o crescimento qualitativo e quantitativo da produção científico-tecnológica e da velocidade dos meios de comunicação, catalisou uma explosão de temas da vida e do ambiente na agenda política. A discussão ambiental está relacionada com o processo de globalização, campo de discussão complexo.

A nostalgia que a sociedade urbano-industrial apresenta em relação à Natureza é uma dentre muitas outras: tranquilidade, vivência em comunidade, etc. O desalento, imposto pela vida opressora e violenta nos centros urbanos, fez com que o *meio ambiente* alcançasse um extraordinário valor na atualidade. Este valor, não está somente circunscrito a uma dimensão econômica, mas, sobretudo, anima um contingente de indivíduos, movidos por valores éticos, científicos e estéticos, a seu modo e por meio de suas categorias a se manifestarem em prol da defesa da Natureza.

Nestes debates – dirigidos sob a tutela da ciência, enquanto concepção universalista de Homem, e do mercado auto-regulável – alternativas foram propostas para se realizar a defesa dos *ecossistemas* e a preservação dos *recursos naturais*. Assim, instrumentos e medidas de proteção da Natureza conformaram-se. Dentre a ampla gama de ações destacam-se as Unidades de Conservação que constituem uma política pública que se propõe a diminuir os efeitos da destruição dos ecossistemas por meio do estabelecimento de espaços naturais legalmente instituídos pelo Poder Público. Áreas, portanto, que possuem limites definidos e existem sob um regime especial de administração, por exemplo, com medidas mais restritivas em relação aquelas existentes no seu entorno.

Entretanto, cabe ressaltar que o escopo alcançado pela emergente temática ambiental e suas implicações junto a interesses particulares, transportou o debate dos centros de pesquisa, para a sociedade civil organizada – partidos políticos, movimentos sociais ambientalistas –, o cidadão comum.

Tal situação denota que a questão, por envolver interesses variados, tem por necessidade a integração e participação desta diversidade de áreas de conhecimento e setores sociais. De modo geral, os atores sociais se voltam para discussão da questão ambiental com o objetivo de garantir uma forma de promover a proteção da Natureza com distribuição equânime dos bens (diretos e indiretos) que ela proporciona. Além disto, o envolvimento no debate por parte destes diversos setores sociais tem por objetivo garantir que as ações voltadas para a proteção não se tornem prejudiciais aos seus interesses. Por um lado, há aqueles que participam de tal discussão por buscarem a defesa e permanência das práticas históricas de grupos étnicos e culturais marginais e, por outro, há os que participam com o intuito de garantir medidas políticas que não prejudiquem o crescimento econômico da sociedade ampla.

Neste relacionamento, marcado pela oposição de múltiplos interesses, nem sempre a concordância sobre as medidas protecionistas é estabelecida. O desenho que vem se conformando, a respeito do debate da questão ambiental, nas várias escalas, não tem se apresentado como favorável ao estabelecimento do consenso e/ou o envolvimento dos múltiplos interesses. Neste sentido, cada vez mais a discussão tende a cristalizar o pensamento único sobre o meio ambiente e, assim sendo, tal articulação conduz a uma completa rejeição de outros projetos sócio-ecológicos que empreendam sozinhos ou articulados a defesa da Natureza.

As dificuldades que se apresentam no contexto mais amplo da questão ambiental é também obstáculo que entrava o sucesso das Unidades de Conservação como mecanismo de preservação da natureza. Especificamente nesta dimensão da problemática ambiental, a intransigência e a invisibilidade de outros projetos societários – especificamente os ligados a saberes *tradicional-local* – igualmente interessados na manutenção da Natureza, constitui o principal desafio a ser enfrentado. Tal posicionamento, necessariamente não implica desconhecer e abdicar dos saberes *técnico científicos* na dinâmica de criação e manejo das Unidades de Conservação, mas visa somente torná-lo permeável, aberto ao diálogo e aprendizado com aqueles que possuem também *saberes* acerca das áreas que se pretende transformar em Unidades de Conservação.

1.1 Os debates da História Ambiental

Ainda que a preocupação intelectual com os problemas ambientais seja bem anterior, basicamente remontando ao século XIX (Pádua, 2002) nas últimas décadas percebe-se a difusão desse tipo de debate para uma parcela muito mais ampla da esfera pública. E os saberes acadêmicos foram desafiados a compreender esses novos movimentos.

Os pensadores do século XIX preocupados com o destino do Brasil como um todo, foi de que os problemas ambientais relacionavam-se com estruturas abrangentes de cunho econômico, social e tecnológico. Portanto, “o estabelecimento de uma relação benéfica com o meio natural servia de componente básico para um propósito bem mais audacioso: modificar o rumo da sociedade brasileira, ou de algumas de suas expressões regionais, de forma a situá-la em um patamar superior de racionalidade e justiça” (Pádua, 2002, p. 284). Essa perspectiva, segundo Pádua, se aproxima do tipo de abordagem que atribui a crise ambiental contemporânea não a falhas ou acidentes ocasionais dos sistemas produtivos, mas, sim, ao funcionamento cotidiano de padrões de produção e consumo insustentáveis, exigindo para a sua superação, mais do que medidas técnicas e setoriais, ações políticas voltadas para profundas transformações sociais, econômicas e culturais. Dessa forma, embora a tradição crítica da devastação da natureza produzida no Brasil dos séculos XVIII e XIX não deva ser vista como precursora do debate atual, as suas reflexões ganham relevância teórica e projeção histórica.

Os historiadores ambientais foram desafiados por movimentos internos ao mundo do conhecimento, basicamente por mudanças epistemológicas ocorridas no século XX, mas já sinalizadas em momentos anteriores, relativas ao entendimento do mundo natural e sua relação com a vida humana. Destacamos especialmente três pontos: 1) ideia de que a ação humana pode produzir impactos contundentes sobre o mundo natural, ao ponto de até promover a sua total degradação (ideia da perda total dos recursos); 2) a revolução dos marcos cronológicos de compreensão do mundo; 3) a visão da natureza como história, como um processo de construção e reconstrução ao longo do tempo.

Sendo assim, o que caracteriza a discussão ambiental na contemporaneidade não é o foco para o tema da natureza. Uma vez que os homens se enraízam ou desenraizam em determinado território buscam interagir com estes espaços e a partir disso emerge a preocupação para com os usos e apropriações deste território. De maneira geral, na medida em que as sociedades humanas se territorializam emergem os exemplos de práticas materiais e percepções culturais referidas ao mundo natural. Segundo Pádua (2010) a percepção e a produção de entendimento sobre o mundo natural é que se tornou o ponto nevrálgico das análises da história ambiental por se tratar, sobretudo, da existência social relativas às concepções sobre a natureza no mundo.

As possíveis consequências ambientais do agir humano contribuiu para a formação de uma consciência ecológica no universo da modernidade. Além disso, passou a se perceber a urgência da elaboração de reflexões históricas sobre as consequências ambientais do agir humano.

Um autor importante nesses estudos é Donald Worster¹ que demarca a existência de basicamente três níveis em que a História Ambiental atua, ou têm atuado: o primeiro trata da natureza propriamente dita, como se organizou e funcionou no passado; o segundo aborda o domínio socioeconômico, na medida em que este interage com o ambiente; o terceiro enfoca as representações sociais relacionadas ao mundo natural, segmento este mais intangível e complexo.

A primeira constitui-se de estudos a fim de compreender como a natureza se organizou e funcionou no passado, levando em conta o físico, o biológico e o natural. O objetivo é poder reconstruir a paisagem do passado, a fim de fazer o historiador saber como a dinâmica natural funcionava antes da presença humana. Sem esse prévio conhecimento a história ambiental estará fadada a perder seu embasamento e sua coerência. Logo vem a necessidade de estreitar

¹ WORSTER, Donald. Para fazer história ambiental. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 8, p. 201–206.

laços com a zoologia, botânica, ecologia, entre outros, a fim de fomentar um estudo primeiro e básico. Por conseguinte, exige um trabalho de cunho interdisciplinar – trabalho esse que os geógrafos físicos estão bastante acostumados. Na verdade, o historiador ambiental, sistematicamente, depende das ciências naturais e, incondicionalmente, terá que aprender a falar “novas línguas” que serão instrumentos indispensáveis para a reconstrução do passado.

No segundo ponto, que tange a interação entre domínio socioeconômico e meio natural, é aquele em que o historiador ambiental terá que investigar as ferramentas de trabalho, as relações sociais originadas desse trabalho, as instituições e as decisões de cunho político que de forma direta ou indireta afetam o meio. Este nível, portanto, se presta a analisar a relação homem e meio natural na reciprocidade de impactos: o historiador ambiental buscará entender o papel da natureza na modelagem dos métodos produtivos e, ao contrário, que impactos esses métodos causaram na natureza. Um ponto fundamental, a saber, é que mesmo sendo o homem o criador da cultura – um dos fatos que nos distingue dos demais seres vivos – não se deve desprezar que, em algum grau, a cultura humana é um reflexo do meio natural.

Por fim, a interação mais intangível e exclusivamente humana, mental ou intelectual. Aqui as percepções, os valores éticos, as leis, os mitos, o folclore, a literatura, a religião, a ciência, bem como outras estruturas humanas significativas, passam a ser vistas como parte de um diálogo entre homem/natureza e/ou sociedade/natureza e que, terão que ser incluídas no desenvolvimento da história ambiental.

Ainda percorrendo o viés metodológico, José Augusto Drummond traça algumas características metodológicas, analíticas e as fontes da história ambiental. A primeira, que concerne em limitar um espaço ou um corpo para ser estudado: um vale de um rio, uma ilha, um trecho de terras florestais, um litoral, uma determinada área de ocorrência de um recurso natural de alto valor comercial. As análises, portanto, focalizam uma região com algum grau de homogeneidade ou identidade natural. Conclui-se ainda que, dando ênfase em áreas específicas, a historiografia ambiental se identificaria também com a história regional.

A segunda característica diz respeito a uma interdisciplinaridade, aqui “a história ambiental traz uma série de novos personagens ao palco da história”: um diálogo sistemático com quase todas as ciências naturais sendo aplicáveis nos quadros físicos e ecológicos das regiões estudadas.

Convém ainda destacar que para o referido autor a História Ambiental se constitui como um sujeito, é o estudo de como os seres humanos têm se relacionado, com o mundo

natural através do tempo; como um método, é a aplicação de princípios ecológicos para a história: “sua principal meta é aprofundar nossa compreensão de como os seres humanos têm sido afetado pelo seu ambiente natural através do tempo e, inversamente, como eles têm afetado o ambiente e com que resultados”². A história ambiental, como campo da produção do conhecimento histórico, visa romper com a dicotomia homem/natureza e retirar as questões ambientais de seu gueto colocando-as dentro da discussão historiográfica, buscando um novo paradigma, aproximando os problemas, bem como os resultados e as soluções, aos receptores.

A partir do movimento denominado de Nova História, surgida na década de 1930, a História como campo de conhecimento passa a se preocupar com as questões relativas todos os campos a partir dos quais se expressa a ação humana. Passa-se a ter uma necessidade de análises que façam uso das contribuições de outros campos disciplinares como auxiliares nos estudos gestados. Essa modalidade de história que valoriza as interfaces disciplinares, se tornando uma “história problema” em oposição à historiografia tradicional, a “velha história política e a visão rankiana factualista”, passa a ponderar também a problemática ambiental nas análises. Os próprios mentores da “*Escola dos Annales*” Marc Bloch, Lucien Febvre e, bem como, Fernand Braudel, discípulo de Febvre, fizeram importantes caminhadas dentro do que viria a se convencionar como história ambiental: Bloch, com os estudos sobre a vida rural na França; Febvre, com textos sobre geografia social; e Braudel com a concepção de que o ambiente molda o homem – uma história vista do ângulo superior da natureza –, com destaque para a sua obra sobre o Mediterrâneo e Felipe II- marcos da ocupação humana- sobre a interferência humana sobre o meio ambiente.

Todavia, viria a ser Aldo Leopold, biólogo e conservacionista, quem lançaria as bases da chamada “ética Ecológica” com o livro, publicado postumamente em 1949: *Pensar como uma Montanha*. Leopold estudou como os fatores de caráter ambiental influenciaram de forma incisiva na disputa pelas terras do *Kentucky* – conflito travado entre comerciantes franceses, ingleses, colonos norte-americanos e nativos inserido na ótica da expansão para o oeste americano. Os historiadores, por sua vez, demorariam a ser tocados pela “ética ecológica” de Leopold e em, compreender a tão importante contribuição que a aliança entre história e ecologia poderia dar para a construção do conhecimento histórico.

Em 1970, na Universidade da Califórnia (Santa Barbara), foi criado o primeiro curso de História Ambiental. Igualmente foram fundamentais, a fim de delimitar e aparar as arestas do novo campo, os estudos de Roderick Nash, *The State of environmental history* ou então A

² WORSTER, Donald. Para fazer história ambiental. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 8. p. 290–291p.

Situação da História Ambiental, e no final da década de 80 do século XX, Richard White traçando o desenvolvimento da história ambiental – reconhecendo o trabalho de Nash e de Samuel P. Hays.

Os Annales, em 1974, lançam a revista, *histoire et environnement*, dedicada especialmente a temática da história ambiental. Em 1976, nasceria a Sociedade Americana de História Ambiental, seguida da Sociedade Europeia de História Ambiental e a revista *Environmental Review*. Todavia, seria em 1990, na mesa redonda organizada pelo Jornal Americano de História, que viria o reconhecimento definitivo desse novo campo.

José Augusto Drummond³, um dos principais autores da história ambiental no Brasil, aponta que as ciências sociais por muito tempo, desde a sua origem, acabaram por adotar um “paradigma da imunidade humana” aos fatos naturais. Tal conjectura fez uma ciência social desintegrada dos fatos ecológicos. Essa forte tendência em pensar a natureza em oposição ao homem ou a cultura vem desde o final do século XVIII e, a esse pensamento de separação, muito iriam contribuir o idealismo e o romantismo alemão do século XIX, que forçaram uma absoluto distanciamento entre cultura e natureza. Essa visão acabou por envenenar as ciências sociais, forçando a uma dissociação homem/natureza, sociedade/natureza e cultura/natureza. O papel do historiador ambiental, então, seria romper com essa dicotomia.

O pressuposto balizador da história ambiental seria o ideário de colocar a sociedade na natureza e no equilíbrio com que busca a interação, a influência mútua entre sociedade e natureza no tempo.

A “questão ambiental” emergiu no contexto político internacional nas décadas de 1960 e 1970, e hoje figura como uma das principais preocupações da sociedade ocidental, com relevância no campo da política internacional demonstrada, por exemplo, nas conferências mundiais sobre desenvolvimento e meio ambiente, Estocolmo-1972 e Rio-1992. A “*questão ambiental*” também influenciou debates epistemológicos no campo da ciência. Diversas disciplinas acadêmicas se esforçam em recuperar a estreita relação entre natureza e cultura. Segundo Zhouri⁴, o surgimento da crítica ecologista suscitou reações por parte dos defensores da industrialização. Para tais atores, os ecologistas eram tidos como românticos e ingênuos opositores do progresso. Entretanto, os “*paladinos do desenvolvimentismo*” não ficaram

³ DRUMMOND, José Augusto. A história ambiental: temas, fontes e linhas de pesquisas. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 8, p. 181–184, 1991.

⁴ ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI, Klemens; PEREIRA, Doralice Barros (Orgs.). *A insustentável leveza da política ambiental: desenvolvimento e conflitos socioambientais*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005. p. 13.

alheios aos impasses suscitados pela poluição e a escassez de recursos naturais para a produção industrial. Deste modo, trataram de incorporar ao debate público suas variáveis ambientais, construindo, assim, uma “*legítima*” discussão sobre a sociedade industrial e meio ambiente. No âmago de tal proposta, salienta a autora, reside uma fé nas soluções tecnológicas para as *externalidades* do processo produtivo. A partir da ascensão e primazia na esfera pública deste pensamento, caracterizado por Zhouri como *paradigma da adequação ambiental*, o esforço reflexivo e contestador proposto pelo Ecologismo, em seu princípio, perdeu espaço. Se no primeiro momento as forças hegemônicas da sociedade eram contrárias ao discurso ecologista, na atualidade, algumas vertentes destas forças reconhecem e priorizam os temas ambientais, porém o debate ao qual se propõem não coloca em questão as instituições da sociedade vigente. Não obstante, mesmo que o ecologismo tenha nascido e expandido como uma reação às mazelas proporcionadas pelo crescimento econômico; é importante assinalar que hoje, nem todos os ambientalistas mantêm esta opinião, pois, algumas correntes ambientalistas até dão apoio a certas propostas desenvolvimentistas, em razão das promessas tecnológicas que apresentam. Por fim, Zhouri salienta que o potencial transformador apresentado pela crítica ecologista cedeu lugar ao “*ecologismo de resultados*”, concepção que se tornou o projeto reformador da atual sociedade global⁵.

As problemáticas ambientais afetam, direta e indiretamente, a qualidade de vida de sua população e, ao mesmo tempo, compõe uma mescla de situações com enorme potencial para a compreensão crítica da sociedade. Assim, as questões de cunho ambiental acabam por constituir uma oportunidade de análise dos diversos processos sociais do Brasil.

Em cada lugar, em cada local a história social do meio ambiente é a expressão das lutas dos grupos sociais ao projeto que esta sendo disputado. Por isso a História ambiental não pode se separar da história social, da história política (institucionalidade do Estado) e da História econômica na análise de uma época, na análise de um evento.

A prática social, as representações do espaço e os espaços de representação intervêm na produção do espaço, uma vez que as sociedades humanas refletem o modo de produção do período em que estão inseridos. Assim, reconhece-se que o processo de produção do espaço é um processo historicizado, em que cada grupo social declara sua passagem em cada período e modo de produção espacial.

⁵ ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI, Klemens; PEREIRA, Doralice Barros (Orgs.). *A insustentável leveza da política ambiental: desenvolvimento e conflitos socioambientais*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005. p. 14.

Desse modo, o desafio da análise do historiador refere-se a compreensão dos objetos do conhecimento, da metodologia da pesquisa e da filosofia da ciência, em diálogo com outros campos das ciências humanas.

As abordagens nos campos da Geografia, da Sociologia e da Filosofia apontam que nos dias de hoje as áreas de proteção ambiental tornam-se ambientes vulneráveis aos fortes atrativos capitalistas, visto que os recursos da natureza passaram a ter valoração econômica para o mercado capitalista.

1.2 A problemática socioambiental

De acordo com Acseirad, a questão ambiental é atualmente pautada pela idéia da existência de uma *crise ambiental*, relacionada direta e exclusivamente à probabilidade “de um colapso na relação quantitativa malthusiana entre população e território ou entre crescimento econômico material e a base finita de recursos”⁶. Assim, para Acseirad, tal formulação tende a difundir nos debates um objetivismo que desconsidera o processo de construção social da noção de Natureza.

O argumento que prepondera no atual debate ambiental, fundamentado na concepção de crise por escassez, apresenta a base material como elemento independente na dinâmica das sociedades e culturas. Este relativo rompimento entre base material, sociedade e cultura está intrinsecamente ligado a uma visão que reduz o mundo material à simples quantidades de energias, na qual não se evidenciam as diversas práticas culturais de significação e as formas sociais de apropriação. Como se não bastasse, o ambiente é entendido como uno e limitado e, por conseguinte, submetido à lógica da escassez e da apropriação individual, nos termos hobbesianos. Neste sentido, postula-se a existência de uma “*consciência ambiental*” única, que paira sobre os atores. Diante deste posicionamento, a forma de alcançar a referida consciência ambiental está diretamente relacionada a uma “*tomada de consciência*”: uma pretensa acuidade em observação da gravidade dos eventos relacionados ao meio ambiente, demonstrados principalmente pelos indicadores da crise, mensurações realizadas a partir de instrumentais de cunho estritamente técnico científico⁷.

⁶ Acseirad, H. (Org.). *Conflitos Ambientais no Brasil*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004. p. 13.

⁷ Ibidem. p. 14.

Portanto, as concepções que prevalecem no debate ambiental contemporâneo, segundo Acselrad, apresentam a crise ambiental como resultante do colapso entre crescimento econômico e a exiguidade dos recursos. Deste modo, a ideia pré-construída de conflito ambiental como intrínseco à problemática da escassez e às estratégias baseadas em diagnósticos técnicos acarretam o esvaziamento do debate político e em outros casos justificam soluções autoritárias em nome da humanidade ou da segurança internacional. Contudo, Acselrad salienta que a observação e análise dos processos de conflitos socioambientais estão relacionadas intrinsecamente ao papel da diversidade sociocultural e dos embates entre distintos projetos de apropriação e significação do mundo material. Este posicionamento estabelece uma oposição ao entendimento de que a questão ambiental está relacionada à escassez dos recursos e ao aumento da demanda por estes recursos.

De acordo com Acselrad, “as sociedades produzem a sua existência tendo por base tanto as relações sociais que lhes são específicas como os modos de apropriação do mundo material que lhes correspondem”⁸. Assim sendo, não há uma possibilidade de separar sociedades e seu meio ambiente, uma vez que os objetos constituintes do meio biofísico não são redutíveis a meras quantidades de matéria e energia, pois são construídos por traços culturais e históricos. Conseqüentemente, refletir acerca da sociedade e o ambiente, “trata-se de pensar um mundo material socializado e dotado de significados”⁹. Deste modo, objetos, práticas e sentidos interagem e se conectam material e socialmente através de água, solo e atmosfera. Este caráter indissociável fundamenta o entendimento de que as sociedades se reproduzem por processos sócio-ecológicos. A existência de uma pluralidade de arranjos sócio-ecológicos no interior de uma determinada sociedade e o caráter de disputa entre estes projetos societários nos leva a observar que a questão ambiental configura-se como intrinsecamente conflitiva, embora este caráter nem sempre seja reconhecido no debate público deste tema.

Em sua investigação acerca das especificidades dos conflitos ambientais como objeto da sociologia ambiental, o economista Henri Acselrad busca no marco da teoria social de Bourdieu caracterizar a complexidade do “ambiental como um campo específico de construção e manifestação dos conflitos”¹⁰. Para tal investigação, o autor apóia-se especialmente na noção de *campo*. Para Acselrad, o campo será visto como uma configuração

⁸ Acselrad, H. (Org.). *Conflitos Ambientais no Brasil*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004. p. 14.

⁹ Ibidem. p. 9.

¹⁰ Ibidem. p. 18–19.

de relações objetivas entre posições na estrutura de distribuição de diferentes espécies de poder (*capitais*). No interior do espaço social, os agentes sociais distribuem-se segundo princípios de diferenciação que constituem os campos de forças relativas – espaços de conflito pela posse das espécies de poder específicas que os caracterizam.

No marco teórico do estruturalismo construtivista, as estruturas objetivas (posições no espaço social) e subjetivas (categorias vigentes de construção do mundo, *habitus*) são definidas por processos históricos; portanto, podem vir a ser deslegitimadas através de lutas materiais e simbólicas. Deste modo, as lutas pelos recursos ambientais são ao mesmo tempo lutas por sentidos culturais. Dito isto, o meio ambiente é entendido como “construção variável no tempo e no espaço, um recurso argumentativo a que os atores sociais recorrem discursivamente através de estratégias de localização conceitual nas condições específicas da luta social por “mudança ambiental”, ou seja, pela afirmação de certos projetos em contexto de desigualdade sociopolítica”¹¹

Desta forma, a emergência da questão ambiental é marcada por uma subsequente ecologização das justificações, assim, o argumento ambiental passará a integrar distintas “ordens de justificação”¹². O antropólogo Leite Lopes¹³ chama a atenção para o fenômeno da “ambientalização”, que se constitui tanto da construção de questões inéditas quanto da conversão de antigas em ambientais. Este processo, segundo os autores, propicia o surgimento de novas identidades sociais que reconfiguram antigas lutas. Outra dimensão desse fenômeno inclui o surgimento de movimentos sociais que se intitulam ambientalistas e nos quais conflitos identificados como socioambientais, por sua vez, põem em jogo distintos ideários e formas de habitar o mundo, traduzidos nos idiomas da sustentabilidade. Para Leite Lopes, a preocupação com as questões ambientais na contemporaneidade deve-se a uma interiorização por parte das pessoas e dos grupos dos temas relacionados a degradação e aos usos do ambiente vivido. Dar-se-ia uma interiorização das diferentes facetas da questão pública do “meio ambiente”¹⁴.

¹¹ ACSELRAD, H. (Org.). *Conflitos Ambientais no Brasil*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004. p. 19.

¹² Ibidem.

¹³ LOPES, José Sérgio Leite; ANTONAZ, Diana; PRADO, Rosane; SILVA, Gláucia (Orgs.). *A ambientalização dos conflitos sociais: participação e controle público da poluição industrial*. Coleção Antropologia da política, 29. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.

¹⁴ Ibidem. p. 17.

Por fim, os conflitos ambientais, para Acselrad¹⁵, devem ser analisados simultaneamente nos espaços de apropriação material e simbólica dos recursos do território. O primeiro espaço se refere à distribuição entre os sujeitos sociais do poder sobre os diferentes tipos de *capitais materiais*, a saber, jurídico-político-econômico, que implicam na competição, acumulação e exercício da força. O segundo espaço é onde se confrontam as representações, valores, esquemas de percepção e ideias que organizam as visões de mundo e legitimam os modos de distribuição de poder verificados no primeiro espaço.

O processo de formação e a dinâmica interna dos movimentos ambientalistas brasileiro, como pontua a socióloga Angela Alonso¹⁶ motivaram poucas análises sistemáticas, restringindo-se, na maior parte, a estudos de caso. Assim como as mobilizações coletivas estimularam a proliferação dos estudos, o arrefecimento delas, concluída a Redemocratização, esvaziou essa agenda de pesquisa. Na verdade, a institucionalização de vários movimentos sociais, sob forma de associações formais ou de partidos políticos, foi interpretada negativamente por boa parte da literatura, como sinal de desmobilização ou cooptação. Esse juízo foi contrastado, na virada dos anos 1980 para os 1990, por estudos que demonstraram que o aparente declínio dos movimentos sociais podia ser explicado pela dinâmica de sua interação com o Estado e pelos dilemas daí decorrentes acerca de estratégias, ou então pelo próprio caráter fluido dos movimentos, com os picos e baixas de mobilização, típico dos ciclos de protesto.

Contudo, nos anos 1990, a literatura não seguiu essas pistas. Com a crise do marxismo e a incorporação da Teoria dos Novos Movimentos Sociais, as análises se deslocaram dos movimentos sociais populares para movimentos “pós-materiais, vistos como os novos agentes coletivos da mudança social e política”. Ganhou relevo a dimensão cultural e simbólica das mobilizações, sobretudo a formação de identidades coletivas.

Foi então que a questão ambiental vingou como objeto de estudos no Brasil – conjugada a temas como mulheres, indígenas, quilombolas, pescadores etc. Entretanto, simultaneamente, sob a égide de reformulações dos conceitos de “sociedade civil” e de “esfera pública”, os próprios estudos sobre movimentos sociais perderam fôlego, sendo substituídos por análises sobre o associativismo e a participação da sociedade civil em fóruns deliberativos e na prestação de serviços ao Estado. As análises sobre a questão ambiental

¹⁵ ACSELRAD, H. (Org.). *Conflitos Ambientais no Brasil*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004. p. 26.

¹⁶ ALONSO, Ângela; COSTA, Valeriano. Ciências sociais e meio ambiente no Brasil: um balanço bibliográfico. *BIB - Revista Brasileira de Informações Bibliográficas em Ciências Sociais*, Anpocs, n. 53, p. 35–78, 2002.

seguiram esse rumo, deixando de lado o problema da constituição de um movimento social ambientalista.

De acordo com a ecóloga Nurit Bensusan, os impasses referentes ao possível aniquilamento da biodiversidade, às descobertas da engenharia genética e às alterações ambientais observadas no século XX, suscitaram a progressiva politização dessa temática no espaço público, criando demandas no sentido da proteção do patrimônio natural e cultural da humanidade¹⁷.

A heterogeneidade da sociedade complexa moderno–contemporânea, manifestada contundentemente nas grandes cidades e nas áreas metropolitanas, aponta para as dificuldades e as limitações de uma ação pública responsável pela defesa e pela proteção do meio ambiente se apresentando em muitos casos como resultante do modelo industrial e urbano capitalistas, baseados na produção de tecnologias e no uso indiscriminado da natureza.

A questão ambiental conta nos dias atuais com uma visibilidade dificilmente imaginada há algumas décadas, fato que se verifica, sobretudo com a atenção ao tema despertada na imprensa e pela importância dada ao meio ambiente em acordos políticos nacionais e internacionais. No Brasil, pode-se afirmar que até meados da década de 60 eram raros e isolados os focos de discussão sobre os males da degradação ambiental promovida pela promessa de desenvolvimento.

Atualmente, entretanto, já é possível encontrar pessoas trocando percepções no seu dia-a-dia sobre os mais diversos temas, dos benefícios da reciclagem aos perigos do aquecimento global. Muito se deve ao fato de que cada vez mais são descobertos os riscos que esta degradação traz à saúde humana e à manutenção da vida na Terra, o que acaba por despertar a atenção da sociedade; por outro lado, essa maior “consciência” verificada na população não trouxe consigo uma melhoria igualitária das condições ambientais e de qualidade de vida para todas as diferentes regiões e grupos sociais do país. Observamos que, de forma geral, existe um menor interesse e investimento em meio ambiente em regiões pobres, comumente sob alegação de que existem assuntos mais urgentes a ser tratados, como saúde, habitação, educação e geração de empregos.

Em resumo, constatamos uma situação em que ora o meio ambiente é visto como um bem público de interesse comum da humanidade, sendo sua proteção de responsabilidade de todos os habitantes do planeta igualmente, ora é visto como bem coletivo de grupos restritos,

¹⁷ BENSUSAN, Nurit Raquel. *Conservação da Biodiversidade em Áreas Protegidas*. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

seja porque a proteção ambiental expresse um valor sócio espacialmente localizado, seja porque os benefícios da proteção ambiental tendam a se concentrar em determinados locais.

Essa condição remete à polaridade universal-particular, na qual se constata que, na prática, a intenção de universalidade pressuposta no conceito de meio ambiente não se confirma.

As tensões oriundas deste fato propiciam a entrada da temática ambiental nas arenas de ação e debate públicos, onde grupos sociais com concepções distintas entre si disputam a hegemonia sobre o tratamento correto a ser destinado ao meio ambiente, tal como pontua o sociólogo Mário Fuks¹⁸. Desta forma, pode-se afirmar que a discussão sobre conflitos ambientais é inerente ao tema "meio ambiente", devendo estar presente na pauta do movimento ambientalista e dos programas educativos como ponto de extrema relevância para o processo de democratização da sociedade.

O movimento ambientalista encontra-se, portanto, desafiado a buscar o tão desejado "consenso" no processo de desvelamento da complexidade da realidade e dos conflitos que a constituem, pressupondo que o consenso só poderá ser alcançado pelo reconhecimento da diversidade, tensões e oposições, e nunca com base na abstrata e idealizada homogeneidade da realidade, sublinha o doutor em Serviço Social, Carlos Loureiro¹⁹.

A falsa ideia de universalidade que se confere ao meio ambiente tem forte relação com o pensamento liberal e sua constante busca por consensos. Santos²⁰, em ensaio sobre o que chama de "crise da contratualização moderna", cita como uma das principais características do momento atual a desconsideração dos conflitos como elementos estruturais das relações sociais, sendo substituídos pela passividade frente a situações supostamente universais e incontornáveis. No entanto, esta concepção liberal que considera consenso e conflito como forças antagônicas e excludentes é refutada pela corrente crítica, que defende que consenso e conflito caminham dialeticamente juntos. Citando Loureiro, ignorar a existência de conflitos na busca de consensos é definir uma posição ideológica de defesa do diálogo para a resolução de riscos sem considerar as desigualdades que marcam necessidades radicalmente distintas em

¹⁸ FUKS, M. *Conflitos ambientais no Rio de Janeiro: ação e debate nas arenas públicas*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2001.

¹⁹ LOUREIRO, C.F.B. *O Movimento Ambientalista e o Pensamento Crítico: uma abordagem política*. Rio de Janeiro: Quartet, 2003.

²⁰ SIMON, Alba Valéria dos Santos. *Recategorizando a conservação: da proteção integral às investidas socioambientalistas na concepção e na gestão de unidades de conservação*. 2010. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010. p. 125

uma sociedade de classes. Assim, o processo dialógico democrático a que se propõem as ONGs [e movimentos sociais de forma geral] passa pela explicitação do conflito e não pela sua supressão, entendendo que acordos e consensos são possíveis enquanto estratégia e em dadas circunstâncias conjunturais.

Em consonância com a abordagem crítica, Fuks²¹ analisa três leituras que indicam o caráter restrito dos interesses associados à proteção ambiental: 1. o meio ambiente não se apresenta como questão relevante para as classes sociais que ainda não têm asseguradas condições básicas de sobrevivência; 2. ainda que o meio ambiente seja considerado um bem de uso comum, os custos e benefícios de sua proteção são desigualmente distribuídos, variando de acordo com os recursos disponíveis dos diversos grupos para atuar no contexto da política local; e 3. a universalidade do meio ambiente expressa o projeto de um determinado grupo visando tornar universais seus valores e interesses. Para este autor, ainda que o movimento ambientalista se perceba como defensor dos interesses gerais da humanidade, as lutas específicas por ele encaminhadas atendem aos interesses das classes de maior poder aquisitivo que procuram perpetuar valores próprios, isto é, procuram transformar a preocupação de um determinado setor da sociedade em interesse público, o que se consuma por meio das leis. Assim, a proteção do meio ambiente seria indissociada da manutenção do estilo de vida de grupos sociais bem definidos, representando uma saída escapista para os problemas trazidos pela degradação ambiental e trazendo como consequência a exclusão de outros grupos de áreas ambientalmente valorizadas.

Somado a isso, o autor identifica outra justificativa, bastante comum ao discurso universalista de alguns autores que trabalham a questão da conservação, de que as demandas ambientais se colocam além da preocupação com a distribuição justa dos bens. Tal concepção, típica do pensamento liberal, revela o falso pressuposto de que as lutas do movimento ambientalista estariam inclusive além do embate político, ao passo que as mudanças devam se concentrar nos comportamento individuais e não na injusta distribuição de bens e custos imposta pelo sistema capitalista, algo presente também na análise dos chamados "novos movimentos sociais". No entanto, ao se conceber o meio ambiente como um bem coletivo, não há como ignorar a presença de questões de ordem distributiva, tais como as que envolvem a distribuição das restrições e direitos de poluir ou a definição de regiões onde serão ou não serão alocadas atividades poluidoras.

²¹ FUKS, M. *Conflitos ambientais no Rio de Janeiro: ação e debate nas arenas públicas*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2001.

O conjunto dos fatos levou ao surgimento de um movimento por justiça ambiental, buscando evidenciar que, ao contrário do que postula o pensamento hegemônico, as causas da degradação não se dão por fatores conjunturais ou ignorância tecnológica, mas são determinadas por um conjunto de variáveis interconexas que se dão em bases sociais, econômicas, culturais e políticas estruturalmente desiguais da sociedade contemporânea, fazendo com que o processo de exposição aos problemas ambientais, assim como suas definições e percepções, seja também constituído e distribuído de formas diferentes²².

O conflito, afinal, faz parte da própria dinâmica das relações humanas. No entanto, ele pode ser latente ou explícito, reconhecido ou não. Esta perspectiva vai de encontro à visão de neutralidade e harmonia da natureza e da sociedade, comum a determinadas ONGs e educadores ambientais. Segundo Acselrad, os conflitos ambientais podem ser explícitos—quando as comunidades estabelecem uma associação lógica imediata entre a degradação do ambiente e a ação de agentes determinados — ou implícitos — quando as comunidades são atingidas por um processo de degradação do qual não têm consciência ou quando as comunidades não associam a degradação às práticas e aos agentes sociais específicos.

Acselrad ressalta também a importância da luta simbólica por poder, ou melhor por apropriação de bens e recursos, afirmando que as lutas por recursos ambientais são simultaneamente lutas por sentidos culturais, pela afirmação de certos projetos em contextos de desigualdade sociopolítica e que “é na esfera simbólica que desenvolve-se a disputa de legitimidade dos discursos que buscam afirmar suas respectivas capacidades potenciais de operar tal universalização [de causas particulares e/ou parcelares]”, algo verificável na argumentação dos que detêm conhecimento científico e o usam para manter o atual regime de distribuição de bens e custos ambientais. Dentro desta perspectiva, conceitos, programas, avaliações e análises técnicas são encarados não apenas como instrumentos de intervenção política, mas também como instrumentos de determinada forma de perceber e expressar o mundo. Sonia Oliveira (2013) afirma que “se a disputa se dá no campo simbólico, os produtores de símbolos, legitimados e reconhecidos com tal, ocupam uma posição privilegiada principalmente se detêm o discurso autorizado”. Por este motivo, os conflitos ambientais devem ser analisados simultaneamente nos espaços de apropriação material e simbólica dos recursos do território.

Da discussão apresentada, podemos definir conflito ambiental como “aquele em que há confronto de interesses representados em torno da utilização e/ou gestão do meio

²² LOUREIRO, C.F.B. *O Movimento Ambientalista e o Pensamento Crítico: uma abordagem política*. Rio de Janeiro: Quartet, 2003.

ambiente” ou, buscando uma definição mais completa, aquele que envolve grupos sociais com modos diferenciados de apropriação, uso e significação do território, tendo origem quando pelo menos um dos grupos tem a continuidade das formas sociais de apropriação ameaçada por impactos indesejáveis decorrentes do exercício das práticas de outros grupos²³.

O campo ambiental, portanto, pode ser visto como um campo de disputa, onde categorias novas, como sustentabilidade, uso racional/predatório, proteção ambiental e degradação, entre outras, estão no centro da luta pela legitimação de significados. Estando até mesmo os conceitos em disputa, é fácil concluir que as "receitas" para a resolução de conflitos e obtenção de consensos constituem lutas ainda mais acirradas.

Faz-se necessário desvendar os processos sociais que encorajam ou inibem a proliferação de movimentos sociais, se entendemos que estes se tratam de uma busca válida e importante em torno da obtenção de resultados históricos válidos²⁴. Compreender como estes movimentos se constituem e em que medida eles contribuem para “conceder voz” aos novos atores sociais também é algo importante para o entendimento das formas de articulação, modelos de ação e estratégia de manutenção da organização de movimentos sociais na contemporaneidade.

As formas, o pessoal e as demandas dos movimentos sociais variam e evoluem historicamente, mas quero propor, tal como pontua Adão Bernardes²⁵, que a continuidade de muitos destes movimentos depende do grau de coesão estabelecido entre os membros além da solidez das propostas aventadas.

Partindo da compreensão de que movimentos sociais combinam três tipos de reivindicação: programa, posição e identidade; entendemos que tais aspectos estão intrinsecamente relacionadas aos seguintes pontos: como, porque, quando, qual modelo de ação em relação a qual interesse em comum os grupos se articulam. Sendo assim convém pensar sobre as formas de mobilização e os laços de solidariedade constituídos e como isso pode contribuir para a continuidade dos movimentos. Uma vez que os movimentos sociais tenham se estabelecido em um determinado cenário, ou seja, suas propostas obtiveram êxito, a modelagem, a comunicação e a colaboração entre os membros componentes contribuirão para a adoção destas estratégias em outros cenários conexos.

²³ ACSELRAD, H. (Org.). *Conflitos Ambientais no Brasil*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004. p. 26.

²⁴ TOURAINE, Alain. *O Retorno do Ator*. Paris: Fayard, 1984

²⁵ BERNARDES, Julia Adão. *Espaço e Movimentos Reivindicatórios: o caso de Nova Iguaçu*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, Instituto de Geociências, 1983.

Sobre as formas de ação, laços de solidariedade e continuidade dos movimentos a geógrafa Julia Adão Bernardes coloca que na trajetória, por exemplo, do MAB (Movimento Amigos de Bairro de Nova Iguaçu) a dificuldade em se desenvolver uma linha de trabalho e ação que convertesse em maiores possibilidades de desenvolvimento e concretude dos diferentes níveis de organização popular a partir da solidificação dos laços de solidariedade já existentes em cada bairro e que isto ser encarado como o entrave para a continuidade das mobilizações gestadas. Coloca ainda que a movimentação que a mesma denomina como *espontânea* se refere aquela que vale de seus próprios meios, apelando para as chamadas soluções “primitivas”, como demonstração das pulsações da população, carente e que recorre, por suas próprias iniciativas com a finalidade de dar conta de suas necessidades cotidianas.

A adesão e a permanência de camadas populares nos movimentos reivindicatórios se relacionam basicamente com o sucesso que estes movimentos apresentam no atendimento das pautas apresentadas e confrontadas com o poder público. Este ponto, entretanto, representa um problema, pois se adesão e permanência do movimento e sendo assim, continuidade das ações estão atreladas ao atendimento das propostas apresentadas caso estas sejam minimamente resolvidas o movimento não apresenta continuidade.

Os movimentos reivindicatórios populares vinculam-se, portanto, a aspectos do **Consumo Coletivo**, ou seja, elementos constituintes das obrigações do Estado em termos de fornecimento aos cidadãos de uma forma geral. Quando não ocorre o atendimento das reivindicações ocorre um *efluxo* de participantes, fazendo com que a capacidade de continuidade do movimento fique bem prejudicada, assim como a elaboração de planos de ação e propostas se tornem mais delineadas e objetivas.

A geógrafa anteriormente citada coloca ainda que existem articulações que são produzidas entre espaço e movimentos de reivindicação e que tais pontos permitem entender como a sociedade se organiza no espaço e como essa organização espacial pode interferir na própria estrutura da sociedade por meio dos movimentos contestatórios. Tais articulações, portanto, bem estruturadas e estabelecidas podem abrir caminho para formas de mobilização mais duradouras e eficazes.

As articulações ou laços de solidariedade são estabelecidos em sua grande maioria, tal como pontua Adão Bernardes a partir das necessidades objetivas vinculadas ao cotidiano das camadas populares, em face da impossibilidade de suprirem tais carências, devido seu limitado poder de consumo e/ou poder de exercer pressão sobre o Estado. Estes grupos lançam mão de “soluções primitivas”, como por exemplo, a compra de canos por seus

próprios recursos financeiros ou por meio de festas de arrecadação para resolver o problema como o da falta de água e sendo assim, soluções estas que apresentam dada eficácia.

Torna-se importante pensar na importância da capacidade de auto sustentação do movimento e da manutenção de sua identidade própria e que sem dúvida dependem da profundidade dos elos estabelecidos entre o movimento mais organizado e as demandas cotidianas que se avolumam ao ponto de promover “virações da população”.

Mudanças nos ambientes políticos, mudanças substanciais no interior do movimento social e as transferências e interações entre movimentos coadunam para produzir mudanças e variações complexas no caráter dos movimentos sociais na contemporaneidade.

1.3 A conservação da natureza em áreas protegidas

Para além da exploração do homem sobre o homem, o desenvolvimento industrial ocasionou a exploração intensiva dos recursos naturais que gerou consequências ambientais até então não observadas, traduzidas especialmente na poluição dos rios e do ar e no desequilíbrio ecológico de algumas regiões, com a substituição do ecossistema natural. Todo este contexto de mudança, salienta Diegues²⁶, provocou nos estratos superiores da sociedade, não ligados diretamente à produção agrícola, um sentimento de repulsa à vida citadina e à idealização da vida no campo. Assim, a cidade que até o fim do século XVIII era percebida como espaço por excelência civilizador e libertário, contraponto à rusticidade e à servidão do campo, a partir da revolução industrial esta é considerada objeto de desqualificação e repulsa. Para Camargos, a elaboração de um *novo* significado para a Natureza está fortemente ligada à fundação de novas bases filosóficas no século XIX. De acordo com a geógrafa Lúcia Cidade²⁷, a filosofia do século XIX, conserva a dualidade entre tendências racionalistas e idealistas, já observada nos séculos XVII e XVIII. Na linha racionalista, a principal corrente foi o positivismo, particularmente em sua forma evolucionista. Na linha do idealismo, pode-

²⁶ DIEGUES, Antônio Carlos Sant'Ana. *O mito moderno da natureza intocada*. São Paulo: NUPAUB, 1998. p. 24.

²⁷ CIDADE, Lúcia Cony Faria. *Visões de mundo, visões da natureza e a formação de paradigmas geográficos*. Terra Livre. São Paulo: AGB, 2001.
Disponível em:
<www.geoambiente.ufba.br/Arquivos%20extras/Textos/Visões%20de%20mundo%20Visões%20de%20Natureza.pdf>. Acesso em: abr. 2013.

se encontrar a filosofia idealista, o romantismo, a hermenêutica e a fenomenologia. Deste modo, como enfatiza a autora, as visões de Natureza desta época refletiam os pressupostos que serviam de base aos sistemas teóricos predominantes. Assim, do racionalismo vieram as idéias de separação entre sujeito e objeto e a visão da natureza como elemento externo ao sujeito, dotando-a de um valor científico e caráter instrumental. Por parte das correntes idealistas, principalmente o romantismo, salienta Diegues²⁸, emerge uma perspectiva que tende a ver a Natureza como local onde o Homem pode se (re)conectar com seu eu e vivenciar experiências transcendentais. Portanto, destas duas posições antagônicas deriva a proposta moderna de isolar áreas naturais especialmente para resguardá-las das intervenções humanas, cujos objetivos são: proporcionar ao ser humano um espaço retirado onde pudesse meditar sobre as maravilhas da natureza e elaborar estudos científicos acerca dela. Ao seguir estes fundamentos, em 1874, deu-se a criação pelo Congresso Norte Americano do Parque Nacional de Yellowstone, com o intuito manifesto de proporcionar ao visitante inspiração e entretenimento pela beleza cênica.

A crítica empreendida por Diegues, acerca do principal instrumento da política ambiental no mundo: as Áreas Naturais Protegidas coloca tal mecanismo como uma estratégia governamental técnica de conservação. Segundo o autor, este modelo reflete, de forma emblemática, um singular arranjo sócio-ecológico e sua expressão máxima são os Parques Nacionais. Para Diegues o enfoque conservacionista pode ser situado no domínio das representações sociais, revelando uma determinada visão da Natureza que faz operar uma forma específica de intervenção humana. Desta forma, esta abordagem funciona de modo a reafirmar a ideologia hegemônica sobre a concepção correta/melhor de sociedade, assentada na premissa de exploração da natureza e de seres humanos. Por outro lado esse modelo de área natural desabitada, e sob o controle estatal interessa aos governos por duas razões: a primeira é que reservas naturais de grande beleza cênica podem gerar renda por meio do ecoturismo; a segunda é que fica mais fácil negociar contratos por meio de venda de biodiversidade com empresas multinacionais num espaço desabitado, controlado pelo governo, do que num espaço onde existe comunidades tradicionais, uma vez que, pelo artigo 8º da Convenção da Biodiversidade, estas precisam ser ressarcidas quando seu conhecimento

²⁸ DIEGUES, Antônio Carlos Sant'Ana. *O mito moderno da natureza intocada*. São Paulo: NUPAUB, 1998. p. 26.

tradicional sobre espécies da flora é usado para a obtenção de medicamentos e outros produtos²⁹.

O questionamento organizado por Diegues relaciona a incorporação do modelo estadunidense de conservação dos “*recursos naturais*” pelos países em vias de desenvolvimento à geração de efeitos, em geral, danosos às comunidades extrativistas, indígenas, de pescadores, etc. Visto que a implementação destes projetos é, em sua maior parte, realizada de forma autoritária, sem qualquer consentimento daqueles que habitam tais áreas. Assim, estes “*paraísos ecológicos*” carregam consigo impactos e altos custos para as populações tradicionais, promovendo inúmeros conflitos.

Destaca Diegues, que o mecanismo de proteção da Natureza baseado na instituição de áreas protegidas surgiu a partir de uma concepção baseada na noção de *wilderness*, constituído como aquilo que o autor denomina como sendo um neomito ou mito contemporâneo construído pelas camadas urbanas sobre a relação do homem com a natureza, sendo esta devendo se dar naqueles espaços restritos, com o mínimo de impacto possível da ação humana. Segundo esta concepção, deveria ser reservada áreas isoladas das pressões antrópicas apenas para que em alguns momentos os homens, caso desejassem pudessem desfrutar de momentos de “emoções agradáveis” ao entrarem em contato com áreas-reduto, ambiente natural puro, concepção esta que estará na base de fundação dos parques nos EUA.

Esta concepção, contudo, implica na defesa da Natureza segundo motivos puramente estéticos dos ecossistemas e dos recursos naturais escassos neles contidos. Entretanto, hoje a criação de uma área protegida tem como principal argumento a proteção da biodiversidade. Desta forma, as áreas delimitadas para a conservação assumem ainda hoje uma dupla representação, a de nostalgia de tempos passados – negação da modernidade – e a de frutos do progresso, pois só puderam ser viabilizadas com a consolidação de ganhos propiciados pela revolução industrial e o ingresso da humanidade nos tempos modernos.

Afirma Diegues, que subjacente à idéia das áreas protegidas há duas perspectivas: a conservacionista (credo da ecoeficiência) e a preservacionista (culto ao silvestre). A primeira, o conservacionismo, foi fundado por Gifford Pinchot – engenheiro florestal – que defendia a necessidade da conservação dos recursos naturais, tomando por base o uso racional dos mesmos. Implícito a este pensamento, pode-se identificar a construção da Natureza como mercadoria, daí a ênfase na expressão, recursos naturais. Deste modo, devido ao longo ciclo

²⁹ DIEGUES, Antônio Carlos S.; VIANA, Virgílio M. (Orgs.). *Comunidades Tradicionais e Manejo dos recursos Naturais da Mata Atlântica*. São Paulo: Hucitec – NUPAUB, 2004. p. 13.

de regeneração dos recursos naturais, o homem deve se valer dos processos de manejo – a racionalização – para tornar a exploração da Natureza eficiente, viável tanto econômica quanto ecologicamente. Em sua essência, o preservacionismo é a reverência à Natureza no sentido estético e espiritual da vida selvagem. Assim, esta concepção preconiza protegê-la contra o desenvolvimento industrial e urbano, principalmente através da adoção das áreas protegidas. Em linhas gerais, a ideologia preservacionista se baseia no respeito à Natureza partindo, então, de uma idéia de igualdade entre homens e animais, em que o homem não poderia ter direitos superiores aos elementos naturais, uma vez que ele também é parte integrante da natureza. Além deste elemento subjetivo, o preservacionismo ganhou formas científicas a partir das formulações teóricas da história natural e da teoria da evolução.

Entretanto, a partir do período em que foram criadas as primeiras áreas protegidas aos dias de hoje, ocorreram uma série de modificações principalmente no que diz respeito às atribuições e justificativas para a criação das áreas protegidas. Nos últimos cinquenta anos, a tomada de consciência acerca da necessidade de manutenção dos recursos naturais e seu caráter fundamental para a melhoria da qualidade de vida despertou a preocupação mundial com o meio ambiente³⁰. Um conjunto de eventos, tais como acidentes ambientais, (como por exemplo, o acidente nuclear amplamente veiculado pela mídia na região de Chernobil, na antiga União Soviética em 1986, o grande derramamento de óleo ocorrido no Alasca em 1989, quando o navio Exxon Valdez se chocou com um rochedo; a contaminação dos moradores da Cidade dos Meninos, um conjunto de habitações em Duque de Caxias–RJ, com uma substância chamada de *pó-de-broca*; então os constantes acidentes de vazamento de produtos químicos em rios e mananciais no Estado do Rio de Janeiro ou mais recentemente a polêmica gerada no direcionamento de esforços dos EUA em torno da extração do gás Xisto por meio da questionada técnica do faturamento hidráulico, ou Frack, que tem ocasionado o posicionamento de diversas personalidades e grupos da sociedade civil americana em torno dos danos trazidos por esta nova modalidade de energia.

A partir destas mobilizações, surgiu uma série de manifestações pró Natureza, realizada por diversos atores sociais, mobilizados principalmente por meio das Organizações Não Governamentais (ONGs) de proteção da Natureza. Assim, toda esta agitação social no que tange à temática ambiental, colaborou para que resistências fossem quebradas, de forma que vários países e a comunidade internacional em geral foram impelidos a agir. Em 1968, é

³⁰ BRITO, Francisco A.; CÂMARA João B. D. *Democratização e gestão ambiental: em busca do desenvolvimento sustentável*. Coleção Educação ambiental. Petrópolis: Editora Vozes, 1999.

formado o Clube de Roma, uma organização não governamental, liderada pelo economista Arillio Peccei, que tinha o propósito de debater a crise ambiental e o futuro da humanidade. Em 1972, o Clube de Roma divulgou seu primeiro relatório, traduzido para o português com o título de “*Os Limites do Crescimento*”. Neste documento, através de simulações matemáticas, foram feitas projeções acerca dos impactos ambientais do crescimento populacional, da poluição e do esgotamento dos recursos naturais da Terra. Assim sendo, chegou-se à conclusão de que mantidos os níveis de industrialização e exploração dos recursos materiais, o limite de desenvolvimento do planeta seria atingido no máximo em cem anos, tal fato, provocaria uma queda na capacidade industrial e uma repentina diminuição na população mundial, devido à escassez de recursos, poluição, fome e doenças³¹.

Por outro lado, a década de 1970 foi marcada pela Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente Humano, ou Conferência de Estocolmo, na Suécia, que contou com a participação de cento e treze países. Este evento oficializou o surgimento de uma preocupação internacional sobre os problemas ambientais, bem como salientou que há uma grande diferença entre os países ricos e os países pobres na visão do que viria a ser o “problema ambiental”. A Conferência de Estocolmo destacou que os problemas ambientais nos países em vias de desenvolvimento estão mais ligados à pobreza e à desigualdade entre a população. Como resultado da Conferência de Estocolmo, surgiu o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, PNUMA.

No que concernem às áreas protegidas, esta discussão suscitou a consolidação de que a instituição de áreas naturais protegidas configurava a principal estratégia de se promover a conservação da natureza. Por outro lado, decorrente da influência do conceito de Desenvolvimento Sustentável, que tem suas bases nas discussões ocorridas na Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD) e no relatório “*Nosso Futuro Comum*”, os objetivos e as justificativas para o estabelecimento de áreas protegidas foram revistos. Sob esta influência, o tema da ocupação de pessoas em áreas protegidas ganha relevância, merecendo destaque o fato de que a presença de pessoas dentro dos limites de áreas protegidas passou a ser entendida como uma situação que não compromete a

³¹ PNUMA. 2004. Integração entre o meio ambiente e o desenvolvimento: 1972–2002, In: *Perspectivas do Meio Ambiente Mundial - 2002. GEO 3. Passado, Presente e Futuro*. Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente. Disponível em: <http://www.wwiuma.org.br/geo_mundial_arquivos/capitulo1.pdf>. Acesso em: maio 2013.

manutenção destes remanescentes de Natureza, mediante o controle do uso dos recursos naturais de modo previamente acordado³².

Já no Brasil o processo de criação de Unidades de Conservação e luta ambiental se deu de modo complexo. Mesmo iniciado no fim da década de 1930, o processo de criação de áreas protegidas no Brasil só assume uma postura efetiva quanto à conservação da natureza, a partir dos anos 1980, com o processo de abertura política e a pressão de organismos internacionais, como a União Internacional para a Conservação da Natureza e dos Recursos Naturais (IUCN). Neste sentido, afirma o geógrafo Luiz Renato Vallejo os diversos encontros em escala mundial e continental “reafirmaram os direitos das sociedades tradicionais [...] recomendando-se aos responsáveis pelo planejamento e manejo das áreas protegidas que respeitassem a diversidade dos grupos étnicos e utilizassem suas habilidades”³³.

A geógrafa Alba Simon³⁴ destaca que aparentemente foi o sentimento de defesa do território, aliado ao espírito científico e político e à larga troca de informações e experiências com as entidades internacionais, que favoreceram a institucionalização do conceito de conservação por meio da criação de unidades de conservação, consolidando uma política autoritária, tecnocrática e antidemocrática, uma vez que a opção política de “negociar” com os projetos desenvolvimentistas do governo militar, selecionando espaços para a criação de unidades de conservação, deixou de lado a crítica ao modelos de desenvolvimento e o enfrentamento do sistema.

Desse modo, o processo de criação de Unidades de Conservação de proteção integral no Brasil até meados da década de 1980 seguiu uma via autoritária, conjugando tecnocracia científicista com a manipulação do território para avançar no processo de modernização do país. No entanto, com o fim do regime militar, em meados da década de 1980, no bojo do processo de redemocratização do país, emergem, no âmbito dos movimentos ambientalistas, denúncias e protestos contra o que já era considerado um grande passivo ambiental ocasionado pelos projetos do governo militar. A instalação de usinas nucleares no Estado do

³² DIEGUES, Antônio Carlos Sant'Ana. *Etnoconservação: novos rumos para a conservação da natureza*. São Paulo: Editora Hucitec, 2000.

³³ VALLEJO Luiz Renato. Unidade de Conservação: Uma Discussão Teórica á Luz dos Conceitos de Território e Políticas Públicas. *Revista GEOgraphia*, Ano IV, n. 8, 2002. Disponível em: <www.uff.br/geographia/rev_08/luiz8.pdf>. Acesso em: jun. 2013.

³⁴ SIMON, Alba Valéria dos Santos. *Recategorizando a conservação: da proteção integral às investidas socioambientalistas na concepção e na gestão de unidades de conservação*. 2010. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.

Rio de Janeiro, a poluição gerada pelo complexo industrial de Cubatão contribuíram para conectar setores do movimento social à temática ambiental.

Segundo Juliana Santilli, a consolidação democrática no país passou dar à sociedade civil um amplo espaço de mobilização e articulação, que resultou em alianças políticas estratégicas entre o movimento social e ambientalista. A autora identifica o surgimento socioambientalismo a partir dessas vinculações e sublinha que a Aliança dos Povos da Floresta surgida no final da década de 1980 na Amazônia como um dos marcos do socioambientalismo, onde os seringueiros emergem como atore políticos nacionais no contexto do discurso do desenvolvimento sustentável e o extrativismo é desvelado como uma atividade econômica não predatória, como via possível de valorização econômica da Amazônia³⁵.

O fortalecimento da articulação entre o movimento social dos seringueiros e o movimento ambientalista e a ampla repercussão nacional e internacional da morte de seu principal líder, Chico Mendes, levaram a criação em 1990 das primeiras Reservas Extrativistas³⁶.

Assim, ressalta Ferreira, esta nova perspectiva pressupõe que o sucesso da conservação depende diretamente da participação das populações residentes das áreas a serem protegidas, o que foi responsável pelo realinhamento da orientação institucional das políticas públicas brasileiras de proteção da Natureza. Assim, nos anos de 1980, o país elabora a sua primeira proposta de criação de um Sistema Nacional de Unidades de Conservação, abrangendo categorias nas quais o uso sustentável era permitido. Esta nova ideologia, o desenvolvimento sustentável, inaugura a possibilidade de uso direto dos recursos naturais pelas populações residentes da área ou do entorno, tornando, então, a proteção do meio ambiente compatível às necessidades humanas. Assim, surgem as unidades de uso direto ou sustentáveis, que ao contrário do preservacionismo/conservacionismo não concebem o homem como potencial destruidor do meio ambiente, e desta maneira, incorporam a premissa

³⁵ SANTILLI, Juliana. *Sócio-ambientalismo e novos direitos: proteção jurídica à diversidade biológica e cultural*. São Paulo: Peirópolis, 2005. p. 24.

³⁶ Para mais informações sobre os aspectos gerais da luta de resistência dos seringueiros e da evolução do sindicalismo na Amazônia Ocidental ver: PAULA, Elder Andrade de. *Seringueiros e sindicatos – um povo da floresta em busca de liberdade*. 1991. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento e Agricultura–CPDA–UFRRJ. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1991 e: PAULA, Elder Andrade de. *Estado e desenvolvimento insustentável na Amazônia Ocidental: dos missionários do progresso aos mercadores da natureza*. 2003. Tese (Doutorado em Desenvolvimento e Agricultura) Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003.

da exploração racional dos recursos, visando a sua perenidade³⁷. No Brasil, as áreas protegidas regulamentadas por lei são denominadas Unidades de Conservação. Áreas que, por suas características ambientais, estéticas, históricas ou culturais, e sua importância para a manutenção dos ciclos naturais, demandam regimes especiais de preservação, ou de exploração racional de seus recursos. O principal instrumento legal que regulamenta as UCs é a Lei do nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC). O SNUC entende as UC como porções do “espaço territorial e seus recursos ambientais [...] com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção”.

As Unidades de Conservação configuram, assim, a unidade básica de operacionalização da conservação da Natureza. De acordo com a legislação brasileira, as UCs dividem-se em dois grupos: *Unidades de Proteção Integral*, cujo objetivo básico é preservar a natureza, sendo admitido apenas o uso indireto dos seus recursos naturais, ou seja, as atividades que possam alterar ou comprometer a preservação dos recursos naturais são vedadas. O segundo grupo é constituído pelas denominadas *Unidades de Uso Sustentável* cujo objetivo básico é compatibilizar a conservação da Natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais. Nestas unidades são permitidas atividades econômicas que promovam manejo sustentável dos recursos naturais³⁸.

Sendo assim, a partir do final da década de 80 os governos estaduais e municipais, em certa medida passam a adotar a novidade ecologista e tratar de implantar unidades de conservação de uso sustentável no território e, assim, adotar uma tendência mundial da conservação da natureza, cujo principal objetivo é o manejo do uso humano de organismos e ecossistemas, com o fim de garantir a sustentabilidade desse uso.

Diante desse panorama que aponta para a construção de uma geopolítica do neoliberalismo ambiental, convém conceder espaço para as reflexões de Carlos Walter Porto Gonçalves:

³⁷ BRITO, Francisco A.; CÂMARA, João B. D. *Democratização e gestão ambiental: em busca do desenvolvimento sustentável*. Petrópolis: Editora Vozes, 1999. p. 68. Coleção Educação ambiental.

³⁸ Para mais informações sobre o debate da instauração das áreas naturais protegidas, ver SATHLER, Evandro Bastos. *Os “espaços de incerteza”, a “desterritorialização subjetiva” e o “pacto da conservação”*: perspectivas de uma geografia socioambiental das áreas naturais protegidas. 2010. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2010 e: SIMON, Alba Valéria dos Santos. *Recategorizando a conservação: da proteção integral às investidas socioambientalistas na concepção e na gestão de unidades de conservação*. 2010. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.

o fundamento da relação da sociedade com a natureza sob o capitalismo está baseada na separação, a mais radical possível, entre os homens e mulheres, de um lado, e a natureza, de outro. A generalização do instituto da propriedade privada, ao privar a maior parte dos homens e das mulheres do acesso aos recursos naturais, cumpre um papel fundamental na constituição do capitalismo. É interessante observar as implicações territoriais da propriedade privada na medida em que ela se constitui como eixo central da territorialidade moderno-colonial. É ela que está na base da constituição do Estado Territorial Centralizado, depois Estado-Nação, que é a forma territorial por excelência da sociedade moderno-colonial. É com base nela que se nega a diversidade de formas de apropriação (de propriedade) dos recursos naturais, mesmo no interior das fronteiras de um mesmo estado territorial³⁹.

Afirma Diegues que os conflitos sócio-ambientais junto às UCs, sejam elas de uso sustentável ou não, se fazem evidentes em dois momentos: o primeiro, a partir da iniciativa de criação, em que a dimensão simbólica da luta social de conservacionistas é baseada em uma concepção *universalista de conservação*, evocando então a instituição de unidades como reação/resposta/barreira para as ameaças reais ou potenciais aos recursos naturais locais. Assim sendo, estes atores consolidam e potencializam suas decisões validando o processo através da legislação, institucionalizando dessa forma, o território. Neste sentido, a criação das áreas naturais protegidas corresponde à defesa de interesses específicos de um determinado projeto societário sobre o meio biofísico. No segundo momento, os conflitos socioambientais acontecem após a institucionalização do espaço pelo Estado e do estabelecimento de “novas” regras de uso e apropriação dos recursos, ganhando maior escopo. Desta forma, o conflito passa a ser identificado pela manifestação ou mobilização dos atores sociais frente aquilo que é percebido por eles como usurpação de direitos, consuetudinários ou não, e/ou formas de agressão ao ambiente. Portanto, o conflito é deflagrado devido aos atores sociais, em um momento quase que repentino, por estarem submetidos às novas regras de apropriação dos recursos, lógicas estas que em muitos dos casos têm por objetivo cercear o uso tradicionalmente feito por estes grupos. Inclusive em muito dos casos criminalizam as práticas historicamente exercidas

A criação de uma Unidade de Conservação gera obrigações e direitos aos atores envolvidos, alterando os usos e costumes do lugar. A instauração de uma UC representa o encontro, uma sobreposição de territorialidades no mesmo espaço geográfico, podendo afetar, inexoravelmente, o lugar e a vida dos atores eventualmente relacionados com este espaço,

³⁹ GONÇALVES, C.W.P. *Os (des) caminhos do meio ambiente*. São Paulo: Contexto, 2006. p. 288.

gerando conflitos que podem se estender por anos ou então na sua não harmonização contribuindo para a retomada do debate em torno da recategorização do território⁴⁰.

O capítulo que se segue tem por objetivo apresentar o processo histórico de formação da unidade de conservação Reserva Biológica do Tinguá, destacando os principais debates travados e as propostas aventadas nos momentos antecessores à assinatura do Decreto.

⁴⁰ SATHLER, Evandro Bastos. *Os "espaços de incerteza", a "desterritorialização subjetiva" e o "pacto da conservação"*: perspectivas de uma geografia socioambiental das áreas naturais protegidas. 2010. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2010. p. 4.

2 A RESERVA BIOLÓGICA DO TINGUÁ: PROCESSO HISTÓRICO DE FORMAÇÃO DA UNIDADE DE CONSERVAÇÃO

2.1 Reserva Biológica do Tinguá, tesouro de Nova Iguaçu

Um dia ... uma exuberante floresta ... pujante ... riquíssima ...

Hoje ... fragmentos esparsos ...

que fatalmente serão sacrificados ...

oferecidos como um banquete ...

à besta dos abismos ...

...

No Parlamento dos homens ...

o festim dos mil delírios ...

arquitetam-se os planos obscuros ...

que sempre foram causadores da dor ...

a opressão ... o extermínio

a fome ... a sede ... a exclusão ...

Este o infeliz legado

até aqui deixado para todos nós

por uma cultura primitiva ...

Que dizimou florestas preciosas ...

envenenou riachos, rios, oceanos ...

Transformando a Terra numa lixeira imensa ...

...

Reserva do Tinguá ...

Ainda sobrevives ... que bom ! ...

Espero ver-te sempre vestida de verde ...

verde claro ... verde escuro ... Verde Vida ! ...

Poder ouvir as canções que cantam teus riachos ...

Sentir os teus perfumes ...

...

Reserva do Tinguá ... de Xerém ... de Jaceruba ...

Miguel Pereira ... Petrópolis ...

Reserva da Biosfera ...

Patrimônio da Humanidade.

Reserva do Tinguá...

A cada novo dia... desperta no coração, na alma... esse indizível amor por tuas brenhas... por teus riachos... teus cânticos... perfumes... Reserva do Tinguá... Para sempre Reserva Biológica!⁴¹

Este texto do ambientalista Márcio das Mercês retrata alguns aspectos relativos ao potencial que a região do Tinguá apresenta, nos servindo para pensar sobre a necessidade de conservação de territórios aliado com a preocupação para com o manejo salutar dos recursos que dela provém. Sinaliza ainda que o processo que culminou com a assinatura do decreto em 1989 foi resultado de lutas intensas marcadas, por seu turno, pela majoritária participação de setores preocupados com questões outras que não diretamente vinculadas aos reais impactos que poderiam ser gerados à população residente no entorno do Maciço do Tinguá a partir da implantação de um novo modelo gestor, refletindo interesses exógenos às reais demandas da população local. Com vias de pensar como se deu esse processo e com o intuito de desvelar a participação importante dos moradores no processo decisório sobre o modelo de gestão e conservação que seria adotado que iniciamos este capítulo que procura mostrar como emergem as preocupações com a preservação de territórios, tangenciando a discussão do surgimento de áreas protegidas no Brasil e no mundo com base em leituras de autores de diversos campos do conhecimento, com a finalidade de sinalizar, por meio de leituras interdisciplinares a relevância do tema na contemporaneidade.

As áreas protegidas aparecem como um recorte no interior do debate sobre as chamadas questões ambientais. Problemas que tangenciam a modernização e seus efeitos e se relacionam com o risco de degradação ou então da extinção dos recursos do meio ambiente. Tais questões sugerem um diálogo renovado entre as ciências humanas, sociais e naturais, para a compreensão das problemáticas relativas às áreas protegidas e as questões relativas aos

⁴¹ Marcio Castro das Mercês, Ambientalista ICmBio e poeta – 61 anos. Funcionário do extinto IBDF e foi presidente do GDN, Grupo de Defesa da Natureza.

usos do território. As áreas protegidas são um tipo de produção espacial em que diversos atores sociais interagem no território, demandando assim contribuições dos olhares especializados de outros campos científicos, tal como História, Geografia, Antropologia, Sociologia, dentre outros.

Neste capítulo pretendemos apresentar centralmente um breve histórico da região do Tinguá, demarcando que os diferentes ciclos econômicos de exploração da região se relacionam com uma gestão que não tinha a preocupação primaz em ponderar modelos adequados de gestão e manejo preocupado com os riscos, impactos e danos ao território, em razão da hiper concentração das cidades diante do contundente crescimento, tendo em conta que a preocupação ambiental se torna agenda relevante a partir do século XX. Tais situações promovem tensões, que seu agravamento engrossará a luta dos grupos sociais diversos ao projeto que está sendo disputado, e que culmina com o decreto de criação da Unidade de Conservação REBIO Tinguá, decreto 97.780 de 3 de maio de 89.

Pretende-se apresentar o processo histórico de formação da Reserva com o dimensionamento e identificação do papel dos atores; moradores, políticos, membros de entidades civis, empresários, intelectuais além de mostrar ainda os debates que culminaram com a categorização da região como reserva biológica assim como apresentando os debates acadêmicos travados em torno dos mecanismos de gestão de áreas naturais. Apontaremos para arena de relações de poder travadas no seio dos debates que deram origem a Unidade de Conservação. Tenciona-se compreender como se deu a histórica disputa sobre a categorização de área protegida, parque nacional ou reserva biológica antecede a criação da UC, em 89, por meio da representação apresentada pelos Jornais Correio da Lavoura no período de 1986 e 1989, Jornal de Hoje⁴² em igual período além de informações coletadas em parte do Arquivo Ney Alberto sobre a região do Tinguá assim como sobre a História de Nova Iguaçu. Cabe ressaltar ainda que serão analisados e apresentados *a posteriori* entrevistas realizadas com 3 moradores locais, sob o viés metodológico da História Oral, com vias de compreender a partir dessas experiências como os moradores do Tinguá “inventaram o cotidiano” por meio das práticas cotidianas em relação as necessidades imediatas e a proteção do meio ambiente, reivindicando como E.P Thompson nos faz pensar no livro *Senhores e*

⁴² Jornal de Hoje, publicação diária de circulação na Baixada Fluminense, tendo principal foco de ação o município de Nova Iguaçu, com sua sede localizada no município desde 1971, cuja criação se deu por iniciativa do presidente Valcir de Almeida.

Caçadores: a origem da lei negra nos embates existentes entre lei e costumes, a luta por uma participação na lei, tal como foi a engendrada com a criação da Reserva Biológica.

2.2 O processo de formação de áreas protegidas

A trajetória da espécie humana na Terra sempre esteve associada à utilização de recursos oriundos da natureza. Essa apropriação do espaço natural foi sendo realizada de forma gradativa. No início da chamada pré história, os homens viviam não só da caça como também coleta de frutos; moravam em cavernas e utilizavam pedras e madeiras para confecção de diferentes artefatos. No período neolítico, a sociedade passava a se organizar em clãs que se dedicavam à agricultura e à criação de animais. Os instrumentos agrícolas utilizados eram muito primitivos, porém a utilização de metais como o cobre, o bronze e o ferro permitiram aos camponeses um melhor manejo agrícola do solo e contribuíram, assim, para a destruição de florestas por transformá-las em amplas extensões de terra cultivável. Apesar desse período histórico já promover impactos ao meio ambiente, os mesmos são considerados reduzidos, tendo em vista a pouca tecnologia e os resíduos produzidos serem de origem orgânica.

Na antiguidade, a cultura agrícola encontrava-se estabelecida. As diferentes áreas que possuíam um sistema agrícola apresentavam como característica comum à organização das mesmas em torno de grandes rios.

Na Idade Média prevaleceu o sistema social, político e econômico denominado feudalismo, cuja principal riqueza advinha da posse e exploração da terra. A economia era predominantemente agrária e as atividades comerciais limitadas. A utilização dos recursos naturais continuava com o crescente aumento da população e de suas demandas e, desta forma, aumentava-se, também, a necessidade de matéria prima.

Na Idade Moderna, o feudo agrário foi substituído pelas cidades, que passavam a ser mais populosas e a desenvolver sérios problemas de saneamento, causadores de inúmeras doenças e mortes. É o caos urbano.

Esse século também foi marcado pelo mercantilismo e pelas grandes descobertas territoriais. A extração de recursos naturais acentuava-se. O século XVIII foi caracterizado por um modelo de sociedade tipicamente industrial e consumista. O processo de produção

passou a explorar em demasia os recursos ambientais. As cidades cresciam sem nenhuma forma de planejamento e ordenamento, ocasionando uma série de problemas ambientais. Nesse período, a superioridade do homem frente à natureza começava a ser questionada. Segundo DIEGUES, professor de ciência ambiental da USP (2000: 6) “a deterioração da vida urbana levou a uma valorização da vida no campo, na Inglaterra, onde reinava a calma de uma vida bucólica que começou a ser procurada pela aristocracia que fugia dos centros urbanos poluídos”.

No século XIX⁴³, ainda sob os efeitos da Revolução Industrial com o surgimento do capitalismo industrial, da formação dos grandes conglomerados econômicos e do processo de produção em série, necessitava-se de minérios e matérias-primas para a produção das indústrias. Novamente, os recursos naturais foram utilizados em larga escala. Nesse período, também o capitalismo americano já estava consolidado, o processo de urbanização era elevado e a população já demonstrava sinais de descontentamento e estresse com a dinâmica urbana.

Diante deste cenário, surgiu a ideia de proteção de áreas naturais. No ocidente, a primeira área oficial destinada à contemplação da beleza natural e ao lazer da sociedade foi o Parque Nacional de Yellowstone, nos Estados Unidos. O primeiro parque nacional do mundo foi criado em 01 de março de 1872. A partir do exemplo americano, vários outros países criam seus próprios parques nacionais: Austrália em 1879; Canadá em 1885; Nova Zelândia em 1894; África do Sul e México 1898; Argentina em 1903; Chile em 1926; Equador em 1934 e Venezuela e Brasil em 1937.

Os americanos, ao conservarem grandes áreas de terras não agricultáveis, pouco manipuladas e de exuberante beleza cênica, buscavam resgatar os elos com o ideário do paraíso perdido. Nesse sentido, o homem funcionava como o elemento desarticulador do sistema ambiental. É interessante aludirmos a uma metáfora bíblica contida no Livro Gêneses, onde Adão foi expulso do Paraíso depois de comer o fruto proibido, rompendo, desta maneira, o “contrato” firmado com Deus. Seguindo-se esta mesma lógica, os habitantes de áreas protegidas de uso indireto deveriam ser retirados desses locais a fim de que se restaurasse

⁴³ No século XIX o aumento da devastação florestal e da caça comercial fez proliferar leis e regulamentos de preservação de florestas e de proteção aos animais domésticos e de caça em vários países europeus, especialmente na Inglaterra (1822) e França (1850), como também na África do Sul (1846), Índia (1865) e Austrália (1866). Cf: ROSA, Maria Cristina. *Conservação da natureza, políticas públicas e reordenamento do espaço: contribuição ao estudo das políticas ambientais no Paraná*. São Paulo: USP, 2000. p. 47.

novamente o equilíbrio natural existente nesses espaços de outrora, restabelecendo-se, desta forma, um novo contrato natural.

De acordo com a geógrafa Maria Cristina Rosa apesar de o Parque Nacional de Yellowstone ser considerado por vários autores um marco fundamental na criação de áreas naturais intactas e desabitadas, o critério preservação do meio ambiente deve ser atribuído a outro parque norte-americano. “Na verdade, a primeira reserva designada à proteção de áreas virgens desabitadas no USA teria sido a do Parque Nacional de Yosemite, criado em 1890”⁴⁴.

No Oriente, a preservação da natureza “selvagem” seja como fonte mantenedora de caça ou madeira seja como espaços destinados à apreciação da beleza ou, simplesmente, como refúgios espirituais já era antiga e remontava séculos anteriores aos modelos ocidentais. Reitera-se que a ideia de preservação, visando a futuras gerações já permeava tais áreas, e pode-se admitir que a essência que rege conceitos como: capacidade, suporte, ordenamento/zoneamento territorial, estoque de fauna ou flora, entre outros, pode ter sido originado nesse período.

Vários são os registros que exemplificam, com clareza, a preocupação de outros países com a preservação ambiental em terras protegidas. Utilizam-se aqui apenas três relatos, entre os inúmeros exemplos, descritos por Miller e que corroboraram a preocupação ambientalista fora do eixo América do Norte – Europa:

Por milhares de anos, os povos reconheceram os valores especiais ligados a sítios geográficos e tomaram medidas para protegê-los. Tais sítios estavam associados a fontes de animais sagrados, água pura, plantas medicinais, matéria-prima para uso futuro, mitos e ocorrências históricas. O acesso e uso dessas áreas e de seus recursos eram controlados por tabus, éditos reais e mecanismos sociais comunitários. Na Indonésia, nas Filipinas e nas ilhas do Pacífico, por exemplo, combinaram-se poderosos tabus sociais com rígidos controles administrados em nível de aldeia, muitas vezes com reforço religioso, para evitar uma exploração que viria contrariar os interesses da comunidade.

Uma das mais antigas referências documentadas vem da Ásia, onde o Imperador Ashoka, da Índia, em 252 a.C., ordenou a proteção de certos animais, peixes e áreas florestadas. A primeira área de Proteção na Indonésia foi criada em 684 a.D., na ilha de Sumatra, por ordem do Rei de Srivijaya.

Conta-se que no século XV, Babar, o primeiro Imperador Mogul da Índia, caçava rinocerontes em reservas especiais criadas para esse fim nas zonas pantanosas do Punjab. O

⁴⁴ ROSA, Maria Cristina. *Conservação da natureza, políticas públicas e reordenamento do espaço: contribuição ao estudo das políticas ambientais no Paraná*. São Paulo: USP, 2000. p. 49.

Real Parque Nacional de Chitwan, no Nepal, foi criado inicialmente como reserva de caça para a família Rana. Assim também, Ujung Kulon, em Java, e Ranthambore, na Índia, hoje em dia, importantes parques nacionais, foram originariamente criados como reservas de caça. Em Kumano, Japão, há milhares de anos que o povo vai ao santuário de Tamaki para comunicar-se com os cedros. A reverência aos macacos, captada no antigo épico da cultura hindu, o Ramayana, ainda hoje é mantida na reserva de Cagar Alam, assim como também em Bali. Esses sítios preservam não somente valores culturais e religiosos, como também os habitats florestais próximos.

Registros contam que na Dinastia Chow (1122 a.C. – 255 a.C.) havia uma recomendação imperial para a conservação de florestas. Em outras dinastias, que sucederam a de Chow, houve outros fatos de destaque como o reflorestamento de áreas desmatadas e a criação de estações experimentais.

O protótipo de áreas protegidas amplamente utilizado é, sem dúvida, o modelo norte-americano, conforme anteriormente mencionado. Diegues em seu livro “*O mito moderno da natureza intocada*” relata como ocorreu o processo de formação de áreas naturais protegidas nos Estados Unidos e quais foram as bases ideológicas que fomentaram o estabelecimento destes espaços. Este autor expõe que a criação do Parque Nacional de Yellowstone foi resultado da corrente preservacionista existente no século XIX. Esta corrente ideológica apregoava que a preservação de áreas naturais deveria excluir seu maior predador: o homem. Na verdade, segundo este autor⁴⁵: a proposta era criar “ilhas” de grande beleza e valor estético que conduzissem o ser humano à meditação das maravilhas da natureza intocada. É nessa perspectiva que se inseriu o conceito de parque nacional como área natural, selvagem, originário dos E.U.A.

Na percepção dos preservacionistas, havia uma clara dissociação entre homem e natureza. Para eles, “natural” era o que não prescindia a presença ou atuação humana, devendo permanecer da mesma forma como fora criado pela “ação divina”.

⁴⁵ DIEGUES, Antônio Carlos Sant'Ana. *Etnoconservação: novos rumos para a conservação da natureza*. São Paulo: Editora Hucitec, 2000. p. 24.

A corrente preservacionista tinha como base teórico–conceitual as propostas de Henry Thoreau⁴⁶, George Perkins Marsh e John Muir. Rosa⁴⁷, em sua dissertação *Conservação da natureza, políticas públicas e reordenamento do espaço: contribuição ao estudo das políticas ambientais no Paraná* relata que para Thoreau e Marsh a criação dos parques nacionais se apresentava como a única forma de proteger amostras do mundo natural contra os efeitos negativos da modernidade.

Ainda conforme a autora, Thoreau declarou: a esperança e o futuro para ela não estão nos jardins e campos cultivados, nas vilas e cidades, mas nos pântanos impenetráveis e trementes.(...) George Perkins Marsh⁴⁸ defendeu que a preservação de áreas virgens tinha justificativas tanto estéticas quanto econômicas.

O teórico mais importante do preservacionismo, John Muir⁴⁹, acreditava que a essência divina estava presente em todos os elementos naturais: animais, plantas, água e, até mesmo, em rochas. Muir procurava uma organicidade entre os elementos naturais; e uma de suas maiores vitórias foi a criação do Parque Nacional de Yosemite em 1890. Outro ideólogo da preservação foi Aldo Leopold⁵⁰, autor de um dos livros base da história da preservação: A

⁴⁶ Henry David Thoreau (1817–1862) – nasceu em Concord, estado do Massachusetts (USA). A obra deste autor é considerada um marco na defesa da preservação da natureza. Em sua bibliografia constam os clássicos: *Desobediência Civil* (1849) e *Walden* (1854). A experiência individual descrita em *Walden* deriva da decisão de Thoreau viver isoladamente, durante dois anos e dois meses (1845–1847), em uma cabana construída por ele mesmo às margens do Lago Walden, nas proximidades de Concord. O que seria visto, por muitos de seus contemporâneos, como nada mais do que a excentricidade de um eremita, fugindo do social, significaria, para Thoreau, a oportunidade para uma reflexão radical sobre o sentido de viver bem a vida humana em um momento histórico, marcado pelos confortos e desconfortos de uma sociedade capitalista em fase de rápida urbanização e industrialização. Nos dezoito ensaios que compõem *Walden*, o que Thoreau tenta demonstrar é que esse estilo de vida alternativo baseado, não no máximo, mas no mínimo necessário de produção e consumo, pode ser não apenas possível, mas melhor do que o estilo de vida atrelado às exigências do progresso industrial e urbano. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/cdrom/thoreau>>

⁴⁷ ROSA, Maria Cristina. *Conservação da natureza, políticas públicas e reordenamento do espaço: contribuição ao estudo das políticas ambientais no Paraná*. São Paulo: USP, 2000. p. 48.

⁴⁸ George Perkin Marsh (1801–1882) diplomata americano, publica o livro *Man and or Physical Geography by Human Action*, considerado o primeiro exame detalhado da erosão da natureza provocada pelo homem. Marsh documenta como os recursos do planeta estavam sendo reduzidos e prevê que tal exploração não continuaria sem exaurir, inevitavelmente, a generosidade da natureza; analisa os custos do declínio de civilizações antigas e prevê um destino semelhante para as civilizações modernas, se não houvesse mudanças.

⁴⁹ John Muir, escocês que migrou para a Califórnia, é considerado o pai da conservação ambiental nos EUA e o responsável pela criação do Parque Nacional de Yosemite, no começo do século passado. Através da sua história acompanha-se o processo de ocupação das terras da Califórnia e a evolução das idéias e políticas preservacionistas naquele país.

⁵⁰ Aldo Leopold (1887–1948) formou-se em Engenharia Florestal pela Universidade de Yale, terminou seu mestrado em 1905 e foi trabalhar no serviço florestal dos Estados Unidos. Em 1933 assumiu a disciplina de manejo de Caça na Universidade de Wisconsin, onde permaneceu até a sua morte. Publicou mais de 350 artigos clássicos e seu texto sobre manejo de caça (*Conservação da Vida Selvagem*) tornou-se um clássico

Sand County Almanac, tal como fora mencionado no capítulo I Este autor teve como um de seus seguidores mais célebres a jornalista Rachel Carson⁵¹.

Mesmo sendo a formação de áreas protegidas endossada pela ideologia preservacionista, outra corrente de pensamento também se fazia presente no século XIX: o conservacionismo. Essa orientação filosófica propunha o uso racional e criterioso dos espaços naturais. Um dos expoentes do pensamento do conservacionismo foi o engenheiro florestal Gifford Pinchot.

Pinchot⁵² acreditava que a conservação deveria ser baseada no uso dos recursos naturais pela geração presente: prevenção do desperdício, no uso dos recursos naturais para a maioria dos cidadãos.

Ainda hoje, podemos perceber, nitidamente, essa dicotomia entre a corrente preservacionista e conservacionista, apesar de, em alguns discursos, essas orientações filosóficas se confundem, ou até, se sobrepõem.

O processo brasileiro de criação de áreas protegidas foi inspirado no modelo norte americano sendo que os primeiros parques brasileiros reproduziram o mesmo ideário de esplendor cênico que motivou a criação dos grandes parques nos USA.

2.3 Gênese de áreas protegidas no Brasil

No território nacional, a preocupação com o meio ambiente natural se inicia timidamente no período colonial. Em 1548, a captura de aves e o corte de madeira real⁵³ já eram proibidos. Este ato era reforçado por cartas régias e decretos criados durante o Império.

utilizado como referência até hoje. A sua obra mais conhecida foi o *Sand County Almanac*, em que lançou as bases para a Ética Ecológica.

⁵¹ Rachel Carson – bióloga norte americana, autora do clássico *Primavera Silenciosa (Silent Spring)*, em 1962, primeira obra a detalhar os efeitos do uso do DDT. A publicação de "Primavera Silenciosa" deu início ao debate público sobre agrotóxicos que continuou através dos anos 60; por influência dela, algumas das substâncias listadas pela autora foram proibidas ou sofreram restrições de uso.

⁵² Gifford Pinchot (1865–1946) criou o Forest Service, equivalente ao IBAMA brasileiro, em 1905. Gifford Pinchot pode ser considerado o precursor do desenvolvimento sustentado. Disponível em: <<http://www.agronoticias.agricultura.gov.br/rumos>>

⁵³ A partir do século XVI, os europeus que chegavam ao continente americano, trouxeram consigo a concepção de destruição indiscriminada das 'coisas selvagens da natureza'. E, no nosso caso, uma exceção a esta regra foi a lei, em 1605, da Coroa portuguesa, que objetivou a criação de reservas extrativistas, exclusivas para a realza, controladora do corte dessas árvores e criadora da função de guardas florestais. ROSA, Maria Cristina.

No ano de 1635, foram criadas as primeiras áreas destinadas à proteção do pau-brasil; essas áreas foram denominadas de Conservatórias. Em 13 de março de 1797, foi assinada a primeira Carta Régia com o objetivo de conservar nossas florestas e madeiras⁵⁴.

Em 1808, Dom João VI funda o Jardim Botânico do Rio de Janeiro, onde são plantadas inúmeras espécies de nativas e de exóticas. Esse espaço destinou-se ao estudo e catalogação de plantas brasileiras pelos botânicos que acompanhavam a corte portuguesa.

Urban, jornalista, escritora e ambientalista brasileira elenca alguns marcos que foram significativos para o escopo do conservacionismo no Brasil, dentre eles a criação do Museu Imperial Nacional e a proposta de criação de um setor administrativo para a conservação das florestas. O Museu Imperial Nacional teve um papel chave na organização do conhecimento relativo à fauna e flora brasileiras.

Para esta autora: findo o Império, o Museu perdeu o título, mas continuou exercendo o papel de liderança na evolução do pensamento naturalista do país, e promoveu, em diferentes momentos da história do país, a fusão da política e da ciência⁵⁵.

Em 1821, José Bonifácio propôs a criação de um setor administrativo para conservação das florestas⁵⁶. No entanto, foi necessário que cem anos transcorressem para que fosse instituído o Serviço Florestal Brasileiro.

É interessante reiterar que a criação de leis, decretos, cartas régias, ou ideias de cunho conservacionista não eximem o Brasil Colônia e Império de seu caráter eminentemente predador. Na verdade, a implementação dos instrumentos citados provinha principalmente de

Conservação da natureza, políticas públicas e reordenamento do espaço: contribuição ao estudo das políticas ambientais no Paraná. São Paulo: USP, 2000. p. 113.

⁵⁴ Durante os períodos colonial e imperial, foram definidas normas que buscavam dirigir e restringir a exploração de alguns recursos naturais, notadamente de algumas espécies florestais, como o pau-brasil. Porém, as normas eram confusas, algumas vezes, conflitantes e mesmo impossível de serem cumpridas, mas, mesmo assim, conseguiram de certa forma resguardar parte do patrimônio natural durante período do Império, até 1834. A partir desse ano (quando foi extinto o alvará que concedia à Coroa o monopólio do pau-brasil e do pau-rainha) teve início a destruição das florestas brasileiras”.

⁵⁵ URBAN, Teresa. *Saudade do matão: relembando a história da conservação da natureza no Brasil*. Curitiba: UFPR; Fundação O Boticário de Preservação à Natureza; Fundação MacArthur, 1998. p. 68.

⁵⁶ O Museu Imperial Nacional, criado em 1818, centralizava a informação científica da época e formou uma geração de profundos conhecedores da natureza tropical, que exerceram influência significativa nas políticas conservacionistas que começavam a ser esboçadas na virada do século. Cf: URBAN, Teresa. *Saudade do matão: relembando a história da conservação da natureza no Brasil*. Curitiba: UFPR; Fundação O Boticário de Preservação à Natureza; Fundação MacArthur, 1998. p. 68.

uma preocupação mais direcionada à manutenção da matriz econômica portuguesa (estoque de recursos naturais), mais do que para conservação ambiental, propriamente dita⁵⁷.

Em 1876, André Rebouças publicou um artigo que, efetivamente, contribuiu para o início da discussão sobre a criação de áreas naturais destinadas à preservação no Brasil. Nesse artigo, Rebouças sugeriu a criação de dois parques nacionais: Ilha do Bananal (Rio Tocantins/Araguaia) e do Salto de Sete Quedas.

O período republicano pouco contribuiu para a preservação ambiental no Brasil, mantendo um modelo agrário agressivo, no qual a grande parte da paisagem florestal foi substituída por monoculturas e pastagens. Deste período, ressalta-se a atuação de Epitácio Pessoa que criou o Serviço Florestal. Esta Instituição⁵⁸ foi fundada em 1921, e possuía um setor destinado aos Parques Nacionais.

Em 23 de janeiro de 1934 foi criado o Código Florestal Brasileiro (decreto-lei nº 23.793/34) que definiu as seguintes categorias de áreas de proteção: parque nacional, floresta nacional, florestas protetoras e áreas de preservação em propriedade privada. Com a criação do Código Florestal foram instituídos o Conselho Florestal Federal, cujas atribuições eram de caráter deliberativo e o Fundo Florestal que tinha por uma das finalidades facilitar a criação de parques e florestas nacionais.

Os Parques Nacionais foram as primeiras categorias oficiais de proteção de áreas naturais no Brasil, dando origem a uma vasta bibliografia sobre o tema. Desta forma, não é errado estabelecer-se uma correlação entre o processo de evolução de áreas protegidas no Brasil e a criação/estabelecimento desses espaços.

⁵⁷ No Império, um dos esforços mais notáveis para introduzir novas práticas foi o de José Bonifácio de Andrada e Silva, o lúcido Patriarca da Independência. Cientista respeitado internacionalmente e político brilhante, José Bonifácio defendeu, para o Brasil, um programa fundamentado numa profunda inversão do modelo extrativista–predatório–exportador, apoiado numa visão pioneira sobre a relação homem e natureza. Cf: Ibidem. p. 79–80.

⁵⁸ Nos primeiros séculos depois do descobrimento, as florestas brasileiras foram consumidas para abastecer a armada portuguesa, a reconstrução de Lisboa, as companhias pesqueiras e o ambicioso arsenal da marinha lusitana. Tombavam também as florestas para ceder lugar às grandes plantações de açúcar e, diante da eminência do desaparecimento das chamadas madeiras de lei, a Metrópole começou a baixar normas para o controle de corte.(...) Todas essas medidas aparentemente foram de pouca valia porque, em 1808, quando Portugal abriu os portos brasileiros ao mercado internacional, foi obrigado a estabelecer restrições para o comércio do pau brasil e outros notoriamente estancados. As sucessivas medidas baixadas durante o período imperial criminalizaram o corte clandestino, porém nada fizeram para impedir que grandes áreas de floresta fossem completamente eliminadas para dar lugar aos canaviais, às plantações de algodão ou café. Cf: URBAN, Teresa. *Saudade do matão*: relembando a história da conservação da natureza no Brasil. Curitiba: UFPR; Fundação O Boticário de Preservação à Natureza; Fundação MacArthur, 1998. p. 71–72.

A implementação do Código Florestal, em 1934, não atendeu às necessidades da formulação de uma política florestal conservacionista; alguns aspectos dessa lei eram conflituosos e geravam, segundo alguns autores, uma interpretação dúbia. O próprio Fundo Florestal, criado pelo Código, só foi realmente concretizado em 1961.

Diante da ineficiência da lei nº 23.793/34, durante o governo de Jânio Quadros foi proposta a formação de uma equipe cuja função foi revisar e reformular o Código Florestal. Esta nova proposta de lei foi enviada ao Congresso Nacional em 1963/1964, sendo oficialmente aprovada em 15 de setembro de 1965. O novo Código Florestal (Lei nº 4.771/65) definiu as áreas cuja preservação deve ser feita permanentemente; atribuiu ao Poder Público não só a criação de parques nacionais, estaduais e municipais como de reservas biológicas, florestas nacionais, estaduais ou municipais; apontou critérios para exploração florestal em áreas protegidas ou não, entre outras recomendações técnicas.

Esta lei está em vigor até os dias atuais.

Em 1967 foi criado o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal – IBDF⁵⁹, cujas atribuições eram: orientar, coordenar e executar medidas necessárias à utilização racional, à proteção e conservação dos recursos naturais e ao desenvolvimento florestal no Brasil.

Até os anos 60, os parques nacionais no Brasil eram criados, prioritariamente, em função de seus atributos estéticos. Não existia, portanto, nenhum critério científico que condicionasse ou auxiliasse a escolha de tais áreas. A partir de meados da década de 70, provavelmente em função da criação do IBDF, iniciou-se uma nova etapa na criação de áreas de proteção no Brasil.

Na década de 70, o processo de criação de Parques Nacionais privilegiou a região norte do Brasil, o que até então priorizava as demais regiões brasileiras. Este fato, provavelmente, ocorreu devido a dois motivos distintos e antagônicos: esse período de tempo foi marcado pelos Planos de Desenvolvimento, nos quais a Amazônia tinha significado relevante para a política desenvolvimentista brasileira; e, outro motivo, seria evitar o processo de devastação ocorrido no bioma Floresta Atlântica.

No processo de categorização de unidades de conservação no Brasil, a década de 70 assumiu um papel de destaque. No período surgiram três documentos importantes: Análise de

⁵⁹ Embora o Serviço Florestal tenha sido criado em 1921, somente em 1930 sua atuação se fez mais marcante. Nesse período, definiu-se uma comissão para elaborar um conjunto de leis destinadas à proteção florestal. Em 1931, publicou-se o projeto do Código Florestal no Diário Oficial, visando a ajustes em sua formatação. Em 1933, o projeto foi reapresentado e, em janeiro de 1934, estabelecido o Código Florestal (decreto-lei nº 23.793/34).

Prioridade em Conservação da Natureza⁶⁰; I etapa do Plano do Sistema de Unidades de Conservação do Brasil e II etapa do Plano do Sistema de Unidades de Conservação do Brasil.

A trajetória do conservacionismo brasileiro, como pode ser observado neste capítulo, com o passar dos anos, consolidou-se adquirindo, ainda que timidamente, uma visão crítica e um estilo próprio. Um marco nesse caminhar foi, certamente, a inclusão de um capítulo totalmente destinado ao meio ambiente na Constituição Federal em 1988.

Durante os anos 80 foram criadas 104 áreas de proteção no Brasil, fato este que superou em muito a marca registrada nos áureos anos 60, quando foram estabelecidas 21 Unidades de Proteção. As razões do estímulo no aumento do percentual de áreas protegidas foram as grandes Conferências Internacionais e as pressões de movimentos ambientalistas e de financiadores externos.

Mercadante, que foi ex-diretor de áreas protegidas do ministério do Meio Ambiente entre 2003 e 2008⁶¹ expõe que no ano de 1989: “o antigo Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal – IBDF encomendou a Fundação Pró-Natureza – FUNATURA, ONG com sede em Brasília, dirigida por Maria Tereza Jorge Pádua, uma avaliação crítica de UCs ainda existentes e a elaboração de um anteprojeto de Lei instituindo o Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC”⁶².

Nos anos 90, o Brasil possuía sob a jurisdição federal: 34 parques nacionais; 23 reservas biológicas; 21 estações ecológicas; 38 florestas nacionais; 14 áreas de proteção ambiental e 04 reservas extrativistas.

Outra característica comum à década de 90 é a criação de RPPN – Reservas Particulares de Proteção Natural. Nesse novo modelo de proteção, as áreas a serem

⁶⁰ Em 1976, com apoio técnico da Organização Mundial para a Agricultura e Alimentação (FAO), o IBDF, elaborou o documento Análise de Prioridades de Conservação da Natureza na Amazônia como parte do Projeto Desenvolvimento e Pesquisa Florestal – Prodepef. Três anos depois, propôs o plano do Sistema de Unidades de Conservação para o Brasil, atendendo às diretrizes dadas pelo II PND, que propunha a criação de novos parques. Cf: ROSA, Maria Cristina. *Conservação da natureza, políticas públicas e reordenamento do espaço: contribuição ao estudo das políticas ambientais no Paraná*. São Paulo: USP, 2000. p. 160.

⁶¹ MERCADANTE, Maurício. Democratizando a Criação de Unidades de Conservação da Natureza: a Lei 9.985, de 18 de julho de 2000. *IBAP. Revista de Direitos Difusos*. São Paulo, 2001. p. 193.

⁶² O Projeto de Lei do SNUC foi aprovado no Congresso no dia 21 de junho de 2000, com quatro emendas de redação. No dia 28 foi remetido à sanção. No dia 19 de julho foi sancionado e no dia 29, com a publicação no Diário Oficial, transformado em norma jurídica (Lei nº 9.985/2000). Foram vetados nove Processos de ocupação irregular, extração ilegal de plantas e recursos minerais, caça predatória entre outros problemas sócio-ambientais fragilizam esses espaços. A proibição de populações humanas no interior de unidades mais restritivas como parques nacionais, reservas biológicas e estações ecológicas promovem uma série de conflitos, porque essa é uma realidade comum nos países tropicais. Além do mais, a ocupação dessas áreas não está necessariamente condicionada à degradação ambiental.

conservadas pertencem a instituições ou propriedades privadas; porém a proteção é feita pelo Poder Público.

O processo de elaboração do anteprojeto do SNUC, mesmo tendo se iniciado na antiga gestão do IBDF e possuindo várias tramitações pela Câmara de Deputados só foi aprovado pelo Senado em 2.00031. A lei nº 9.985/2000 difere do Código Florestal e do Plano do Sistema de Unidades de Conservação do Brasil por agrupar as categorias de manejo em dois grupos distintos: Unidades de Proteção Integral e Unidades de Desenvolvimento Sustentável. Ressalta-se, porém, que os avanços do conhecimento científico, da produção de informação sobre conservação e da experiência dos técnicos e órgãos responsáveis pelo tema fizeram com que a proposta de uma nova sistematização também evoluísse.

Lamentavelmente, as estratégias adotadas para a conservação do ambiente natural não se têm mostrado eficientes. As simples demarcação e inclusão desses espaços em uma determinada categoria de proteção não estão conseguindo resguardar os atributos que originaram sua criação.

Segundo Diegues⁶³, a expulsão de moradores tem contribuído ainda mais para a degradação das áreas de parques, uma vez que, frequentemente por falta de fiscalização, indústrias madeireiras e de mineração as invadem para explorar ilegalmente seus recursos naturais. Os moradores também, muitas vezes, retiram ilegalmente meios de subsistência dessas áreas protegidas, tidas como recursos perdidos pelas comunidades locais.

Em contra partida, o historiador e jornalista Miguel Milano expõe que a visão de Diegues, acima citada, não retrata a realidade. Segundo este autor: a questão da compatibilidade entre conservação da diversidade biológica e presença humana é um mito fundamentalmente decorrente da deficiência de conhecimento sobre evolução, ecologia e biologia da conservação por parte daqueles que estabelecem essa questão como verdadeira. Tomando como justificativa a eventual constatação de altos índices de biodiversidade associados com a presença de populações humanas tradicionais, indígenas em particular, em certos ambientes tropicais, deve-se ter claro que essa situação apenas decorre da baixa densidade populacional associada aos parques recursos tecnológicos de agressão à natureza que tais populações dispõem.

Com certeza, a intervenção humana em ambientes naturais afeta a dinâmica dos ecossistemas. Essa intervenção, concordando, em parte, com a exposição de Milano pode ter graus diferenciados conforme a aquisição de tecnologia. Excluir ou não contar com as

⁶³ DIEGUES, Antônio Carlos Sant'Ana. *Etnoconservação: novos rumos para a conservação da natureza*. São Paulo: Editora Hucitec, 2000. p. 19.

populações residentes seria, portanto, um problema. O atual SNUC sugere que governos criem soluções equitativas para diminuir as tensões nas áreas de amortecimentos, principalmente nas categorias de proteção integral. (Mensagem nº 967, de 18 de julho de 2000). Até o dia 30 de novembro de 2000 os vetos não haviam sido apreciados pelo Congresso⁶⁴

A palavra-chave, revigorada com a RIO' 92, é parceria. Essa é uma estratégia que, aliada à conscientização ambiental, auxiliará, sem dúvida, na preservação ambiental.

A análise da trajetória evolucionista de áreas protegidas reitera a ideia de que somente criar leis, estabelecer sistemas, “ilhar” espaços naturais não nos remete à proteção da biota. É necessário dividir responsabilidades nessa preservação; estabelecer parcerias e mecanismo de gestão compartilhada destas unidades, não as dissociando do contato humano e nem as tornando redomas de proteção. Na atualidade, cada vez mais é preciso estar aliado à população na luta pela preservação, evitando-se, assim, uma cascata de conflitos sociais, culturais, políticos e ambientais.

Promover ações e redirecionar verbas públicas para a melhoria de políticas educacionais, agrícolas e florestais se fazem emergenciais no processo de conservação. A discussão sobre os mecanismos adotados para a conservação de áreas naturais, em especial aquelas incluídas em grandes centros urbanos, se faz prioritária e necessária.

O Rio de Janeiro é considerado um estado privilegiado por possuir belíssimas áreas naturais compostas por diferentes ecossistemas e paisagens. Sua exuberância natural provém da sua inserção no bioma Floresta Atlântica, que, atualmente, apesar de se encontrar descaracterizado e altamente fragmentado, ainda proporciona ao estado encantadoras paisagens naturais.

O estado fluminense possui apenas 17,1% de remanescentes florestais, distribuídos em 66 áreas destinadas à preservação ambiental. O Atlas das Unidades de Conservação da Natureza do Rio de Janeiro (2001:08) relata que as unidades de conservação fluminenses estão distribuídas da seguinte maneira: 2 (duas) estações ecológicas, 5 (cinco) parques nacionais, 8 (oito) reservas biológicas, 6 (seis) parques estaduais, 12 (doze) áreas de proteção ambiental, 2 (duas) áreas de relevante interesse ecológico, 1 (uma) floresta nacional, 1 (uma) reserva extrativista, 29 reservas particulares do patrimônio natural e 57 áreas naturais tombadas pela União e pelo Estado. A Reserva Biológica do Tinguá, espaço territorial foco desta dissertação, é considerada um importante remanescente de Mata Atlântica existente no

⁶⁴ MERCADANTE, Maurício. Democratizando a Criação de Unidades de Conservação da Natureza: a Lei 9.985, de 18 de julho de 2000. *IBAP. Revista de Direitos Difusos*. São Paulo, 2001. p. 231.

vegetal vem sofrendo com a ação negativa do homem. A REBIO do Tinguá possui uma área de 26.260 ha e 150 Km de perímetro, enfrentando os mesmos problemas da maioria das Unidades de Conservação brasileiras: caça, extração ilegal de plantas, turismo predatório, ocupação desordenada, lixo, entre tantos outros.

Face ao cenário descrito, evidencia-se a necessidade de proteção deste bioma, até como um instrumento de ação integradora entre a Sociedade e o Poder Público, cenário marcado por inúmeros conflitos em torno de qual modelo de gestão seria adotado para a área tal como foi publicado no Jornal de Hoje em 30/04/1989, com a manchete *Entre Parque e Reserva- as opiniões se dividem*:

há poucos dias antes de ser dado o parecer do Presidente do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Renováveis (IBMA), Fernando César Mesquita sobre o Maciço do Tinguá, a comunidade local vive momentos de expectativas. Embora a maioria da população prefira o parque nacional, a proposta de criação de uma reserva biológica vem ganhando terreno fora do Município de Nova Iguaçu. Um projeto já foi apresentado na Câmara Municipal de Nova Iguaçu em favor da Reserva. Apesar das discussões em torno da beleza da floresta local, um dos últimos vestígios da Mata Atlântica, o Tinguá induz para visitante a uma volta ao passado. Os aspectos históricos, como o Caminho do Ouro, chama especial atenção.

A discussão do modelo operacional utilizado na implantação e no estabelecimento de Unidades de Conservação, que, inspirado no modelo norte-americano e aplicado em nosso país sem os devidos ajustes causou e ainda causa, inúmeros problemas. A visão de natureza intocada, “santuário” ecológico, ainda mantém seguidores. A escolha de áreas para a preservação deve ser baseada em inúmeros critérios que vão desde a definição de uma política conservacionista contextualizada aos cenários econômico, social e ambiental brasileiros até a produção de informações atualizadas e precisas.

2.5 Aspectos históricos e geográficos da região do Tinguá

Figura 2 – Foto da Estrada do Comércio retirada em 2006



Fonte: foto do Plano de Manejo, 2006.

Originalmente, o que chamamos genericamente de Mata Atlântica se estendia, no Brasil, por uma faixa contínua de vegetação que ia do Rio Grande do Sul ao Rio Grande do Norte, acompanhando paralelamente o Oceano Atlântico.

O território fluminense era, na época do descobrimento, um estado praticamente florestal; visto que, mais de 92% de sua extensão territorial era coberto por grandes massas florestais, que constituíam, e ainda constituem esse bioma⁶⁵.

Atualmente, restam menos de 17% de sua área original, em consequência de pressões antrópicas, em geral, associadas ao processo de urbanização fluminense. Essa redução de sua área geográfica vem promovendo inúmeros reflexos socioambientais como diminuição do potencial hídrico, perda de espécies de flora e fauna, processos de desgaste do solo, entre outros.

A Reserva Biológica do Tinguá se insere, perfeitamente, nessa discussão, pois a mesma encontra-se nos domínios da Floresta Atlântica, pertencendo a duas categorias distintas de proteção ambiental: reserva biológica e reserva da biosfera.

Sobre essas duas categorias distintas convém pontuar que a Reserva Biológica tem como objetivo a preservação integral da biota e demais atributos naturais existentes em seus limites, sem interferência humana direta ou modificações ambientais, excetuando-se as medidas de recuperação de seus ecossistemas alterados e as ações de manejo necessárias para recuperar e preservar o equilíbrio natural, a diversidade biológica e os processos ecológicos naturais.

Já as reservas da biosfera foram criadas com o objetivo de congregiar diferentes categorias de proteção, promovendo, por conseguinte, a utilização sustentável de alguns trechos do bioma a serem preservados.

Nosso país aceita como reserva da Biosfera todo ecossistema onde se pode aplicar o conceito de desenvolvimento sustentável. Assim sendo, reserva da biosfera seria um instrumento de conservação que favorece a descoberta de soluções para problemas como o desmatamento das florestas tropicais, a desertificação, poluição atmosférica, o efeito estufa etc.

A reserva privilegia o uso sustentável dos recursos naturais nas áreas protegidas. A Organização das Nações Unidas para Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), através do programa Homem e Biosfera (MAB), mantém um sistema de informações para estimular o equacionamento dos problemas ambientais surgidos nas reservas de biosfera segundo a melhor tecnologia disponível⁶⁶.

⁶⁵ O Brasil possui 07 grandes biomas: Floresta Amazônica, Floresta Atlântica, Cerrado, Caatinga, Pantanal, Campos Sulinos e Zonas Costeiras. (Constituição Federal do Brasil, 1988)

⁶⁶ “As reservas da biosfera são áreas que ultrapassam os interesses dos municípios. Em alguns países, estão restritas aos cuidados do governo. No Brasil, há vários setores envolvidos”, afirma Cleyton Ferreira Lino,

Cada reserva da biosfera é uma coleção representativa dos ecossistemas característicos da região onde foi estabelecida. Podem ser terrestres ou marinhas, mas o que caracteriza é a tentativa de otimizar a convivência com áreas vizinhas, pelo uso sustentável de seus recursos.

A Rebio Tinguá foi classificada pela Unesco (órgão da ONU) como Área Núcleo da Reserva da Biosfera – Patrimônio da humanidade, em razão de seus imensos recursos hídricos que abastecem milhões de pessoas na região metropolitana do Rio de Janeiro e Baixada Fluminense, como importante manancial contribuinte do Rio Guandu. Por conta disso é uma região de profundo valor estratégico, definida como área de Segurança Nacional.

A Floresta Atlântica sofreu profunda descaracterização, principalmente, em função de grandes ciclos econômicos brasileiros: cana de açúcar, mineração e cafeicultura.

Com o declínio da mineração, a cultura cafeeira foi implementada e, a ela, é atribuído um dos maiores impactos sofridos pela mata atlântica do Rio de Janeiro. Inicialmente, os plantios de café eram feitos na planície costeira, nas baixadas do entorno das baías de Guanabara e Sepetiba e em alguns morros isolados em torno do Rio de Janeiro. Porém, o alto valor de mercado incentivou o plantio em encostas, pois, desta forma, diminuía a competição entre o café e outras culturas agrícolas, inclusive a própria cana de açúcar. Assim, o café passou a ocupar as encostas fluminenses e pressionar áreas de mata atlântica até então conservadas.

diretor do Instituto Florestal, que esteve na época em Sevilha, na Espanha, onde representou a Secretaria Estadual do Meio Ambiente de São Paulo na Conferência Internacional sobre Reservas da Biosfera, da qual participaram delegações de 102 países. Depois de dez anos do primeiro encontro, a reunião de Sevilha avaliou a situação das 324 reservas da biosfera do mundo. O Brasil já possui já três reconhecidas: Mata Atlântica, Cinturão Verde – uma área que cerca a grande São Paulo – e o Cinturão do Cerrado – no centro do país. Apesar da preocupação em preservá-las, boa parte das reservas da biosfera ainda sofre agressões e desmatamento, tanto no Brasil como no resto do mundo. Durante a conferência, representantes das reservas da biosfera ibero-americanas realizaram um encontro que avaliou a situação específica nesses países. Ficou resolvido que, no final do mês de junho de 1995, deveria ser criada a Rede Brasileira de Reserva da Biosfera. O Instituto Florestal, com sede em São Paulo, cedeu um escritório para a Rede Ibero-Americana de Reservas da Biosfera, que estará interligada com um sistema de informação via internet. A rede se propõe a realizar um trabalho conjunto com as universidades, para capacitar pessoal que possa entender e aplicar o conceito de desenvolvimento sustentável. Nesse sentido, está previsto um curso permanente, que no primeiro momento seria de pós-graduação. “O Trabalho será feito de forma integrada: é necessário unir justiça social com ambiental”, afirma Cleyton. As fontes de financiamento estão sendo estudadas. Existe a ideia de criar um fundo exclusivo para as reservas da biosfera, para que nas fontes de financiamento específicos (como o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente-Pnuma; Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento- Pnud e Banco Mundial) elas recebam um tratamento especializado. “A Reserva Homem da Biosfera foi o primeiro programa que trouxe à tona o sentido de desenvolvimento sustentável, ou seja, de áreas onde são permitidas atividades humanas, desde que elas não degradem nem produzam dejetos ou lixo que comprometam a qualidade do meio ambiente. Precisamos criar parques, mas não achar que, com eles, só com eles, a biodiversidade está garantida. É necessário trabalhar com os vizinhos, em torno dessas áreas protegidas, para que o conceito de desenvolvimento sustentável seja realmente posto em prática”, diz Cleyton. “A reserva da biosfera é uma área que não deve estar dentro de uma redoma e sim ao acesso da sociedade. Mas isto deve ser feito com salvaguardas, que permitam aproveitar as riquezas do local e desenvolver a qualidade de vida da população, sem degradação”. Cf: *Revista Ecologia e Desenvolvimento*. Rio de Janeiro, ano 5, n. 52, jun. 1995, suplemento.

O sociólogo José Augusto Drummond relata que:

os cafeicultores da Serra do Mar e, principalmente, do Vale Paraíba do Sul, se transformaram, de 1810 até 1880 no grupo social mais poderoso do Brasil. Eles controlaram a maior parte da produção cafeeira do país, que por sua vez arrecadava a esmagadora maioria das divisas obtidas por uma economia exportadora. Entre 1821 e 1882, ano em que a produção cafeeira fluminense atingiu o seu máximo, as exportações cresceram 50 vezes – de 7.740 para 401.222 toneladas anuais, o Rio de Janeiro sempre contribuindo com a maior parte da produção.⁶⁷

É interessante ressaltar que todas as formas de utilização dos recursos naturais citadas: monoculturas, extração mineral etc, ainda são encontradas no Estado do Rio de Janeiro; porém, a intensidade de sua utilização é menor, na mesma proporção em que os mecanismos para seu controle tornaram-se mais rígidos.

Algumas áreas de encosta foram poupadas desse “boom” cafeeiro, entre elas o maciço serrano do Tinguá. Naquela região foi criada a Floresta Protetora da União⁶⁸, cujo principal objetivo era preservar mananciais hídricos.

Dentre os resquícios de mata atlântica ainda existentes no território do Rio de Janeiro, podemos destacar a Reserva Biológica do Tinguá, criada pelo Decreto Federal nº 97.78047 em de 23 de maio de 1989.

O Atlas de Unidades de Conservação do Estado do Rio de Janeiro reitera que o estabelecimento e a implementação da REBIO do Tinguá foi originada “[...] aproveitando-se as Florestas Protetoras da União do Tinguá, Xerém e Mantiqueira, terras de domínio público federal que incluem mananciais denominados Serra Velha, Boa Esperança e Bacurubu – que até hoje contribuem para o abastecimento de água de boa parte da Baixada Fluminense”.

A Reserva Biológica do Tinguá abrange os municípios de Nova Iguaçu, Duque de Caxias, Petrópolis e Miguel Pereira, possuindo, também, como área de entorno, parte dos municípios de Japeri e Queimados.

As Serras do Tinguá, do Macuco e do Couto servem como divisores de águas das duas bacias que são abrangidas pela área da Reserva Biológica do Tinguá. A bacia a ocidente abastece o rio Guandu e deságua na Baía de Sepetiba, e a bacia a oriente abastece o rio Iguaçu e deságua na Baía de Guanabara.

⁶⁷ DRUMMOND, José Augusto. A história ambiental: temas, fontes e linhas de pesquisas. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 8, 1991. p. 129.

⁶⁸ Em meados do século XX, o Governo Federal estabeleceu várias áreas destinadas, basicamente, à proteção de recursos hídricos das florestas secundárias ou capoeiras que floresceram nos trechos de cafezais abandonados e não transformados em pastagens. Estes espaços foram denominados de *Florestas Protetoras da União*.

De acordo com as informações presentes no Plano de Manejo da Rebio, na região do Tinguá existem 07 (sete) microbacias responsáveis pela captação da água que abastece, basicamente, os municípios de Duque de Caxias e Nova Iguaçu, além de, parcialmente, Nilópolis e São João de Meriti.

O sistema hídrico da região da REBIO do Tinguá contribuiu no abastecimento da cidade do Rio de Janeiro, até meados do século XX, correspondendo a 80 % da água consumida no Grande Rio. A construção deste sistema de abastecimento foi feita em decorrência da escassez de água, ainda no período colonial, devido ao desmatamento das encostas e leitos de rios que afetaram diretamente a qualidade dos principais mananciais utilizados na época. Em 1877, surgiram as primeiras adutoras, aproveitando os mananciais da raiz da Serra de Petrópolis, na região hoje conhecida como Baixada Fluminense, de onde partem tubulações de ferro fundido, as linhas pretas. No ano de 1889, operou-se a captação e a canalização das cachoeiras oriundas dos rios que nascem dos mananciais da Reserva Biológica do Tinguá. O crescimento da população e o aumento da demanda de água aceleraram o processo de construção de novas adutoras. Por isso, em 1937, inicia-se a construção da primeira Adutora de Lajes. A construção da segunda Adutora de Lajes é realizada em 1947. Nos quatro anos que se seguem, inicia-se a construção da adutora do Guandu e em 1955 acontece a inauguração da Estação de Tratamento de Água do Guandu. O abastecimento de água de uma parte dos municípios do Estado do Rio de Janeiro é feito pelo Sistema Integrado do Rio de Janeiro e Baixada Fluminense – Guandu, Ribeirão das Lages e Acari.

Atualmente, as águas provenientes dessas linhas de ferro fundido atendem, quase que exclusivamente, as áreas urbanizadas dos municípios da Baixada Fluminense.

O patrimônio do Tinguá vai além de seus recursos naturais; ele perpassa o valor histórico da reserva, especialmente no período imperial brasileiro. A história nos relata que a Serra do Tinguá e os demais lugares situados nas proximidades da Floresta Atlântica foram caminho de tropeiros que traziam ouro e pedras preciosas para o embarque no porto da cidade do Rio de Janeiro. Além disso, por essa região passaram viajantes naturalistas que tinham por objetivo pesquisar, compreender e inventariar as riquezas naturais de vários lugares do Brasil. Dentre estes viajantes naturalistas estiveram pela região do Tinguá no século XIX destacamos Auguste de Saint-Hilaire, que deixou o seguinte relato:

o caminho desenha-se, entre as montanhas, descrevendo sinuosidades que se distinguem pelas cores menos escuras. A mata virgem que se atravessa apresenta todos os característicos vegetais, os mais variados e grandiosos. As casinhas

construídas de distância em distância, para os homens que trabalham na estrada, dão variedade à paisagem e lembram certas vistas das montanhas de Suíça. Reparei, entre muitas, uma destas choupanas construída sobre o declive de alta montanha, no meio de árvores copadas e ao lado de uma cascata que se despenha saltando sobre pedras esparsas. Passa o caminho por sobre a cachoeira. Abaixo fica um vale profundo e ao longe avista-se parte da baía. Nada pode, ao mesmo tempo, apresentar-se tão romântico e grandioso como esta paisagem.⁶⁹

O percurso conhecido como o Caminho do Ouro compreendia um trecho de 18 Km, que cortava a região serrana, todo revestido de pedras, sendo o mesmo construído por escravos para permitir o trânsito das tropas de mulas, que transportavam mercadorias do Rio de Janeiro para Minas Gerais, de onde retornavam com ouro:

Estrada do Comércio– Construída por sugestão da Real Junta de Comércio da Província do Rio de Janeiro, a Estrada do Comércio foi a chave-mestra do crescimento da Vila de Iguaçu. A construção começou em 1811 e terminou onze anos depois. Iniciando na Vila, a estrada – também conhecida por Caminho do Ouro– cortava a Serra do Tinguá, indo em direção a Minas Gerais. Em 1842, foi providenciado o calçamento de grande trecho da serra. O trabalho foi efetuado pelo braço escravo. Em 1989 ainda restavam 18 quilômetros asfaltados com pedras, dentro da floresta, por onde se chega às ruínas de Santana das Palmeiras. Por esse caminho era transportado o ouro proveniente de Minas Gerais. Além disso, a estrada servia ao intercâmbio comercial entre as províncias além Serra do mar e a Corte no Rio. Jornal de Hoje, 30/04/1989.

Sobre a relevância dos Caminhos que ligavam a região das Minas Gerais, perpassando a região do Tinguá, localizado na área em que se situava a região denominada Iguassú Velho convém apresentar esse relato, sem identificação do autor, do ano 1930, presente nos registros do Arquivo Ney Alberto:

foi o local conhecido anteriormente por N. S da Piedade do Caminho Velho. Caminho Velho foi denominação dada ao Caminho novo das Minas (de Garcia Paes, da Pedra do Couto, do Pilar etc.). Passou a ser Velho depois da abertura da Variante de Bernardo Soares de Proença (caminho do Porto da Estrela, do Inhomirim). Este caminho velho era o que ia findar em Minas Gerais, subindo a Serra da Estrella, seguindo, na alti-planície, o curso do Piabanha em parte da sua extensão; Fazendo uma flexão para o interior, subindo e descendo serras, ia subir novamente no valle daquele rio. Passando por povoados que pertenceram e ainda hoje pertencem ao município de Parahyba do Sul. Por ele transitou o Tiradentes, quando veio para o Rio de Janeiro ser processado e supliciado. À época o caminho mais procurado para as Minas Gerais e, destas, para o Rio de Janeiro, era o Caminho Porto da Estrela, conforme se observa no poema de Tomás Antônio Gonzaga (Dirceu), “Meu Sonoro Passarinho” no seguinte verso “procura o porto da estrela). Por ele, segundo a tradição, passaram seus restos, depois de esquartejados. E quer a tradição que um dos esquartejos tivesse sido posto em exposição no logarejo que foi Sant’anna de Cebolas, cuja a denominação a Assembleia Legislativa do Estado (lei n. 299, de 3 de

⁶⁹ SAINT-HILAIRE, Augusto. *Segunda viagem do Rio de Janeiro a Minas Geraes e a São Paulo (1822)*. Tradução de Affonso de E. Taunay. Rio de Janeiro: Companhia da Editora Nacional.

dezembro de 1896) mudou para Sant'anna de Tiradentes. E hoje um dos distritos de Parahyba do Sul. O caminho velho foi abandonado quando se concluiu o “caminho novo” que Garcia rodrigues Paes, filho de Fernão Dias Paes, o famoso sertanista paulistano abriu desde próximo das margens do Parahyba, até o Rio de Janeiro, e foi causa do povoamento da região em que se criou a villa do Pati do Alferes, e, em que mais tarde na mesma data de Iguassú, 15 de Janeiro de 1833, se criaram as villas de Vassouras e da Parahyba. Garcia Paes contou com a ajuda do *cunhado*, Domingos Fonseca Leme. Daí a família, da maior importância: Paes Leme. Assentava a sede da freguesia de N. S. da Piedade à margem direita do rio Iguassú, que lhe deu o nome. Por essa via foram transportados, como também pelo caminho novo de Garcia Rodrigues Paes, assucar, aguardente, madeiras e cereais das fazendas dos sucerreros desse sertanista, quer de suas terras da Parahyba quer das que seus descendentes tiveram, antes destes construir trapiches próprios à margem do Estrella; dos engenhos e lavouras de Manoel Francisco Xavier, em Pati do alferes; de Peixoto de Lacerda e de seu sogro Ignacio de Sousa Werneck; dos Pinheiro de Souza, antes de se estabelecerem em Valença, então freguesia de N. s. da Glória; e de numerosos fazendeiros de Sacra Família, cujo povoamento já se avisinhara das margens do Parahyba. Isto ocorria no primeiro quarto do século passado porque, pouco depois, cultivado o café, que substituiu nas terras altas a cultura da canna, era o produto transportado pela estrada do Comércio, que se tornou muito melhor, calçada em grande extensão da serra, depois de reconstruída pelo engenheiro militar, então coronel Conrado Jacob de Niemeyer.

O ciclo do café alterou a fisionomia das encostas fluminenses, salvaguardadas aquelas localizadas em áreas florestais de topografia íngreme e difícil acesso. O fato fez com que a cidade do Rio de Janeiro sofresse diretamente os impactos advindos dessa prática agrícola, impactos esses que foram assumindo proporções maiores devido ao incremento populacional da cidade. De todos os impactos sofridos: desmatamentos, diminuição da fauna local, erosão e empobrecimento do solo etc, um impacto assumiu enorme importância para a dinâmica urbana: *a escassez de água*. O desmatamento das encostas e leitos de rios fez com que o abastecimento d'água na sede da Colônia atingisse estágios críticos. No início do século XIX, o Governo Real proibiu pela primeira vez a derrubada de mata nos mananciais dos rios Paineiras e Carioca, principais responsáveis pelo fornecimento de água à cidade. Esta iniciativa não surtiu os efeitos desejados e a crise da água agravou-se, fazendo com que Dom Pedro II solicitasse ao major Manuel Gomes Asher a recuperação das áreas degradadas na floresta da Tijuca e, conseqüentemente, que se buscassem novas alternativas para o abastecimento de água da corte. Em face desta demanda, foi construído, em Tinguá, um sistema de captação de água, através da canalização das cachoeiras do Tinguá, por 4.000 metros, até chegar ao reservatório municipal mais próximo. A obra foi assumida por um professor da Escola Politécnica do Rio de Janeiro, em 16 de março de 1893. O trabalho foi executado em condições muito difíceis, sendo que os pesados tubos de ferro foram transportados em carroças até a estação da Ponta do Caju, na estrada de ferro Rio D'ouro. Daí

seguindo em vagões até a estação do Tinguá, para serem então, cada um deles, carregado morro acima por oito homens⁷⁰.

A estrada de ferro Rio D'Ouro foi projetada com o objetivo de contribuir para a garantia de parte do abastecimento de água da cidade do Rio de Janeiro. Essa estrada estava diretamente associada ao decreto nº 2.639, de 22 de setembro de 1875, que autorizava sua implantação, garantindo o transporte de equipamentos e materiais para a construção de uma adutora cujo percurso abrangia 58 km ligando a Quinta do Caju às represas de Rio d'Ouro. Após 04 anos, a mesma sofreu adaptações para o transporte de cargas e passageiros. A estrada de ferro Rio d'Ouro foi finalizada em 1882, abrangendo 58 Km e contava com três ramais: Xerém, Tinguá e São Pedro. Nos anos 60 do séc. XX, a estrada foi, aos poucos, sendo desativada por não oferecer atrativos de ordem econômica ao estado.

O fechamento da ferrovia afetou a dinâmica de muitas áreas que foram formadas e prosperaram graças a sua construção e que, com o seu término, entraram em decadência. A estrada de ferro fez com que, para alguns autores, a reserva seja associada à própria história do ferroviarismo brasileiro; visto que a mesma era o final de linha dessa estrada. Até hoje são encontradas na reserva os encanamentos ou as chamadas “linhas pretas” para a captação de água.

Na área de entorno e mesmo no interior da REBIO, encontramos ainda:

as ruínas da Freguesia de Santana das Palmeiras, fundada em 06 de outubro de 1885, como parte da vila de Iguçu e da fazenda São Bernardino. Hoje são ruínas da antiga catedral e dos cemitérios dos nobres e dos escravos, do século XIX, seu processo de decadência veio com a construção das ferrovias Barão de Mauá e D. Pedro II⁷¹.

As considerações traçadas até o momento realçam o papel social, histórico, cultural e ambiental da Reserva Biológica do Tinguá no Estado do Rio de Janeiro.

⁷⁰ Para mais informações sobre a história do abastecimento de água no Rio de Janeiro ver: RITTA, José de Santa. *A Água do Rio: do Carioca ao Guandú* – a história do abastecimento de água da cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Synergia: Light: Centro Cultural da SEAERJ, 2009. Ver especificamente o capítulo III denominado Primeiro e Segundo Reinados (1822–1889) que trata basicamente da montagem da Comissão formada com a finalidade de realizar estudos com vias de melhorar o abastecimento do RJ, cidade que crescia e que demandava cada vez mais água. Forma-se então por meio da nomeação do Ministro da Agricultura da Comissão de emergência composta por engenheiros e os irmãos Rebouças com a incumbência de aproveitar os mananciais, cavar poços e estabelecer acima de tudo adução para o centro da cidade. Juntamente com o irmão Antônio, também engenheiro, André Rebouças elaborou projetos de abastecimento de água, colonização e navegação interior, inclusive o primeiro sistema de adução de água a longa distância para o Rio de Janeiro, que afluíam da Serra do Tinguá.

⁷¹ SARACURA, Valéria Fernanda. *Reserva Biológica do Tinguá*. Brasília: IBAMA–DIREC, 1995. p. 132.

2.6 A participação dos moradores do Tinguá no processo que deu origem a Reserva-representação apresentada pelos jornais Correio da Lavoura e Jornal de Hoje

Como forma de amparar a discussão pretendemos nessa seção apresentar a repercussão sobre os embates que deram origem a Reserva Biológica do Tinguá sob o prisma de dois jornais de Nova Iguaçu, o Correio da Lavoura, criado em 22 de março de 1917 por Silvino Hipólito de Azeredo, tem periodicidade semanal. O seu atual editor-chefe é Robinson Belém de Azeredo, neto do fundador. E o Jornal de Hoje, diário fundado em 2 de outubro de 1971 por Valcir Almeida, dirigido atualmente por Walceyr A. Almeida.

O interesse na utilização do jornal como um canal de representação da realidade cotidiana deve-se à sua significativa inserção na esfera pública. Nesse sentido, coaduno com o argumento de Lavina Ribeiro, para quem a imprensa brasileira, mesmo com variações regionais e temporais, construiu a longo prazo uma inserção institucional específica na esfera pública brasileira, até se tornar um ator importante, quando não decisivo, do processo político nacional.⁷² O jornalismo pode ser interpretado como ação social e o seu labor como campo social de significação e representação, delineando um lugar que se define pela concepção sobre a produção da notícia.

O que caracteriza o jornalismo como ação social é a fundação e desenvolvimento histórico e social dos dispositivos, específicos para a elaboração de objetos reconhecidos como de sua autoria. Entretanto, o jornalismo não é composto apenas pelos discursos elaborados e pelos dispositivos dos quais se lança mão para feitura deste. O campo jornalístico, tal como na concepção de Bourdieu representa um espectro ampliado de possibilidades nos quais residem a recepção daquilo que é produzido, a produção propriamente dita, que tem relação com as agências de publicidade e fomento de divulgação ou promotores de acontecimentos e os discursos, que são os olhares produzidos através de vários discursos não-jornalísticos.

Em cada esfera desta pode ocorrer a manipulação e apropriação de objetos produzidos nos dispositivos discursivos específicos do jornalismo, que seria o que Bourdieu nomeia como *campos sociais e campos de significação*.

Por campo de significação consideramos um recorte da práxis social fundada pelo dispositivo midiático como instância discursiva. O conceito de campo refere-se a existência

⁷² RIBEIRO, Lavina. *Imprensa e Espaço Público: A institucionalização do Jornalismo no Brasil (1808-1964)*. Rio de Janeiro: E Papers, 2004.

de espaços sociais específicos nos quais interesses, as hierarquias, as lutas assumem formas e investimentos particulares. Cada criação, produção e/ou enunciação são construídos no âmbito de um espaço específico no qual, por exemplo, as origens de um indivíduo são transformadas em função das regras próprias do campo.

De acordo com Jairo Getúlio Ferreira⁷³ o jornalismo pode ser analisado tomando por base os conceitos operatórios de Bourdieu de campo⁷⁴ social e de *habitus*⁷⁵, representando uma interiorização inconsciente do mundo social, para compreensão dos dispositivos reunidos no processo de concepção da notícia enquanto discurso. Entende, portanto, a produção da notícia como um ato de constituição que se relaciona com instâncias endógenas e exógenas ao campo jornalístico. Segundo ele, uma concepção de produção jornalística considerada em conjunto (incluindo não só as dimensões dos dispositivos específicos, mas o conjunto dos processos de trocas, circulação e consumo) pode-se concluir que o jornalismo é uma práxis social atravessada por diversos campos sociais, os quais entram em inúmeros níveis de força e proximidade, em sinergia com o dispositivo discursivo onde se constroem e produzem os objetos especificamente jornalísticos.

Os jornais, a mídia impressa e em outras modalidades podem representar uma condição de acesso ao campo político e social cotidianos por meio dos discursos veiculados. Convém nesse momento citar o pensamento de Patrick Champagne apresentado no texto de Jairo Ferreira, que por ora nos parece muito oportuno:

poderemos quase dizer, forçando um pouco a expressão, que o lugar estratégico onde se desenvolvem as manifestações, sejam elas violentas ou espontâneas ou pacíficas e organizadas, não é a rua, simples espaço aparente, mas a imprensa (ao senso largo). As manifestações desfilam pela prensa e pela televisão. Os jornalistas presentes sempre ao longo dos desfiles ou instalados em suas salas de prensa especialmente dispostas para eles, crêem dar conta das manifestações sem sempre perceberem que eles participam de sua realização ao senso quase cinematográfico da palavra⁷⁶.

⁷³ FERREIRA, Jairo Getúlio. *Dispositivos discursivos e o campo jornalístico*. Anais da Intercom, 2002.

⁷⁴ O campo em Bourdieu representa os espaços onde os objetos sociais compartilhados são disputados por agentes investidos de saber específico, títulos, privilégios, esforços, que permitem acesso aos vários lugares em seu interior, bem como aos diferentes jogos de conflito. Os campos com autonomia têm a capacidade de traduzir em linguagem própria os problemas relativos às classes sociais, bem como os frutos e lucros obtidos coletivamente são distribuídos pelas posições, mesmo que de forma diferenciada. BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Lisboa: Difel, 1989. p. 163–164.

⁷⁵ O *habitus* para Bourdieu são as formas de percepção, pensamento e ação socialmente construídos, que perpassam as formas de subjetividade individuais e irão se refletir nos sistemas classificatórios sobre o que é legítimo e ilegítimo, o que é verdade e mentira, o que é belo ou feio, o mal e o bem, dentro de determinado campo. Esse conceito informa que toda a interação social em torno de um objeto não é neutra, mas socialmente demarcada. Cf: Ibidem.

⁷⁶ FERREIRA, op. cit., nota 73, p. 38.

A partir destas considerações que partimos para a análise dos jornais Correio da Lavoura e Jornal de hoje acreditando que eles transmitem uma das possibilidades existentes de representação da vida cotidiana, tendo em mente que os jornais são sempre atravessados por diversos vetores de força que determinam o que é selecionado como relevante, o destaque que é dado, sobre as decisões e ações que se dão na *esfera pública*⁷⁷. A vida cotidiana é noticiada e selecionada a partir da complexidade de dispositivos presentes no campo jornalístico, tal como pudemos perceber por meio dos autores mencionados. Nossa tarefa, até pelos limites impostos por uma dissertação não é discutir os mecanismos adotados pela imprensa na veiculação de determinado acontecimento, mas sim deslindar o que fora apresentado por esses dois periódicos, procurando mais adiante relacioná-los com o depoimento extraído das entrevistas com moradores do Tinguá.

Se entendemos que os jornais suscitam noções de tempo quando classificam ou mesmo ordenam os fatos, compreendemos que no discurso jornalístico está presente uma temporalidade. A temporalidade pode ser entendida como “o modo de inscrição da ação humana na duração”⁷⁸. Nesse sentido, estudar as relações com o tempo é perceber as noções de historicidade de um conjunto de homens em um dado momento. Essa temporalidade na qual estão imersos, ou intratemporalidade para Heidegger, ou arquitetura temporal para Pomian, é expressa nas construções narrativas.

Ainda que involuntárias, a segmentação e classificação da história de qualquer coisa em fases podem ser entendidas já como um modo de interpretação. Na escolha dos temas percebemos claramente que os jornais criam certa noção de tempo, com algumas fases: os antecedentes, destacando a relevância dos aspectos históricos e dos potenciais da região, o cenário mais contundente que é demarcado pela discussão entre os diversos setores envolvidos em torno de qual modelo de gestão adotar, parque ou reserva e o momento mais para a parte de encerramento das matérias que traçam perspectivas de futuro dependendo do modelo adotado, delineando ainda que as transformações em curso fazem parte de um cenário mais amplo e que têm relação com as *necessidades da sociedade do final dos anos 80*.

⁷⁷ Por esfera pública utilizamos o conceito empregado por Jurgen Habermas que o compreende como um espaço onde os cidadãos encontram-se para debater e desenvolver percepções e decisões sobre a sua vida cotidiana. São locais públicos para debate, lazer e sociabilidade representando um relevante espaço de ligação entre a política institucional e a população. Para Habermas, a imprensa pode ser enquadrada como um dos principais órgãos da esfera pública burguesa. HABERMAS, Jurgen. *Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto uma categoria da sociedade burguesa*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984. p. 15.

⁷⁸ BARBOSA, Jorge Luiz. Paisagens Americanas: Imagens e Representações do Wilderness. In: *Espaço e Cultura*. Rio de Janeiro: UERJ, p. 52.

2.7 O Destino do Tinguá nas páginas do Correio da Lavoura e Jornal de Hoje

Há poucos dias antes de ser dado o parecer do Presidente do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Renováveis (IBMA), Fernando César Mesquita sobre o Maciço do Tinguá, a comunidade local vive momentos de expectativas. Embora a maioria da população prefira o parque nacional, a proposta de criação de uma reserva biológica vem ganhando terreno fora do Município de Nova Iguaçu. Um projeto já foi apresentado na Câmara Municipal de Nova Iguaçu em favor da Reserva. Apesar das discussões em torno da beleza da floresta local, um dos últimos vestígios da Mata Atlântica, o Tinguá induz para visitante a uma volta ao passado. Os aspectos históricos, como o Caminho do Ouro, chamam especial atenção.

Muito embora as informações passadas através da imprensa apontem o apoio da comunidade de Tinguá em direção a criação da reserva biológica a maioria dos moradores defendem o Parque Nacional num primeiro momento, editorial publicado em abril de 1989. Sendo assim, o que teria justificado a mudança para reserva, se a maioria estaria apoiando a outra opção? De acordo com a vice-presidente da Associação de Moradores e amigos de Tinguá (AMAT), Aide de Oliveira Martins, 44 anos, ela reconhece a preferência de um grande grupo pelo parque, apesar de pessoalmente defender a reserva: “não pode acontecer novamente o que se viu por aqui. Um grupo de fora, o Grupo de Defesa da Natureza, tentar se sobrepôr a AMAT e impor a sua ideia. Mesmo assim continua a favor da reserva, em minha opinião é o melhor para a região. Mas não vou tampar o sol com a peneira.”

Visando desfazer a imagem de que a maioria apoia a reserva, um grupo de moradores realiza uma manifestação no sábado daquela semana favorável ao parque. De acordo com o trabalho efetuado pela AMAT para se conhecer a posição da população local, o parque é o preferido. O abaixo-assinado pró-parque obteve 262 assinaturas, enquanto que outro pró-reserva conseguiu apenas 17 simpatizantes.

Pesquisa posterior apresentada na edição da semana seguinte voltou a apresentar o parque como preferido da maioria. Desta vez, embora a diferença tenha caído consideravelmente, o parque reunia 297 votos e a reserva 119.

Diante das dúvidas, o presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Renováveis resolveu visitar a região para colher subsídios para fundamentar futura decisão. Na UERJ estiveram presentes defendendo a criação da reserva ecologistas da UERJ, UFF,

UFRJ, da Associação Fluminense de Engenheiros e Arquitetos e a vereadora do PT, Rosely da Fonseca, de Nova Iguaçu. Já a favor do Parque estiveram Paulo Benevides, presidente da Associação do Meio Ambiente de Nova Iguaçu e Ana Maria Cavalcante, presidente da Associação dos Moradores e Amigos do Tinguá. Ana Maria informou que há duas semanas houve um plebiscito entre os moradores do Tinguá, cujo resultado apresentou 297 parque e 171 pela reserva. Fernando César Mesquita informou que a solução virá após a solução virá após consulta à comunidade científica:

Fernando César Mesquita revelou, ontem, que o decreto criando o Parque Nacional do Tinguá, esteve para ser assinado pelo Presidente José Sarney, “mas que vozes contrárias se levantaram questionando a decisão”. A revelação do presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente foi feita por ocasião da visita realizada na Serra do Tinguá, quando ele pôde constatar a ação predatória que vem sendo cometida na região. Fernando César deverá ir hoje à presença do Governador Moreira Franco, pedir apoio da Polícia Militar para evitar ação de depredadores. No Seminário na UERJ, após visita a Tinguá, Fernando César Mesquita deixou claro que a definição entre parque ou reserva, mesmo com dependerá de consulta a comunidade científica e aos moradores.⁷⁹

Em visita realizada no mês anterior ao Tinguá o presidente do IBMA, Instituto Brasileiro de Meio Ambiente notou que a região enfrentava problemas graves e que precisavam ser contornados com urgência. Segundo matéria publicada pelo Correio da Lavoura de 15 fevereiro de 1989 Fernando Mesquita promete tomar providências:

⁷⁹ Jornal de Hoje, 30/04/1989 a 02/05/1989, matéria de capa e página 4.

Figura 3 – Mesquita, Presidente do IBMA visita o Tinguá



Legenda: Mesquita observou a necessidade de dotar a Unidade de Conservação, com técnicos e fiscais, capaz de manter o equilíbrio da região, portadora de inúmeros mananciais que servem a população do Grande Rio. Acrescentou, no entanto, não acreditar que essa seja a forma definitiva de se solucionar o problema da devastação. 'Nenhuma unidade de conservação livra da depredação do homem', frisou. Ressaltou o presidente do IBMA que existe falta de recursos para proteger e fiscalizar o sistema ecológico. Por isso, considera importante a ajuda da iniciativa privada. Citou, como exemplo o Parque das Emas onde houve convênio com a Fundação Ema para preservação do sistema. Fernando Mesquita aproveitou a ida à região para ver uma pedreira clandestina. Determinada área da serra foi desmatada com o propósito de retirar do local grandes blocos de pedra. A firma responsável pela ação é a Silva Areal Mármore e Granitos, que só possui autorização para pesquisa mineral (sienito), não tendo permissão de lavra. A empresa já foi inclusive multada pelo Departamento Nacional da Produção Mineral em 600 OTNs. o presidente do IBMA foi acompanhado por ecologistas sobretudo, aqueles que defendem a proposta de reserva biológica, entre os quais o integrante do Grupo de Defesa da Natureza, Ricardo Portugal, que é ligado ao Partido Verde. A vereadora Rosely Fonseca esteve presente defendendo a Reserva. Outras medidas abrangentes 'dentro de uma concepção preservacionista' serão tomadas entre março e abril e vão integrar o projeto 'Nossa Natureza' que está em fase final de elaboração no Instituto Brasileiro de Meio Ambiente.

Fonte: Jornal de Hoje, Abril de 89

Mesmo tentando manter neutralidade e não demonstrar qual o seu real posicionamento sobre a região ele aparece acompanhado dos defensores da Reserva Biológica. Além disso, convém pontuar que o fortalecimento em torno da proposta de Reserva Biológica ganhou fôlego a partir do lançamento do *Programa de Proteção Ambiental Nossa Natureza* delineado e posto em vigor no ano de 1988 pelo presidente José Sarney. O lançamento deste programa faz parte de um esforço que o governo vinha realizando em torno da fiscalização e preservação de áreas, principalmente na região Amazônica, após muita pressão internacional, depois de inúmeras denúncias sobre uso indevido dos recursos naturais e ameaças de morte

sofridas por defensores do meio ambiente⁸⁰. O programa Nossa Natureza foi criado a partir do Decreto nº 96.944, de 12 de Outubro de 1988. **Um dos objetivos desse programa era** conter a ação predatória do meio ambiente e dos recursos naturais renováveis. No entanto, o que pretendemos sublinhar é que a criação da Reserva Biológica do Tinguá se dá num contexto em que várias iniciativas são tomadas no âmbito do governo brasileiro, em parte em razão da priorização dessa problemática por parte de governos internacionais.

Este Programa Nossa Natureza, tinha como uma das metas recriar a arquitetura organizacional ambiental. Após discussões e debates é instituído o Ibama, com a função de ser o grande executor da política ambiental e de gerir de forma integrada essa área no país. Na fusão, o Ibama herda da Sema, por curto período, a cabeça do Sisnama (Sistema Nacional do Meio Ambiente), e a mantém até 1990, quando o presidente Fernando Collor cria a Secretaria do Meio Ambiente da Presidência da República. Contudo, essa atribuição retorna para o primeiro escalão do governo, quando a nova Secretaria retoma a função ministerial de formulação das políticas. O Ibama herda também todas as atribuições dos outros órgãos, à exceção da parte de fomento, que já estava em decadência a partir do início da década de 80.

Em matéria publicada pelo Correio da Lavoura em 09/03/1989 aparece que:

em entrevista o ministro chefe da Casa Militar, o general Bayma Denys fala sobre o Programa Nossa Natureza, que segundo ele prevê a defesa da Amazônia e do meio ambiente brasileiro, contando, sobretudo, com a criação de um fundo destinado a obter recursos, além de outros que possam ser provenientes de doações e programas bilaterais de cooperação técnica internacional. Isto porque a priorização das ações de proteção ambiental deverá exigir, a curto e médio prazo, recursos substanciais, que são incompatíveis com a realidade orçamentária dos órgãos envolvidos. O objetivo principal é preservar os recursos naturais da ação predatória sofrida durante anos⁸¹.

No que tange às iniciativas governamentais internacionais convém sinalizar a realização das reuniões da Cúpula do Grupo dos Sete, que entre 87 e 89 realizaram dois importantes encontros:

⁸⁰ Para mais informações sobre luta de resistência dos seringueiros e da evolução do sindicalismo na Amazônia Ocidental ver: PAULA, Elder Andrade. *Seringueiros e sindicatos*— um povo da floresta em busca de liberdade. Rio de Janeiro. Dissertação submetida ao CPDA, 1991. O autor coloca que após o assassinato do presidente do STR de Xapuri, Chico Mendes, em 1988, a temática ambiental e amazônica, sobretudo, ganhou relevo com as repercussões desse fato na imprensa mundial, o Acre transforma-se em alvo de inúmeras atenções. A partir desse momento, revela-se uma mudança radical nos enfoques anteriormente dados à luta de resistência dos seringueiros, que passam a ser analisadas sob a ótica ambientalista. Há um destaque neste trabalho para as diferentes formas de luta adotadas pelos seringueiros para continuarem se reproduzindo socialmente na floresta.

⁸¹ Jornal Correio da Lavoura, p. 3.

- A Reunião de Toronto, realizada em junho de 1988– que elabora o primeiro documento sobre a necessidade de preservação das florestas tropicais como responsabilidade primaz dos chefes de governo;
- A Reunião de Paris, realizada em junho de 1989– consagra o momento em que a questão ambiental atinge prioridade máxima por parte dos chefes de governo, na medida em que estes se comprometem em reunir esforços, inclusive financeiros, com o intuito de dotar tecnicamente e financeiramente projetos que visem a proteção do meio ambiente. Outro ponto relevante nesse encontro foi a inclusão de aspectos ambientais na esteira dos objetivos e decisões econômicas do futuro, algo que sinaliza uma preocupação mais aguda com a questão ambiental, refletida, por exemplo, na proposta aventada no referido encontro de redução de dívidas em função de medidas ambientais, beneficiando assim os países altamente endividados, o que foi denominado de (*debt-for-nature-swaps*).

Tais iniciativas mencionadas nos itens acima dispostos vão adquirir tonalidades mais marcantes anos depois com o esforço dispendido por alguns governos, como por exemplo, a Alemanha, que investiram cifras consideráveis em investimentos no Programa Nacional do Meio Ambiente, numa parceria com o Banco Mundial e o governo brasileiro, realizado pelo IBAMA⁸² recém-criado. De acordo com Pádua os objetivos desse Programa Nacional do Meio Ambiente, expresso pela sigla PNMA, giravam em torno da preocupação com a criação e preservação das reservas florestais, sejam elas parques nacionais, reservas biológicas, através da criação das Unidades de Conservação, acompanhado do fortalecimento das secretarias de meio ambiente em nível federal e estadual.

⁸² Em 22 de Fevereiro de 1989, foi promulgada a Lei nº 7.735, que cria o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. Nesse momento, a gestão ambiental passa a ser integrada. Antes disso, o que existia eram várias áreas ou departamentos que cuidavam do ambiental em diferentes ministérios com diferentes visões. A responsável pelo trabalho político e de gestão era a Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA), vinculada ao Ministério do Interior.

Figura 4 – Conservação Ambiental como tarefa do 1º mundo – representantes do governo norte-americano visitam o Brasil para tratar de possíveis investimentos direcionados à proteção a Amazônia



Fonte: Jornal de Hoje, 22/03/1989, p. 2

O Jornal de Hoje em matéria publicada em 19/11/1987 mostra declaração do ministro do interior, João Alves Filho em que o mesmo se mostra preocupado com a proteção do meio ambiente e alega que “a questão ambiental está intimamente relacionada com a soberania nacional”⁸³.

Esta preocupação pode ser notada também na fala do Secretário Geral do Ministro do interior, José Carlos Mello, que participou de um evento organizado pelo Jornal do Comércio em Abril de 1989. O debate contou com a presença do Prefeito de Manaus, Arthur Virgílio Netto e do Presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis, Fernando César Mesquita, entre outros. Vejamos um trecho do argumento de José Mello e Arthur Virgílio:

⁸³ Jornal de Hoje, p. 2.

se o Brasil não tomar cuidado, a campanha internacional que o acusa de destruir a Floresta Amazônica poderá conduzir a um novo tipo de discriminação do País e seus produtos.” José Carlos Mello ressaltou que já se fala no exterior, em boicote aos produtos brasileiros em represália à não preservação da Amazônia e das porções de Mata Atlântica existente. Já para o prefeito de Manaus, Arthur Virgílio Netto, a principal preocupação é a exploração racional da Amazônia. “Não me coloco numa posição verde ortodoxa. Acho que devemos fortalecer a comunidade científica e daí sabemos como poderemos explorar, de forma racional os recursos da floresta amazônica e da Mata atlântica, desde que seja preservada a nossa soberania. Só que hoje ela foi violada, pois boa parte de suas terras pertencem às multinacionais.

Durante os anos 80 foram criadas 104 áreas de proteção no Brasil, fato este que superou em muito a marca registrada nos anos 60, quando foram estabelecidas 21 Unidades de Proteção, conforme pode ser visto na tabela a seguir:

Tabela 1 – Unidades de Proteção criadas no Brasil e no Mundo no período entre 1900 e 1999

Período	Mundo	Brasil
Data desconhecida	711	-
Antes de 1900	37	-
1900-1909	52	-
1910-1919	68	-
1920-1929	92	-
1930-1939	251	3
1940-1949	119	1
1950-1959	319	5
1960-1969	573	21
1970-1979	1.317	15
1980-1989	781	104
1990-1999	Sem Dados	83

Fonte: ROSA, M.C. *Conservação da Natureza , políticas ambientais e reordenamento do espaço*: contribuição ao estudo das políticas ambientais do Paraná. 2000. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

O que podemos notar é que a nova postura do Banco Mundial, assim como acompanhado de um esforço direcionado por parte de grandes potências coadunaram forças para que o Brasil fosse impelido a tomar novas iniciativas com relação a salvaguarda do meio ambiente e dos recursos naturais, fato que fica patente pelo número de áreas protegidas que são criadas nesse momento no Brasil.

Contudo, esta preocupação não estava restrita apenas ao âmbito federal, mas também fez parte da agenda de preocupação municipal, algo também noticiado nas páginas dos jornais analisados.

Figura 5 – Prefeitos da Baixada se reúnem para discutir sobre problemas comuns



Legenda: Foi realizado ontem no Restaurante Beef Place, no Shopping Sendas, o primeiro encontro com os quatro prefeitos da Baixada. Aluísio Gama-prefeito de Nova Iguaçu, José Amorim, de São João de Meriti, Hydekel de Freitas, de Duque de Caxias, Jorge David de Nilópolis, conversaram durante duas horas e meia da política para a Baixada. Eles se propuseram trabalhar em conjunto para resolver problemas da região. Enfatizaram a importância deste trabalho pelo peso político que terá porque os quatro municípios enfrentam as mesmas “chagas”. Apesar da divergência partidária, já que Hydekel e Jorge David são do PFL, José Amorim do PDC e Aluísio Gama do PDT, eles dizem que é possível essa união. Na ocasião, questionado sobre a recusa em receber os moradores e os representantes do MAB (Movimento das Associações de Bairro de Nova Iguaçu), Aluísio Gama afirmou que em breve marcará um encontro com o MAB e que está se empenhando para resolver os problemas apontados com relação a falta de água, nos bairros de Santa Rita, Tinguá e adjacências. Questionado sobre as mobilizações sobre o rumo que a Floresta do Tinguá teria, Aluísio Gama disse que tem acompanhado de perto os debates e acredita que dentro de alguns meses uma decisão sairá, pois a preocupação com o meio ambiente está na ordem do dia para os governantes e a população brasileira, principalmente se tratando de uma área de grande importância para o abastecimento do Rio de Janeiro. Uma presença bem cotada na reunião foi a do Secretário de Cultura, Lazer, Esporte e Turismo da Prefeitura de Nova Iguaçu, José Vicente Goulart Brizola. Sempre perguntado sobre o seu pai Leonel Brizola e sobre o seu trabalho à frente da secretaria o mesmo se mostra entusiasmado e otimista⁸⁴.

Fonte: Jornal de Hoje, Março de 89.

⁸⁴ Jornal de Hoje, p. 3.

De acordo com o documento anterior pode-se observar a preocupação do prefeito de Nova Iguaçu para com as lutas reivindicatórias que marcavam aquele início de mandato em 1989. As agitações em torno do modelo de gestão que seria adotado para o maciço do Tinguá fez parte da agenda de alguns vereadores iguaçuanos que venceram o pleito do ano anterior, que por meio de estratégias diferenciadas vão considerar como relevante a questão do Tinguá como plataforma política, tal como fez a vereadora Rosely Fonseca do PT. Nota-se a participação de vereadores no processo de debates que vão compor forças com grupos representativos locais num movimento de intensa crítica à Câmara Municipal de Nova Iguaçu, no que tange o não atendimento de demandas de Consumo Coletivo.

Figura 6 – Vereadora do PT de Nova Iguaçu lança seu gabinete de rua



Fonte: Jornal de Hoje, 11/04/1989, capa.

O Movimento das Associações de Bairro de Nova Iguaçu⁸⁵ se empenhava em tentar obter maior espaço de diálogo com o chefe do poder executivo municipal e para tanto contava

⁸⁵ O MAB em 1989 fazia 15 anos e congregava cerca de 250 Associações de Moradores que se dividiam em 12 regionais.

com o apoio de vereadores que os jornais consideravam como os mais “próximos e atentos aos movimentos populares”, tal como podemos observar nessa matéria, publicada no dia 09/01/1989 no Jornal Correio da Lavoura:

Conselho de Representantes do MAB critica nova Câmara

A Federação das Associações de Moradores de Nova Iguaçu avaliou neste domingo que a Câmara de Vereadores atual é tão ruim quanto a anterior. O MAB considera que apenas dois vereadores são ligados ao movimento popular: são os vereadores Rosely Fonseca e Moacir de Carvalho, ambos do PT. Foram feitas durante a reunião algumas críticas ao novo prefeito, como a declaração de Aluísio Gama de que ainda não estaria aberto para receber as associações de moradores. O membro da Associação de Moradores de Austin-Centro, José Peixoto, disse que esta semana estava tentando uma audiência com o prefeito, junto com o vereador Moacir de Carvalho e Aluísio Gama declarou que só receberia o vereador. Foi preciso segundo, que o vereador se negasse a entrar sem ele, para que o Gama os atendesse. Todo vereador que estiver disposto a participar e contribuir “para a luta popular”, a federação estará de portas abertas. Mas avisa: que não queiram transformar a entidade em cabide eleitoral.

Figura 7 – Conselho de Representantes do MAB critica prefeito de Nova Iguaçu, Aluísio Gama, e a Nova Câmara



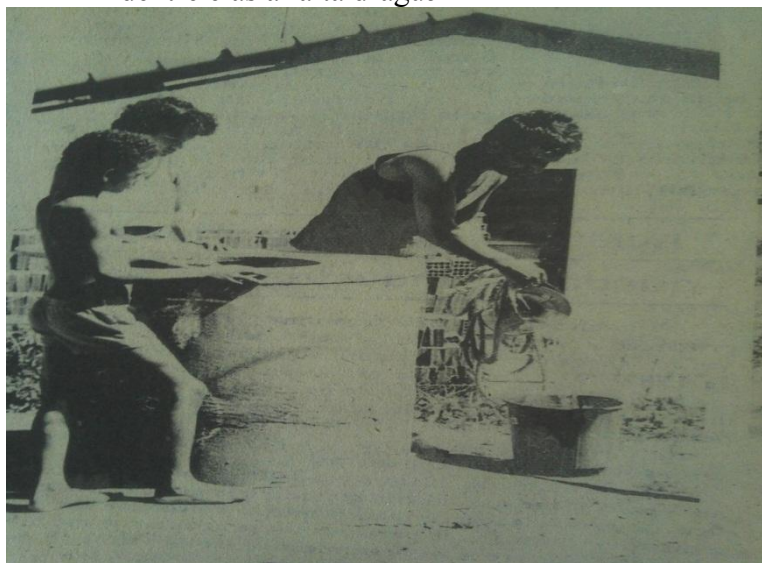
Fonte: Jornal de Hoje, Janeiro de 89, p. 3.

A declaração do Prefeito de Nova Iguaçu da época, Aluísio Gama se deu após inúmeras manifestações de descontentamento com sua recusa em receber os movimentos populares⁸⁶ que reivindicavam aspectos, que Adão Bernardes denominou como sendo de

⁸⁶ Compreendendo movimentos populares e sociais enquanto forma legítima do cidadão manifestar os seus anseios, perante o Estado. Toda vez que a sociedade civil é convocada para dar a sua cota de participação ou mesmo se sente incomodada em razão, principalmente da não assistência por parte do Estado de algo que considera direito seu ela pode se manifestar das mais diversas formas. A composição do movimento popular se baseia na atuação que as organizações representativas de um grupo, bairro ou entidade de classe desempenham em todos os espaços de luta da coletividade. Por este motivo o movimento popular se constitui em grupos e

consumo coletivo. Podemos observar uma dessas lutas expressas na matéria a seguir que destaca a insatisfação de um grupo de moradores e de representantes de uma Casa de Caridade com a ausência de água combinada com letargia na resolução do problema por parte do órgão competente:

Figura 8 – Tinguá carrega um longo sofrimento de prioridades públicas, dentre elas a falta d'água



Legenda: O diretor social da entidade diz que a população desta região de Cava, Tinguá carrega um longo sofrimento de prioridades públicas, há anos que através da instituição estamos reivindicando água encanada e saneamento para a região além de um posto de saúde e um melhor transporte. Na região falta tudo, agora recentemente a instituição requereu da Telerj um telefone público e comunitário que chega a atender 150 pessoas diariamente. Segundo o diretor social Lourival Moreira dos Santos diminuiu mais o sofrimento do povo que não tinha como se comunicar com hospitais, trabalhos e outras emergências, mas agora falta o mais útil para a população que é a água encanada.

Figura 9 – Moradores do Tinguá se queixam do abandono da região por parte do governo municipal



Fonte: Jornal de Hoje 13/01/1989, pág 4.

O que se pode observar a partir da análise das matérias selecionadas é que a participação dos moradores em lutas reivindicatórias se deu a partir de demandas consideradas de consumo coletivo, em face da não assistência dos órgãos competentes. O argumento consagrado em vários textos e notas publicadas por Ricardo Portugal pelo jornalista e ambientalista, liderança do GDN, Grupo de Defesa da Natureza e ativista do Partido Verde, franco defensor da reserva biológica dá conta de que a Reserva Biológica foi fruto de um processo de mobilização popular que deu origem a primeira Unidade de Conservação do país criada a partir da vontade e expressão popular, expressa no movimento intitulado “Pró-Reserva Biológica do Tinguá” que teria reunido em torno de 10.000 assinaturas num abaixo assinado encaminhado ao governo. No entanto, ainda que contasse com a participação popular liderada por movimentos ambientalista, a participação de moradores e políticos, o que fica notório na fala tanto dos moradores quanto das matérias publicadas nos Jornais analisados que a participação popular se deu por outros motivos inicialmente, que não tangenciavam num primeiro momento a preocupação ambiental. Para

ilustrar esse argumento lançamos mão mais uma vez da representação apresentada nos jornais:

simpatizantes do parque tecem severas críticas contra a elaboração de um abaixo-assinado paralelo, no qual só é permitido a participação de quem defende a reserva. Deste modo acreditam que não vai se exprimir o posicionamento real da população. Dizem os defensores do parque que ser esse um modo arbitrário de se encaminhar a questão, uma vez que existe outra proposta em pauta. Inclusive, acusam a presidente da AMAT, Ana Maria Cavalcante de Oliveira de criar falsas informações sobre a decretação do parque do Tinguá, dizendo— por exemplo— que alguns moradores da região perderiam suas terras. “Com medo, os menos informados acabam assinando o abaixo-assinado pró-reserva”. Para o professor, as informações referentes ao parque são vedadas e distorcidas ao resto da população pelos defensores da reserva. “Omitem que haverá mais empregos e que deixará de existir um comércio reduzido, favorável a uma minoria, que impõe seus preços sem a presença da concorrência”, concluiu o professor Norival Soares, 50 anos, há 12 em Tinguá.⁸⁷

A partir dessa matéria compreende-se que a participação da população se deu primordialmente em razão da atenção direcionada a região com os debates sobre as duas propostas de gestão e que estes “engenhosamente” se apropriaram do momento oportuno para reivindicar demandas mais urgentes relativas ao cotidiano vivido. No Jornal de Hoje em edição anterior encontramos a declaração de Raimunda Nonato, ex presidente da Associação de Moradores e Amigos do Tinguá (AMAT) que declara que o temor gerado pelos boatos circulantes na área, que alegavam que os moradores seriam expulsos do local com a transformação da área num parque estimulou muitas viradas de opinião: “houve gente aqui que assinou em favor da reserva temendo a perda de suas terras com a chegada do parque”⁸⁸.

Tal situação ilustra a complexidade que envolveu a criação desta área em Unidade de Conservação Reserva Biológica, uma vez que o processo foi enviesado por interesses e situações diversas que, sobretudo se relacionavam com o momento que o Brasil vivia. A participação dos moradores, de acordo com a narrativa apresentada nos jornais analisados demonstra que se deu num primeiro momento em razão de carências imediatas.

⁸⁷ Jornal de Hoje, 02/05/1989, p. 5

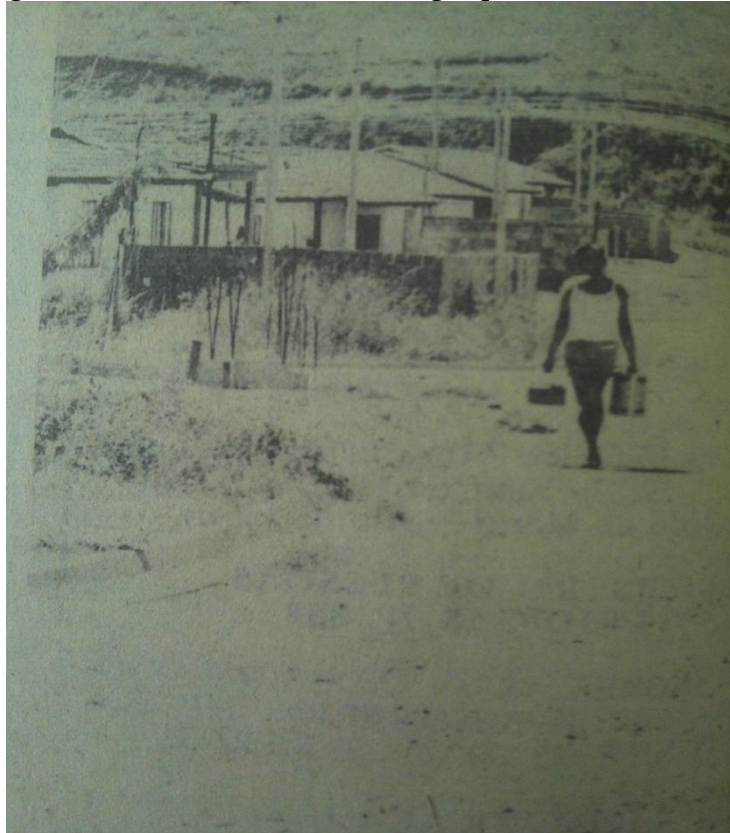
⁸⁸ Jornal de Hoje, 30/04/1989, p.4.

Figura 10 – Moradores de Tinguá estão revoltados com a falta de água



Legenda: Moradores de Vila de Cava e Vila do Tinguá, em Nova Iguaçu, estão secos em busca da solução de um grave problema que assola os bairros: a falta de água. De acordo com o presidente da Associação de moradores do local Alexandre, várias visitas foram feitas à Cedae, sem no entanto ocorrer qualquer providência no sentido de resolver o problema que afeta uma população de cinco mil pessoas. Segundo informou, a causa da falta de água está ligada a pouca pressão existente na tubulação. “As casas situadas na parte baixa do bairro recebem água, embora seja um filete fraco, mas as localizadas no lado superior estão sem abastecimento desde a última eleição”, revela Alexandre indignado. Explica que o único período cujo abastecimento correu normal foi no início de novembro, em plena campanha para a prefeitura. As tentativas infrutíferas junto a Cedae não chegam a desanimar o presidente da associação, que tem recorrido até à sede da companhia no Rio. “Eles dizem que o abastecimento está ligado, mas a água não chega”, reclama Alexandre, convicto da pouca atenção dada pelo órgão ao problema. Sem água nas torneiras, resta ao morador cavar poços a procura do precioso líquido encontrável numa profundidade média de 8 metros e nas proximidades dos mananciais do Tinguá. Entretanto, o surgimento de poços artesianos é um meio paliativo, mesmo porque a grande maioria não tem como bancar o custo das manilhas. Preocupada com a situação a própria associação de moradores abre poços a fim de minimizar as consequências da falta de água. A precariedade no abastecimento leva as pessoas a caminhar longas distâncias com latas ou baldes cheios de água. Vários moradores, inclusive crianças são obrigados a acordar de madrugada para pegar água. “Minha filha de 15 anos acordou 4 horas da madrugada e foi buscar água”. Infelizmente ela tropeçou e acabou com a rótula do joelho rompida. Ela está agora no Hospital Barata Ribeiro, em São Francisco Xavier, relata Silvio de Almeida, residente a um ano no bairro. A situação não é menos desesperadora para Luciene dos Santos Moura, 18 anos, que mesmo grávida enche três latões de 20 litros por dia. “O médico já mandou eu parar de carregar peso, pois isso pode prejudicar a criança, mas não tenho outra alternativa”, justifica Luciene, moradora da Rua Quatro, 1120. Essa situação faz com que as associações tentem se mobilizar para resolver o problema, se manifestando nas ruas.

Figura 11 – Moradora caminha longos percursos em busca de água



Fonte: Correio da Lavoura, 11/01/1989.

A luta em torno desse aspecto de consumo coletivo se apresenta entremeada de conflitos, um deles expresso na matéria a seguir que nos mostra que a luta pela água pode atingir patamares complexos e intensos, tal como a denúncia publicada no Jornal de Hoje em que um morador local, com vias de impedir o furto da água existente em sua propriedade decide envenená-la para impedir a apropriação escondida:

Figura 12 – Morador do Tinguá envenena poço para impedir o furto d'água



Legenda: A questão da água encontra-se no momento em ebulição em Vila do Tinguá. O proprietário de um terreno próximo, segundo o representante da Associação de Moradores, chegou a envenenar o seu poço na intenção de impedir invasões e roubos de frutas. A Associação de moradores colocou uma placa de alerta no local. Por outro lado, existem também aqueles que até colaboram com a comunidade. Este é o caso do comerciante Rafael Gomes, proprietário de um bar, na rua Cinco. Através de seu poço de seis metros de profundidade, com capacidade para no mínimo 2 mil litros diários, fornece água a grande parte da vizinhança. “Só dou água para cozinhar e beber. Desta forma todos podem ser atendidos. Há vezes em que o poço chega a secar. É comum a formação de longa fila”, garante Rafael. O bairro Vila do Tinguá passa por uma série de problemas, no caso específico da falta de água mesmo após inúmeros contatos com a Cedae, não conseguimos até agora uma solução.

Fonte: Jornal de Hoje, 11/04/1988, p. 5

A matéria anterior nos mostra ainda que o cotidiano vivido em meio a dificuldades comuns fez com que alguns moradores coadunassem forças para reivindicar melhorias ou mesmo encontrando caminhos subterfúgios para sobreviver face aos problemas enfrentados. Ainda que os moradores do Tinguá num primeiro momento apoiem, em sua maioria, à proposta de parque nacional devido o engajamento de grupos defensores tanto da reserva quanto do parque ocorre uma mudança de preferência. Entretanto, deve-se considerar o fato de que grande parte dos moradores não sabia traçar ainda as diferenças existentes entre uma proposta e outra. A desinformação fez com que a defesa de posições por parte dos partidários se desse, muitas das vezes de forma tendenciosa pelos grupos interessados e estratégias diversas fossem adotadas como forma de convencimento e arregimentação de adeptos.

Observa-se que o assunto não é simples, e foi capaz de, apenas em sua discussão, deixar feridas na sociedade local. Na própria AMAT houve um racha, proveniente de desentendimentos dentro da diretoria. Defensores do parque saíram acusando a direção de tentar ocultar o que considera, a verdadeira preferência da população.

Sobre os partidários dois nomes se destacam nessa disputa. De um lado, o ativista do PV e membro do Grupo de Defesa da Natureza, Ricardo Portugal, jornalista que há cinco anos aderiu à causa ecológica, franco defensor da reserva biológica. Do outro, naturalista e da Associação do Meio Ambiente de Nova Iguaçu (AMANI) o ecólogo Paulo Benevides, favorável à criação do Parque Nacional.

Ricardo Portugal incansável na luta pró-reserva, organizando debates para tentar mostrar a necessidade da reserva para o equilíbrio do ecossistema do Estado do Rio. Ele aponta em direção à proposta de parque e dispara severas críticas. “O incremento de turistas na região com o parque implica em maiores riscos de incêndio, principalmente em decorrência do oleoduto da Petrobrás que corta Tinguá. Corremos o risco de contaminação dos reservatórios que abastecem parte do Grande Rio. Acredita que o acesso na proposta de parque é mais frouxo e isso não ajuda à preservação”.

O ecologista da AMANI, por sua vez questiona a origem das reservas biológicas. Segundo ele, elas foram criadas durante a Ditadura militar para combater possíveis focos de guerrilhas no país. “Terras foram desapropriadas e depois entregues a militares. Tanto é verdade que boa parte dos proprietários de terra na região do Tinguá é militar”.

Benevides diz que os defensores da Reserva não conseguiram tanto apoio quanto eles dizem ter. “Eles organizam um debate e as pessoas que comparecem são taxadas de defensores da Reserva. Nós temos o apoio do Centro de Ciências de Nova Iguaçu (CECINE) e do Instituto Histórico e Geográfico de Nova Iguaçu”. “Benevides sugere que a melhor maneira de acabar com todo esse “disse-me-disse” é cada entidade se pronunciar publicamente sobre o seu posicionamento e os partidários defensores também manifestarem sua preferência”⁸⁹.

Em entrevista Ricardo Portugal realizada em novembro de 2013 não escondeu que buscava apoio de diversos representantes de organizações e de personalidades importantes, para juntos reunirem forças em prol da reserva:

Autoria: Mas o senhor se lembra quem declarou apoio a proposta de reserva?

R.P: “O departamento de biologia da SESNI, a OAB- sub seção de Nova Iguaçu, o Clube dos Engenheiros do Rio de Janeiro e a deputada Benedita da Silva (PT)

⁸⁹ Jornal de Hoje, 02/05/1989, p.5.

mostraram-se defensores da proposta de Reserva. Além disso, parte da comunidade científica também se manifestou, como por exemplo o prêmio Nobel Alternativo de Ecologia, o professor José Lutzenberg além do chefe do departamento de biologia da UFRRJ, o professor Eugênio Izeckson também apoiaram.

Autoria: E apoio dentro do município ocorreu?

R.P: Lembro que tivemos o apoio do prefeito Aluísio Gama, do vice dele Laerte Resende Bastos e da Secretária Municipal de Indústria, Comércio e Meio Ambiente, Lucília Gimenez, que na época defendiam a reserva, juntos com outras pessoas também.⁹⁰

Em matéria publicada pelo Jornal de Hoje em Abril de 1989 a Secretária de Indústria, Comércio e Meio Ambiente de Nova Iguaçu comenta que a cidade só poderá crescer se aliar desenvolvimento com equilíbrio ecológico. Antes mesmo de ser assinado o decreto pelo presidente José Sarney ela já chamava a região de reserva. Mostra preocupação com a extração clandestina de madeira na região assim como o despejo de resíduos tóxicos e extração ilegal de areia na região. Esta preocupação aparece na matéria a seguir:

Figura 13 – Secretária Municipal de Indústria e Comércio de Nova Iguaçu diz que o crescimento da cidade deve se dar com equilíbrio ecológico



Fonte: Jornal de Hoje 12/04/1989.

Na semana anterior em matéria publicada pelo Jornal Correio da Lavoura membros do CNPTZ, Centro Nacional de Pesquisa Tecnológica Zoobotânica de Nova Iguaçu,

⁹⁰ Entrevista realizada em Nova Iguaçu, com o jornalista e ambientalista Ricardo Portugal em novembro de 2013.

representados pelo presidente da entidade, Marivan Barbosa Lacerda tinham se mostrado defensores da criação do Parque:

Figura 14 – Pesquisadores do CNPTZ são defensores da implantação do Parque Nacional no Tinguá



Fonte: Jornal Correio da Lavoura.

O contexto complexo que deu termo a criação da unidade de conservação a partir dos materiais analisados até o presente momento nos leva a postular que a participação dos moradores se deu a partir de temores ocasionados por boatos em torno da possibilidade de perda de suas terras, além de ser motivado principalmente pela necessidade cotidiana posta pela ausência de água, elemento de consumo coletivo primordial que teria justificado a entrada de muitos integrantes no movimento em busca de maior visibilidade para os problemas enfrentados diariamente. A efervescência de mobilizações reivindicatórias de diversos tipos nos idos da década de 70 e 80 pode ser pensada tal como propôs o professor Gelson Rozentino, que trata das experiências cotidianas motivando lutas intensas no contexto contemporâneo, sob o prisma da implementação de diversas propostas de democratização no Brasil, aplicadas ao poder local em diferentes cidades, como reflexo do momento em que se vivia de intensa participação da sociedade civil em diferentes políticas urbanas:

a participação da sociedade civil no controle e na gestão do orçamento e das diferentes políticas urbanas foi consequência das lutas dos movimentos sociais desde meados da década de 1970. Os movimentos sociais, com forte influência das Comunidades Eclesiais de Base (CEB), pastorais e outros grupos políticos, não só ligados à Igreja Católica, embora em vários lugares tenham sido majoritários, em

outros tantos foram fundamentais os grupos ou partidos clandestinos de resistência à ditadura militar, que resultaram em um sem-número de militantes organizados por bairros e na luta por moradia, saneamento, transportes, saúde, educação, entre outras demandas.⁹¹

A intensificação da participação em assembleias, plenárias ou passeatas cresceu desde a década de 1970, adquire, sobretudo, maior contundência a partir da promulgação da Constituição de 1988, na medida em que se alargam as possibilidades de participação democrática no seio do Estado, uma vez que a sociedade foi conclamada a participar do processo de discussão e elaboração da carta magna. A Magna Carta deveria procurar atender diversos setores da sociedade que, *aislados* durante décadas do processo decisório, retornavam com ímpeto transformador e esperançoso de que um novo momento poderia ser desenhado. Esse momento, sem dúvida repercutiu no âmbito local, dos municípios, por meio da organização e consolidação de grupos ou entidades representativas:

no Estado do Rio de Janeiro, destacavam-se no movimento de bairros, os da Baixada Fluminense, como o Movimento Amigos de Nova Iguaçu (MAB), o movimento União dos Bairros de Duque de Caxias (MUB) e Amigos de Bairros de Meriti (ABM), de São João de Meriti, além da criação tanto da Federação das Associações de Moradores do Estado do Rio de Janeiro (FAMERJ) quanto da Federação das Associações de Favelas do Estado do Rio de Janeiro (FAFERJ). Os movimentos de luta por moradia agregaram-se a ONGs, representantes de setores profissionais e universitários, além de técnicos do poder público comprometidos com a democratização do planejamento e da gestão, na ampla coalizão denominada Movimento Nacional pela Reforma Urbana, depois nomeada Fórum Nacional pela Reforma Urbana.

O momento que antecede a elaboração da Constituição de 1988 foi relevante para que se pudesse revelar quem eram estes atores sociais que estavam surgindo e buscando cada vez mais espaço para desnudar as necessidades primazes dos grupos ou localidade que representavam, assim como trazer à tona as estratégias de adaptação inventadas por estes grupos em face das dificuldades postas no cotidiano vivido, tal como percebemos nos trechos dos jornais que mostravam a população inventando o cotidiano a partir da ausência de água.

Torna-se importante pensar tomando por base a contribuição de Certeau – do que ele chama “invenções cotidianas”, considerando a perspectiva de análise com interesse no exercício de um “não poder”, ou seja, com as formas subterrâneas de conviver com políticas impostas, instituídas por um “lugar de poder e de querer”. Refiro-me às relações instituintes,

⁹¹ ALMEIDA, Gelsom Rozentino de. Movimentos sociais e cidadania: entre o substantivo e a forma. In: SILVA, Cátia Antônia da. et al (Org.). *Metrópoles: entre o global e as experiências cotidianas*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2012.

às “práticas adaptativas ao cotidiano vivido” dos consumidores ou receptores de tais políticas, de que nos fala Certeau.

Pensando com Michel de Certeau, sublinho que:

o cotidiano é aquilo que nos é dado cada dia (ou que nos cabe em partilha), nos pressiona dia após dia, nos oprime, pois existe uma opressão no presente. [...] O cotidiano é aquilo que nos prende intimamente, a partir do interior. [...] É uma história a caminho de nós mesmos, quase em retirada, às vezes velada. [...] Talvez não seja inútil sublinhar a importância do domínio desta história “irracional”, ou desta ‘não história’, como o diz ainda A. Dupont. ‘O que interessa ao historiador do cotidiano é o Invisível’ [...] ⁹²

Convém ainda pontuar que De Certeau sinaliza a possibilidade de crer firmemente na “liberdade gazeteira das práticas”, de ver diferenças e de perceber as microrresistências que fundam microliberdades e deslocam fronteiras de dominação; a inversão de perspectiva, que fundamenta a sua *Invenção do cotidiano*, desloca a atenção “do consumo supostamente passivo dos produtos recebidos, para a criação anônima, nascida da prática, do desvio no uso desses produtos”.

A escolha por De Certeau deve-se ao fato de que suas elaborações sobre os processos adaptativos e inventivos criados pelo homem “comum” nos ajudam a compreender em parte o processo complexo do vivido pela população da década de 1980 e o elemento que postulamos como um dos motivadores da participação dos moradores do Tinguá no processo que pôs termo a criação da Reserva: a busca por maior visibilidade face aos problemas postos pela ineficiência da assistência por parte do Estado de recursos primordiais a sobrevivência.

O interesse por este autor pode ser explicado pelo fato que Certeau, nos mostra que “o homem ordinário” inventa o cotidiano com mil maneiras de “caça não autorizada”, escapando silenciosamente a conformação. Essa invenção do cotidiano se dá graças ao que Certeau chama de “artes de fazer”, “astúcias sutis”, “táticas de resistência” que vão alterando os objetos e os códigos, e estabelecendo uma (re)apropriação do espaço e do uso ao jeito de cada um. Um exemplo indicativo foi o modo criativo com que as “mulheres da Biquinha”, comunidade localizada no Tinguá, planejaram em 1988 para chamar a atenção dos órgãos competentes para a situação de falta d’água. De acordo com o relato da moradora Dona Rita as mulheres decidiram levar para a praça do Tinguá, ponto central do bairro, baldes, sabão e outros apetrechos para juntas lavarem roupa como forma de protesto contra a falta d’água numa região abundante em recursos hídricos⁹³. Objetivavam assim maior visibilidade e

⁹² CERTEAU. Michel. *A invenção do cotidiano*: 1, Artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 1994. p. 31.

atenção por parte das autoridades do município para com as demandas cotidianas daquela região. Retomando De Certeau frisamos que o mesmo acredita nas possibilidades de a multidão anônima abrir o próprio caminho no uso dos produtos impostos pelas políticas culturais, numa liberdade em que cada um procura viver, do melhor modo possível, a ordem social e a violência das coisas, situando tais ações no ponto de partida de compreensão de que elas são do tipo *tático*: “[...] esta análise das práticas vai e vem cada vez novamente captada [...], brincalhona, fujona”.

Deste modo, embora desde o início dos anos 80 de acordo com o professor Gelsom Rozentino, o Estado brasileiro tivesse se reforçado muito, contando com modernos aparelhos coercitivos e de concessão de participação, os setores “subalternos” digeriam essas imposições assim como as disposições impostas pelo cotidiano de modo inventivo e aberto, algo que contribui para complexificar o entendimento do cotidiano em nível local. O mesmo não pode ser compreendido tomando por base um vetor explicativo ou mesmo como apenas levando em consideração uma “imposição de cima para baixo”, mas sim devendo ser considerado, na não-simplicidade da história vivida, a disposição de vetores de força partindo de “baixo para cima”, como demandante de mudanças ou propostas diversas.

⁹³ Fazemos uso de nomes fictícios de modo a não comprometer a segurança e integridade dos entrevistados, tendo em conta que a região do Tinguá ainda sobrevive constantemente sobre a ameaça de grupos diversos interessados na exploração econômica dos recursos da região.

3 A VISIBILIZAÇÃO DOS RELATOS SUBTERRÂNEOS: A REPRESENTAÇÃO DO VIVIDO POR MEIO DA VISITAÇÃO AO PASSADO ATRAVÉS DA FALA DOS MORADORES DO TINGUÁ

Lembrar não é tarefa fácil, principalmente nas sociedades contemporâneas em que se vive uma espécie de tempestade de informações que nos assolam a todo o momento acompanhado, ao fim e ao cabo, de uma angustiante efervescência e valorização de *lugares de memória*⁹⁴. Sobre esta problemática nos debruçaremos nesta seção sobre alguns autores que discutem os elementos constitutivos do ato de lembrar, o processo complexo de rememoração e de retomada do vivido por meio dos depoimentos. Este ato de retomada do vivido, trazido à tona por meio da elaboração de uma narrativa, primeiramente mental e que *a posteriori* se consolida num depoimento na forma oral é cercado de complexidade e necessita, portanto, ser pensado com cuidado, uma vez que muitas cenas e momentos são ignorados, propositalmente ou não no processo de elaboração do discurso falado, questão pensada por Halbwachs quando fala de processo de negociação ou seletividade da memória.

Tais questões nos são caras para na seção seguinte abordar a utilização da metodologia de história oral no processo de tomada de depoimentos de moradores no que tange o processo de debates que pôs termo a criação da Reserva em 1989. Cotejar o depoimento dos moradores acompanhado da representação noticiada pelos jornais analisados nos parece importante para pensar como teria se dado este momento no final da década de 1980.

3.1 Embates da memória e as representações da vida cotidiana

A memória é um fenômeno sempre atual,
um elo vivido no eterno presente; a história,
uma representação do passado

Pierre Nora

⁹⁴ Termo utilizado por Pierre Nora para denominar o sentimento de continuidade que se torna residual aos locais. Atribuição de locais que serão representativos da memória consagrada por determinado grupo ou país. NORA, Pierre. “Entre Memória e História: a problemática dos lugares”. *Projeto História*. São Paulo, n. 10, p. 07–28, dez. 1993.

Presenciamos na atualidade uma vertiginosa expansão da memória no campo da cultura material, notada na constante preocupação nutrida em torno de uma reificação da memória, seja ela coletiva, nacional, etc. Compreendemos, portanto, memória enquanto ato de representação social, representação de si para os outros e sobre os outros, algo que implica confrontos e reivindicações de toda espécie. Seguindo nesse argumento a memória está sempre em franca disputa.

Esta memória lida como fenômeno social pode representar o atributo definidor e diferenciador de um grupo, reforçando sentimentos de pertencimento ou mesmo delineando as fronteiras culturais.

Sendo assim, entende-se por memória coletiva a operação coletiva dos acontecimentos e interpretações do passado, pautado no presente de fatos selecionados que se pretende salvaguardar. Pensado desse modo, o ato de rememorar implica seletividade do vivido, seleção do passado. Na medida em que empreendemos uma atividade de retomada do vivido estamos intervindo, interpretando, selecionando o experienciado e atribuindo valores e sentidos norteados pelo presente.

Halbwachs sublinha as funções positivas desempenhadas pela memória destacando que a mesma contribui para reforçar a coesão social, por meio da adesão afetiva ao grupo. Sobre este aspecto de reforço de coesão Michel Pollak atribui a vinculação de memória e identidade social, ressaltando ainda que mesmo que inicialmente a memória pareça ser um fenômeno individual, relativo a própria pessoa a ela é sobretudo, um fenômeno coletivo e social, se pensado por meio de sua construção, reificação e manutenção. Pontua ainda que tanto a memória e a identidade são valores disputados em conflitos sociais e intergrupais, que vão requerer novos rearranjos. A representação assim opera como seleção das amostras significativas daquele grupo.

Sobre esta questão de que o presente pode requerer novas arrumações da memória já consagrada convém destacar que este processo se dá de forma complexa, na medida em que o processo de acionamento do vivido por ser enviesado por lembranças traumatizantes ou mesmo circunstâncias do presente que vão demarcar as fronteiras do que será dito, ou o que não será revelado. Podem existir memórias confinadas ao silêncio que ao serem acionadas emperram em obstáculos que podem ser situações de violência ou coerção diversas, tal como observamos nos trabalhos de Beatriz Sarlo e Jeanne Marie Gagnebin, sobre a complexidade

envolvida no processo de rememorar eventos, sejam eles traumáticos, sejam eles relegados ao esquecimento ou ao silêncio por implicações políticas e sociais diversas⁹⁵.

Sobre este aspecto do “não-dito”, convém pontuar seguindo o raciocínio de Pollak (1989/3) que este silêncio pode ser revelador da imagem que esta pessoa deseja perpetuar de si ou de determinado evento:

as fronteiras desses silêncios e não-ditos com o esquecimento definitivo e o reprimido inconsciente não são evidentemente estanques e estão em perpétuo deslocamento. [...] A fronteira entre o dizível e o indizível, o confessável e o inconfessável está integrado com o compromisso que o sujeito confessa a si mesmo e aquilo que ele pode transmitir ao exterior.⁹⁶

O referido autor coloca ainda que a memória pode atender a enquadramentos que dizem respeito ao estabelecimento de *quadros* de referência de grupos ou indivíduos, que demarca exatamente o grau de interação entre o vivido e o aprendido e o que se deseja perpetuar ou reforçar em termos de pertencimento. Nesse ponto, o que está em jogo na memória é o sentido de identidade individual e do grupo. Por meio dessa operação a memória é guardada e solidificada e estruturada por meio de pontos de referência⁹⁷.

Podemos então definir, grosso modo, a memória como um mecanismo de armazenamento de informações, conhecimento e experiências, cuja elaboração se deu no passado, mas que pode receber novas tonalidades no presente, sendo este transporte complexo por ser seletivo e por assim ser relativo a escolhas. Este aspecto fluido é acentuado por Ecléa Bosi: “esforço ingente com que costumam investir grupos e sociedades, para fixá-la e assegurar-lhe estabilidade, é por si, indício de seu carácter fluido e mutável”⁹⁸.

De acordo com esse pensamento a memória jamais consegue ser reconstituída em sua completude de aspectos, assim como se atribuem elementos valorativos e classificatórios ao que é socialmente apreensível e recortado.

Assim sendo, qualificada como individual ou coletiva, ressentida, esquecida, enquadrada, exótica dentre outras denominações elas possuem um ponto em comum, que

⁹⁵ SARLO, Beatriz. *Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva*; tradução de Rosa Freire d’Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: UFMG, 2007. A Autora neste livro trata da complexidade de rememoração e produção de relatos das vítimas de eventos traumáticos no contexto da ditadura militar argentina, surgidos nos anos de transição democrática. Nos ajuda a compreender as dificuldades, os bloqueios das lembranças compartilhadas ou reprimidas em face de um evento traumático. Cf: GAGNEBIN, Jeanne-Marie. *Lembrar escrever esquecer*. São Paulo: Ed.34, 2006.

⁹⁶ POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. *Estudos Históricos*, São Paulo, p. 8, mar. 1989.

⁹⁷ Ibidem. p. 9–10.

⁹⁸ BOSI, Ecléa. *Memória e Sociedade*. Lembrança dos Velhos. São Paulo: T.A. Queiroz, 1971. p. 7.

reside na perenidade do componente perpetuador uma vez que ela pode ser alvo de tensões e conflitos num determinado momento conjuntural e que pode ocasionar rearranjadas e enquadrada em novos moldes dependendo do grau de articulação e força dos demandantes do presente.

Coerente com essas assertivas a reconstrução do vivido, por meio do acionamento do passado que ficou memorizado vão estar imbuídos da complexidade de aspectos descritos e que têm relação com o ambiente vivido no presente. Conforme Pollak no trabalho anteriormente citado, ao contar sobre sua vida, o indivíduo ordena os acontecimentos que balizaram sua existência ao passo que reconstrói a si mesmo e definem o seu lugar e suas relações com os demais⁹⁹.

Ponderar a complexidade que envolve não só a constituição da memória quanto o processo de reconstituição da mesma serve como elemento fundamental para considerar a história oral enquanto metodologia de análise a ser usado pelo investigador pensando principalmente que o que pode ser considerado apreensível já foi elemento componente dos mecanismos de seleção, descartes constitutivos do processo de retomada calcados no presente. Não se pode acessar completamente o ocorrido, o vivenciado e sim o que foi reelaborado e ressignificado pelo o portador da memória.

A memória acessada por meio da coleta de depoimentos é, portanto, fruto de estratégias e formas de negociação capazes de estabelecer equilíbrio, ainda que transitório, entre memórias e discursos em conflitos. Transitório se compreendermos que a memória é fluida e pode ser transformada de acordo com a interposição de novas situações e realocação de indivíduos ou grupos do presente.

3.2 A história oral e o relato do vivido

Em todos os tempos existem homens,
eles existem no seu tempo e continuarão a existir
enquanto alguém contar a sua história.

Agnes Heller

⁹⁹ POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. *Estudos Históricos*, São Paulo, p. 13, mar. 1989.

Por meio da reconstituição de histórias trazidas à baila pelo interesse aguçado e renovado das Ciências Humanas por grupos subalternos a memória pode ser palco de conflitos com aqueles que até então tinha se consolidado em torno da elaboração e perpetuação do discurso da memória nacional ou oficial. Convém citar um trecho do pensamento de Pollak que nos parece oportuno: “ao privilegiar a análise dos excluídos, dos marginalizados e das minorias, a história oral ressaltou a importância de memórias subterrâneas que, como parte integrante das culturas minoritárias e dominadas, se opõem à ‘memória oficial’, no caso a memória nacional”¹⁰⁰.

Do ponto de vista da história essa guinada em busca de histórias de vida, que podem ser reveladoras de aspectos de uma dimensão maior de uma sociedade, convém mencionar os trabalhos exemplares de Natalie Zemon Davis¹⁰¹ e de Carlo Ginzburg¹⁰², que procuraram partir de histórias de vidas para pensar questões relativas às mentalidades de uma época.

Entendido desse modo, a elaboração de entrevistas, desde a escolha dos que falarão até a coleta efetivamente dos dados e transcrição dos discursos deve ser cercada de cuidados, pois deve levar em consideração variáveis importantes, como por exemplo, o tempo disponível para este intento, os recursos que se dispõe para as visitas ao local, assim como a amostra dos que cederão uma entrevista, ponderando se estes de fato são representativos da tese que se pretende averiguar¹⁰³.

Assim sendo, a fim de adequar o uso da metodologia de história oral aos rigores cientificistas, novos procedimentos, formas e meios para sua utilização foram desenvolvidos por meio de vários debates que tinham como preocupação primaz questões de ordem metodológica assim como também de cunho epistemológico.

A realização da entrevista exige maturidade em termos de conhecimento satisfatório do histórico do entrevistado assim como de todas as categorias que podem vir a figurar na narrativa elaborada pelo entrevistado. O trabalho de rememorar deve estabelecer diálogo entre o que entrevista e o que fala, alinhavado por meio de sensibilidade e observação apurada por parte do pesquisador. Implica ainda uma disponibilidade para escuta paciente, envolvendo

¹⁰⁰ POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. *Estudos Históricos*, São Paulo, p. 4, mar. 1989.

¹⁰¹ DAVIS. Natalie Zemon. *O retorno de Martin Guerre*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

¹⁰² GINZBURG. Carlo. *O queijo e os Vermes*. O cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição. São Paulo, Companhia das Letras, 1989.

¹⁰³ ALBERTI, Verena. *Manual de História Oral*. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005. p. 19.

ainda reciprocidade para a troca e compreensão do universo que o investigador se propõe a acessar.

Conforme Alberti a história oral deve ser entendida como um instrumento eficaz, de tantos disponíveis, que documenta uma versão do passado, tentando conhecer a história coletiva da sociedade através de experiências e versões particulares do indivíduo que nela viveu, procurando estabelecer relações entre o geral e o particular por meio da análise comparativa de diferentes testemunhos, decodificando isso por meio da elaboração de uma narrativa que tem por finalidade tornar o passado apreendido e interpretado compreensível por indivíduos e grupos que não desfrutaram de tais experiências.

Pensando desse modo, trabalhar com fontes orais não pode representar tão somente a gravação de uma série de testemunhos e a transposição imediata do conteúdo transcrito para o texto na forma de citações. Para resolução desta problemática Garrido¹⁰⁴ propõe um esforço de aproximação crítica entre o relato do vivido colhido por meio de entrevista re combinado com a documentação escrita existente ou mesmo com outros *corpus* de documentos.

Coerente com os autores elencados todos os cuidados se fazem necessários para que não se torne tudo o que diz o entrevistado como realidade histórica, mas sim como representação do vivido tendo em vista que o narrado passa pelo crivo da memória. Le Goff na obra anteriormente citada destaca que “a memória humana é particularmente instável e maleável”.

Nesse aspecto, Bosi¹⁰⁵ afirma que tudo o que está guardado na memória dos indivíduos e que vai ser lembrado, não é produto das relações adstritas ao mundo íntimo da pessoa, mas faz parte de *quadros sociais*. A memória de um indivíduo é condicionada por seu relacionamento com a família, a classe social, com a escola, com a igreja, com a profissão. A memória focaliza situações específicas que são acionadas por meio do exercício de visitação ao vivido a partir de instâncias

Tendo em vista os elementos preteritamente expostos pode-se inferir a complexidade do campo que envolve a capta o da representa o acerca do vivido a partir do uso da metodologia de história oral, considerando as dificuldades implicadas no processo de rememora o mediado por instâncias do presente.

¹⁰⁴ GARRIDO, Joan del Alc zar. As fontes orais na pesquisa histórica: uma contribui o ao debate. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 13, n. 25/26, p. 38, ago. 1993.

¹⁰⁵ BOSI, Ecléa. *Memória e Sociedade*. Lembrança dos Velhos. São Paulo: T.A. Queiroz, 1971. p. 54.

Convém demarcar que em razão da Região do Tinguá ainda hoje enfrentar pressões e interesse de todos os tipos¹⁰⁶, que fazem com os moradores vivam amedrontados com os casos de violência ainda recorrentes optamos por não revelar os nomes reais dos entrevistados, sendo substituídos por abreviações. O total de 3 entrevistados levou em consideração uma amostra significativa para a concretização do trabalho, ponderando ainda as condições de realização das entrevistas e transcrição das mesmas tendo em mente o tempo de finalização do presente estudo. A escolha foi balizada no tempo em que tais pessoas viviam na região e participação nos debates que culminaram com a assinatura do decreto que criou a Rebio Tinguá.

Mesmo se tratando de um passado não tão longínquo o que é recordado dependerá de instâncias significativas do presente, além dessa intervenção no passado poder revelar e mesmo ocultar aspectos desagradáveis para os que fornecem seus relatos.

A entrevista realizada em 24 de Outubro de 2013 com A. G, 66 anos de idade, aposentado e morador do Tinguá há 34 anos. Que relata as precariedades existentes na região¹⁰⁷:

Autora: Como o senhor veio morar no Tinguá? O senhor lembra como era a região no final da década de 1980?

A.G: Minha filha vim morar aqui, pois estava ficando puxado continuar pagando aluguel em Madureira, onde eu morava com minha mulher e meus 3 filhos. Os tempos não estavam nada fáceis porque só eu trabalhava e a gente não ganhava muito. Depois que meu pai morreu eu tinha a opção de morar aonde ele sempre viveu. Decidi vim pra cá pra tomar conta da casa que era da minha família a muito tempo. Quando chegamos aqui não tinha nada e nessa época aí que você perguntou lembro que aqui só tinha pouca gente, uma casa aqui outra lá na frente. Não tinha comércio como você vê um pouquinho hoje. Apenas uma venda, uma farmácia e uma escola. Lembro também que demorávamos muito tempo pra chegar a Vila de Cava e muito mais no centro de Nova Iguaçu. A gente tinha que se planejar pra sair de casa cedo e passar o dia todo na rua pra resolver alguma coisa. Só tinha um ônibus que passava aqui e não passava toda hora não! A estrada era ruim demais e por isso pra gente sair daqui pra ir em outro lugar era só precisando muito mesmo!

Autora: Gostaria que o srº falasse sobre como eram as condições de vida aqui? O que vocês tinham acesso?

A.G: Aí o negócio fica complicado, pois a gente tinha quase nada, não tinha água na casa como se vê hoje não. Quase não tínhamos água para falar a verdade. Muitos dias eu ficava acordado, trocando com a mulher para tentar pegar água. Tinha tempo ainda que a gente tinha que pedir ao vizinho um balde pra poder fazer comida. Tinha um rapaz aqui, dono da venda que tinha poço e ele deixava a gente pegar água de vez em quando. A água que vem lá de cima era limpinha e a gente também pegava quando precisava, mas chegar em casa, isso chegava não! Você pode ficar assustada

¹⁰⁶ Conferir anexos do trabalho que compilam algumas situações recorrentes e não resolvidas no entorno da Reserva Biológica.

¹⁰⁷ Segundo dados coletados no acervo do MAB e da Associação de Moradores e Amigos do Tinguá em 1989 a Vila do Tinguá tinha aproximadamente 10 mil habitantes. Não tinha farmácia, posto médico nem de policiamento. Uma escola e uma linha de ônibus que perfazia o trajeto até o centro de Nova Iguaçu.

minha filha, mas até luz que hoje em dia todo mundo tem, tinha gente por aqui que não tinha.

Autora: O senhor lembra como o Tinguá se transformou em Reserva?

A.G: Poxa menina, sabe que não lembro de muita coisa não! Lembro que do nada veio gente a beça pra cá. Todo dia tinha gente estranha aqui e tinha muita reunião pra explicar a gente as duas opções que poderiam transformar a região e que isso seria decidido pelo presidente do país. Tinha jornalista tirando foto, pedindo entrevista, muita gente mesmo. A gente não entendia muito bem, mas só queria que percebessem que precisávamos de água e de outras coisas mais.

Autoria: Qual era a sua escolha, o srº lembra? O que motivou essa posição?

A.G: Olha, na época depois de tudo que falaram eu lembro que preferia o parque pois poderia ser uma forma de vir pra cá mais gente e melhorar isso aqui, sabe? Poderiam investir aqui e a nossa vida ser melhor.

Já para a moradora A.P, de 58 anos, dona de casa, moradora do Tinguá desde que tinha um ano alega que a melhor opção era pela Reserva:

Autora: Qual era a sua escolha, a sraª lembra? O que motivou essa posição?

A.P: Lembro que na época, depois de participar daquelas reuniões que aconteciam eu achava que a Reserva era melhor por causa da proteção disso aqui. Sabe, lá dentro tem muita coisa bonita, muita flor que a gente não costuma ver por aí além das cachoeiras que tinha água cristalina. Se viesse muita gente pra cá com o parque isso rapidinho poderia sumir. A gente vê muito rio por aí que antes era limpinho, que dava até pra nadar e que hoje é um valão fedorento. Entende como era melhor? A gente não queria que isso acontecesse aqui não! Além disso, muita gente estranha iria passar a ficar andando por aqui e podia aumentar a violência e tirar nosso sossego.

Autoria: A srª participou do ato das mulheres da biquinha, me explique como e porque vocês decidiram fazer aquilo?

A.P: Sabe, a gente não tinha água em casa, quase não caía. Muita mulher aqui ia pra beira desses rios aí lavar roupa e mesmo pegar água pra outras coisas. Foi aí que vendo que muita gente estava passando a olhar pra nós eu e um grupo de mulheres decidimos ir pra praça lavar roupa. Levamos um monte de balde, sabão e roupa pra mostrar pra todo mundo que a gente não estava satisfeito. Como é que pode num lugar que tem água jorrando a gente não ter isso, nós que moramos aqui, é absurdo, sabe? Do nada começou a aparecer vereador, jornalista, gente de tudo quanto é canto pra entrevistar a gente, tirar foto e mostrar o estado que vivíamos.

Autoria: Mas surtiu efeitos? Quais as consequências desse ato?

A.P: Olha, a gente não pensava, não fazia ideia que poderia dar em alguma coisa no começo, mas depois que a gente viu que muita gente estava chegando e se interessando pela gente ficamos mais animadas! Se eu disser pra você que a situação melhorou rápido eu vou estar mentindo.

Segundo o morador M.M.S, de 43 anos, comerciante e morador do Tinguá a 40 anos a maioria da população inicialmente tinha escolhido a opção pelo parque pois “falaram que a opção de parque era como se fosse a união das duas pois não seria tudo aberto a visitação, não! Era só um pedaço que podia entrar. O restante era pra ser guardado pra não ser destruído”:

Autora: Qual era a sua escolha na época, se o srº lembra, parque ou reserva?

M.M.S: Olha, eu achava que parque era melhor, por isso que acabei de te falar. Mas depois tudo mudou.

Autora: Mudou em razão de que?

M.M.S: Eu lembro que começaram a falar que a gente podia ser mandado embora daqui se virasse parque. Eu fiquei com medo de perder a minha casa e ter que ir pra outro lugar. Não tinha condição! Além disso, a gente aproveitou que havia muita gente interessada nisso aqui pra mostrar que queríamos viver melhor. A gente só “se meteu” nas reuniões, conheceu político pra ver o que a nossa vida podia mudar. A falta de água nos incomodava demais e pedimos que alguém resolvesse.

Autora: Esses boatos que os moradores seriam removidos surgiu de onde, o srº lembra?

M.M.S: Sabe, tinha tanta gente aqui, vindo pra cá que não lembro quem foi que falou isso ou quando começou. Mas saiba que isso assustou muita gente, muita mesmo! A gente sabia que a vida aqui não era um paraíso mas ao mesmo tempo não queríamos morar em outro lugar do nada não! Por isso a gente escolheu, eu e a mulher, a reserva.

Esses eventos, de acordo com o depoimento acima não só integram as pessoas no contexto do bairro e contribuem para considerar que a participação dos moradores foi relevante mas motivado inicialmente por uma busca por maior visibilidade dos problemas cotidianamente enfrentados em face do aumento do interesse pela região. Assim sendo, convém considerar uma diversidade de disposições e aspectos compuseram o contexto que culminou com a assinatura do Decreto. A busca por participação na lei, tal como proposto no trabalho de Thompson, *Senhores e Caçadores* não está isento de conflitos intensos. No livro o autor se propõe a compreender o processo de aplicação da Lei Negra inglesa, tendo como foco de análise a recepção desta lei pela população residente no entorno e interior das florestas.

O referido autor decide partir da experiência de humildes moradores de florestas, através de evidências contemporâneas, com intuito de enxergar as linhas que ligavam estes indivíduos ao poder a partir da implementação da Lei de Waltham. As próprias fontes o colocaram diante dos rumos da pesquisa que passou a ser o de a encarar a sociedade inglesa em 1723 tal como elas mesmas a encaravam, a partir de “baixo”:

o Estado britânico existia para preservar a propriedade e, incidentalmente, as vidas e liberdades dos proprietários. Mas existem várias maneiras de se defender a propriedade, e em 1700 ela ainda não estava cercada de leis capitais por todos os lados. Foi, portanto, necessário um acontecimento para acostumar a mentalidade das pessoas aos métodos de Estado, algo que se deu com a aprovação da lei 9 George I c.22, que simplesmente veio a ficar conhecida como “A lei Negra de Waltham” ou, simplesmente Lei Negra. Em nenhuma etapa de sua aprovação parece ter ocorrido qualquer debate ou divergência séria; uma Câmara capaz de discutir durante horas sobre uma eleição contestada conseguia unanimidade para criar, de uma só vez, cinquenta novos delitos capitais.

Esse conjunto de regras que era abrangente passou a vigorar no século XVIII foi promotor de inúmeros conflitos, ainda que a severidade de seu ordenamento e sanções previstas fosse elevada, o que pode ser ilustrado com a citação:

vários atos criminosos foram incluídos na abrangente Lei Negra e todos eram passíveis de pena de morte. Assim, a Lei em si mesma constituía um código penal completo e extremamente severo. Mesmo com as inúmeras restrições a prática era mais intrincada. As pretensões e contrapretensões tinham constituído a condição da vida florestal durante séculos. De um lado, a nobreza e a fidalguia local tinham dado e continuavam a dar suas mordiscadelas: aqui um pequeno parte particular de cervos, ali uma lagoa com direitos privados de pesca, acolá uma pretensão exclusiva a direitos sobre um domínio senhorial. Por vezes, essas pretensões se apoiavam em concessões ou provas de favores de monarcas anteriores. Por outro lado, rendeiros consuetudinários dos vários domínios senhoriais vinham constantemente apresentando suas próprias pretensões de direito irrestrito de pastoreio, extração de madeira e corte de turfa em suas terras comunais. E, finalmente, havia o problema dos posseiros e invasores, que não reivindicavam nenhum direito legal, mas sustentavam as mesmas pretensões dos seus vizinhos. Sendo assim, eram amplas as pretensões de todos os habitantes- costumes eram reivindicados e ocupações irregulares avançavam para dentro dos limites da floresta. Com o aumento crescente da população novos assentamentos também se multiplicavam.

O livro de Thompson nos serve como indicativo da relevância de se desvendar como se dá a recepção por parte dos mais afetados pela aplicação de um código de regras, compreender ainda como a valorização de um espaço pode contribuir para dar relevância para uma área esquecida ou “desqualificada” através da segregação. Espaços que podem ser ressignificados e impactos não mesurados inicialmente são outros elementos componentes do *jogo simbólico* que envolve a apropriação e os usos dos espaços na contemporaneidade. A participação de moradores nesse contexto não pode ser compreendida tomando por base um vetor explicativo apenas, mas enviesados por disposições diversas, no processo de luta para participar da lei, tal como sinaliza o trabalho de Thompson, ou por demandas de Consumo Coletivo, como no caso do Tinguá.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de criação de áreas protegidas no Brasil se deu por meio da transposição de modelo que não atendia inteiramente aos contextos específicos próprios de nossa realidade. Os conflitos que emergem a partir da criação de áreas protegidas, sejam de uso restrito ou sustentável margeiam questões problemáticas que dizem respeito a presença ou não dos moradores, assim como os limites da exploração e dos impactos sobre a área circundada.

Este trabalho apresenta uma contribuição para pensar relação entre história socioambiental e conflito a partir da participação dos moradores do Tinguá no processo de debates e de mobilização que contribuiu para institucionalização da Reserva Biológica do Tinguá, por meio da análise das matérias publicadas em dois jornais locais de Nova Iguaçu: O Correio da Lavoura e o Jornal de Hoje, sendo o primeiro um semanário e o outro diário em circulação na Baixada. Além disso, utiliza-se como fonte o relato do vivido, os testemunhos elaborados por moradores locais selecionados, avaliados por meio da metodologia de História Oral.

Acredita-se na relevância e urgência em pensar no papel ativo dos moradores na produção do espaço urbano, entendendo como se dá a percepção por parte destes indivíduos das práticas espaciais delineadas e em muitos casos impostas “de cima para baixo”, levando ainda em consideração as alternativas que cada morador utiliza nos seus “arranjos de vida” como ações táticas e inventivas de sobrevivência cotidiana.

É importante percorrer o processo de constituição e condições de emergência de novos atores históricos e sociais, porém, de igual relevância é perceber o que estes anunciam¹⁰⁸.

As exigências do presente nos colocam enquanto agentes históricos diante da possibilidade de retomada do vivido e de reelaboração de argumentos postos, o que denota a possibilidade de aprofundamento do conhecimento ou mesmo a localização em novas bases de postulados consagrados. Tal como Marc Bloch, o conhecimento do passado é algo em progresso e se aprofunda.

Ciente de que muitos aspectos foram olvidados nesse trabalho, mas convicta da contribuição dada para pensarmos a Baixada Fluminense por um outro prisma analítico, que considera os conflitos socioambientais da região.

¹⁰⁸ SADER, Eder. Quando novos personagens entram em cena Experiências, Falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo (1970-1980). : Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

REFERÊNCIAS

ACSERALD, H. (Org.). *Conflitos Ambientais no Brasil*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.

ALBERTI, Verena. *Manual de História Oral*. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

ALMEIDA, Gelsom Rozentino de. *Movimentos sociais e cidadania: entre o substantivo e a forma*. In: SILVA, Cátia Antônia da, et.al (Org.). *Metrópoles: entre o global e as experiências cotidianas*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2012. p. 217-241.

ALONSO, Ângela e COSTA, Valeriano. Ciências sociais e meio ambiente no Brasil: um balanço bibliográfico. *BIB – Revista Brasileira de Informações Bibliográficas em Ciências Sociais*, n. 53, p. 35–78, 2002.

BARBOSA, Jorge Luiz. *Paisagens Americanas: Imagens e Representações do Wilderness*. In: Espaço e Cultura. Rio de Janeiro: UERJ.

BENSUSAN, Nurit Raquel. *Conservação da Biodiversidade em Áreas Protegidas*. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

BERNARDES, Julia Adão. *Espaço e Movimentos Reivindicatórios: o caso de Nova Iguaçu*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1983.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Lisboa: Difel, 1989.

BRITO, Francisco A.; CÂMARA João B. D. *Democratização e gestão ambiental: em busca do desenvolvimento sustentável*. Petrópolis: Editora Vozes, 1999. Coleção Educação ambiental.

CIDADE, Lúcia Cony Faria. *Visões de mundo, visões da natureza e a formação de paradigmas geográficos*. Terra Livre. São Paulo: AGB, 2001.

CERTEAU, Michel. *A invenção do cotidiano: 1, Artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 1994.

DAVIS, Natalie Zemon. *O retorno de Martin Guerre*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

DIEGUES, Antônio Carlos S.; VIANA, Virgílio M. (Orgs.). *Comunidades Tradicionais e Manejo dos recursos Naturais da Mata Atlântica*. São Paulo: Hucitec; NUPAUB, 2004.

_____. *Etnoconservação: novos rumos para a conservação da natureza*. São Paulo: Editora Hucitec, 2000.

DRUMMOND, José Augusto. A história ambiental: temas, fontes e linhas de pesquisas. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 8, 1991.

FERREIRA, Jairo Getúlio. *Dispositivos discursivos e o campo jornalístico*. Anais da Intercom, 2002

FUKS, M. *Conflitos ambientais no Rio de Janeiro: ação e debate nas arenas públicas*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2001.

GAGNEBIN, Jeanne-Marie. *Lembrar escrever esquecer*. São Paulo: Ed.34, 2006.

GINZBURG, Carlo. *O queijo e os Vermes*. O cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GONÇALVES, C.W.P. *Os (des) caminhos do meio ambiente*. São Paulo: Contexto, 2006.

HABERMAS, Jurgen. *Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto uma categoria da sociedade burguesa*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

LOPES, José Sérgio Leite; ANTONAZ, Diana; PRADO, Rosane; SILVA, Gláucia (Orgs.). *A ambientalização dos conflitos sociais: participação e controle público da poluição industrial*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004. Coleção Antropologia da política, 29.

LOUREIRO, C.F.B. *O Movimento Ambientalista e o Pensamento Crítico: uma abordagem política*. Rio de Janeiro: Quartet, 2003.

MERCADANTE, Maurício. Democratizando a Criação de Unidades de Conservação da Natureza: a Lei 9.985, de 18 de julho de 2000. *IBAP. Revista de Direitos Difusos*. São Paulo, 2001.

MCADAM, Doug; TARROW, Sidney; TILLY, Charles. *Dynamics of contention*: Cambridge, 2001.

NORA, Pierre. “Entre Memória e História: a problemática dos lugares”. *Projeto História*. São Paulo, n. 10, pp. 07-28, dez. 1993.

PADUA, José Augusto. *Um Sopro de Destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista, 1786-1888*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

_____. As bases teóricas da história ambiental. *Estud. av.* [online]. 2010, v.23, n. 68, p. 81-101. Disponível em: <<http://www.ecodebate.com.br/2010/05/20/as-bases-teoricas-da-historia-ambiental-artigo-de-jose-augusto-padua/>>. Acesso em: Jul. 2013.

PAULA, Elder Andrade. *Seringueiros e sindicatos- um povo da floresta em busca de liberdade*. Rio de Janeiro. Dissertação submetida ao CPDA, 1991.

PNUMA. 2004. Integração entre o meio ambiente e o desenvolvimento: 1972-2002. *Perspectivas do Meio Ambiente Mundial - 2002*. GEO 3. Passado, Presente e Futuro. Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente. Disponível em: <http://www.wwiuna.org.br/geo_mundial_arquivos/capitulo1.pdf>. Acesso em: maio 2013.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. *Estudos Históricos*, São Paulo, mar. 1989.

RIBEIRO, Lavina. *Imprensa e Espaço Público: A institucionalização do Jornalismo no Brasil (1808-1964)*. Rio de Janeiro: E Papers, 2004.

RITTA, José de Santa. *A Água do Rio: do Carioca ao Guandú- a história do abastecimento de água da cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Synergia: Light: Centro Cultural da SEAERJ, 2009.

ROSA, Maria Cristina. *Conservação da natureza, políticas públicas e reordenamento do espaço: contribuição ao estudo das políticas ambientais no Paraná*. São Paulo: USP, 2000.

SANTILLI, Juliana. *Sócio-ambientalismo e novos direitos: proteção jurídica à diversidade biológica e cultural*. São Paulo: Peirópolis, 2005.

SAINT-HILAIRE, Augusto. *Segunda viagem do Rio de Janeiro a Minas Geraes e a São Paulo (1822)*. Tradução de Affonso de E. Taunay. Rio de Janeiro: Companhia da Editora Nacional.

SARACURA, Valéria Fernanda. *Reserva Biológica do Tinguá*. Brasília: IBAMA- DIREC, 1995.

SARLO, Beatriz. *Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva*; tradução de Rosa Freire d'Aguilar. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: UFMG, 2007.

SATHLER, Evandro Bastos. *Os "espaços de incerteza", a "desterritorialização subjetiva" e o "pacto da conservação"*: perspectivas de uma geografia socioambiental das áreas naturais protegidas. 2010. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2010

SILVA, Cátia. A. da. *Território e ação social: sentidos da apropriação urbana*. Rio de Janeiro: Lamparina & FAPERJ, 2011.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. História das Paisagens. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Org.s.). *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

SIMON, Alba Valéria dos Santos. *Recategorizando a conservação: da proteção integral às investidas socioambientalistas na concepção e na gestão de unidades de conservação*. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.

SISTEMA Nacional de Unidades de Conservação – SNUC, lei nº 9.985, de 18 de Julho de 2000; Decreto nº 4,340, de 22 de agosto de 2002. 5 ed. Brasília: MMA/SBF, 2004.

URBAN, Teresa. *Saudade do matão: relembando a história da conservação da natureza no Brasil*. Curitiba: UFPR; Fundação O Boticário de Preservação à Natureza; Fundação MacArthur, 1998.

VALLEJO, Luiz Renato. Unidade de Conservação: Uma Discussão Teórica á Luz dos Conceitos de Território e Políticas Públicas. *Revista GEOgraphia*, Ano IV, n. 8, UFF. 2002. Disponível em: <www.uff.br/geographia/rev_08/luiz8.pdf>. Acesso em: jun. 2013.

WORSTER, Donald. Para fazer história ambiental. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 8.

ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI, Klemens; PEREIRA, Doralice Barros (Orgs.). *A insustentável leveza da política ambiental: desenvolvimento e conflitos socioambientais*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

Fontes:

Arquivo Nei Alberto.

Jornal de Hoje – 1987-1989.

Jornal Correio da Lavoura – 1987-1989.

Acervo do MAB- Movimento das Associações de Bairro de Nova Iguaçu.

Acervo da Associação de Moradores e Amigos do Tinguá.

Decreto de criação da Reserva Biológica do Tinguá, nº 97780 de 23 de maio de 1989.

Decreto de criação da Reserva Biológica do Tinguá, nº 97780 de 23 de maio de 1989.

Decreto 96.944 de 12 de outubro de 1988.

Plano de Manejo da Unidade de Conservação Rebio Tinguá, 2006.

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS
RENOVÁVEIS. Unidades de Conservação do Brasil. Brasília: IBAMA, 1989 p. 168-169.

Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000.

ANEXO A – Decreto nº 96.944, de 12 de outubro de 1988

Cria o Programa de Defesa do Complexo de Ecossistemas da Amazônia Legal e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 84, inciso IV, e considerando o disposto no artigo 225 da Constituição,

DECRETA:

Art. 1º Fica criado o Programa de Defesa do Complexo de Ecossistemas da Amazônia Legal, denominado Programa Nossa Natureza, com a finalidade de estabelecer condições para a utilização e a preservação do meio ambiente e dos recursos naturais renováveis na Amazônia Legal, mediante a concentração de esforços de todos os órgãos governamentais e a cooperação dos demais segmentos da sociedade com atuação na preservação do meio ambiente.

Art. 2º São objetivos do Programa Nossa Natureza:

- I – conter a ação predatória do meio ambiente e dos recursos naturais renováveis;
- II – estruturar o sistema de proteção ambiental;
- III – desenvolver o processo de educação ambiental e de conscientização pública para a conservação do meio ambiente;
- IV – disciplinar a ocupação e a exploração racionais da Amazônia Legal, fundamentadas no ordenamento territorial;
- V – regenerar o complexo de ecossistemas afetados pela ação antrópica; e
- VI – proteger as comunidades indígenas e as populações envolvidas no processo de extrativismo.

Art. 3º É criada a Comissão Executiva do Programa Nossa Natureza, composta por representantes dos Ministérios da Agricultura, do Interior, da Ciência e Tecnologia e da Reforma e do Desenvolvimento Agrário, do Gabinete Civil da Presidência da República e das Secretarias de Planejamento e Coordenação e de Assessoramento da Defesa Nacional, da Presidência da República.

§ 1º Poderão integrar a Comissão Executiva, como convidados, os representantes dos Estados localizados na área da Amazônia Legal.

§ 2º Cabe à Comissão Executiva, sob a presidência do Secretário-Geral da Secretaria de Assessoramento da Defesa Nacional - SADEN/PR, planejar, coordenar e controlar as atividades do Programa Nossa Natureza.

Art. 4º Para os efeitos do artigo 2º deste Decreto, são instituídos os seguintes Grupos de Trabalho Interministerial - GTI:

I – Proteção da Cobertura Florística, com a missão de estudar e propor, no prazo de 90 (noventa) dias, um sistema de proteção da cobertura florística, integrado por representantes dos Ministérios da Justiça, da Agricultura, do Interior e da Secretaria de Assessoramento da Defesa Nacional, da Presidência da República;

II – Substâncias Químicas e Processos Inadequados de Mineração, com a missão de, no prazo de 90 (noventa) dias, estudar e propor medidas contra os riscos para a vida, a qualidade de vida e o meio ambiente, decorrentes do uso de substâncias químicas e processos inadequados de mineração, integrado por representantes dos Ministérios do Trabalho, da Saúde, das Minas e Energia, do Interior e da Secretaria de Assessoramento da Defesa Nacional, da Presidência da República;

III – Estruturação do Sistema de Proteção Ambiental, com a missão de, no prazo de 60 (sessenta) dias, analisar a estrutura de proteção ambiental e propor alterações que propiciem a sua eficácia, integrado por representantes dos Ministérios da Agricultura, da Indústria e do Comércio, do Interior e das Secretarias de Planejamento e Coordenação e de Assessoramento da Defesa Nacional, da Presidência da República;

IV – Educação Ambiental, com a missão de, no prazo de 60 (sessenta) dias, desenvolver um processo de educação e de conscientização públicas em favor da conservação do meio ambiente, integrado por representantes dos Ministérios da Agricultura, da Educação, da Indústria e do Comércio, do Interior, da Cultura, do Gabinete Civil e das Secretarias de Planejamento e Coordenação e de Assessoramento da Defesa Nacional, da Presidência da República;

V – Pesquisa, com a missão de, no prazo de 60 (sessenta) dias, estudar e propor a organização e a reestruturação dos órgãos federais na Amazônia Legal, que atuam na área científico-tecnológica, integrado por representantes dos Ministérios da Agricultura, da Indústria e do Comércio, das Minas e Energia, do Interior, da Ciência e Tecnologia e das Secretarias de Planejamento e Coordenação e de Assessoramento da Defesa Nacional, da Presidência da República;

VI – Proteção do Meio Ambiente, das Comunidades Indígenas e das Populações Envolvidas no Processo Extrativista, com a missão de, no prazo de 90 (noventa) dias, estudar e propor e promover as medidas disciplinadoras da ocupação e da exploração racionais da Amazônia Legal, fundamentadas no ordenamento territorial, integrada por representantes dos Ministérios da Agricultura, da Indústria e do Comércio, das Minas e Energia, dos Transportes, do Interior, da Reforma e do Desenvolvimento Agrário e das Secretarias de Planejamento e Coordenação e de Assessoramento da Defesa Nacional, da Presidência da República.

§ 1º A Comissão Executiva do Programa indicará outras metas e diretrizes necessárias aos trabalhos de cada Grupo de Trabalho Interministerial.

§ 2º A Comissão Executiva do Programa, mediante proposta dos Grupos de Trabalho Interministerial, poderá convidar, para participar dos respectivos trabalhos, representantes de entidades ambientalistas e da comunidade técnico-científica atuantes na Amazônia Legal.

Art. 5º A Secretaria de Assessoramento da Defesa Nacional proverá o apoio administrativo aos Grupos de Trabalho Interministerial de que trata o artigo anterior.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 12 de outubro de 1988; 167º da Independência e 100º da República.

JOSÉ SARNEY

Iris Rezende Machado

João Alves Filho

Luciano Galvão Coutinho

Rubens Bayma Denys

Ronaldo Costa Couto

João Batista de Abreu

ANEXO B – Decreto nº 97.780, de 23 de maio 1989

Cria a Reserva Biológica do Tinguá, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 84, item IV, da Constituição, e tendo em vista o que dispõe o artigo 5º, alínea a, da Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, e a Lei nº 7.735, de 22 de fevereiro de 1989,

DECRETA:

Art. 1º Fica criado, no Estado do Rio de Janeiro, a Reserva Biológica do Tinguá, com o objetivo de proteger amostra representativa da floresta de encosta atlântica, com sua flora, fauna e demais recursos naturais, em especial os recursos hídricos.

Art. 2º A Reserva Biológica do Tinguá, localizada na Serra do Mar, está compreendida dentro do seguinte perímetro: Partindo do ponto 1 de coordenadas geográficas aproximadas 22°35'07,8"S e 43°24'42,7"WGr, localizado na cota altimétrica de 168 metros, entre o aqueduto do Tinguá e a estrada Boa Esperança, segue por uma linha reta, até o ponto 2 de coordenadas geográficas aproximadas 22°35'18,1"S e 43°25'01,6"WGr, localizado na margem esquerda do Rio Tinguá; daí, segue por este, a montante, até o ponto 3 de coordenadas geográficas aproximadas 22°35'28,4"S e 43°25'57,0"WGr, localizado na margem esquerda do citado rio; daí, segue por uma linha reta, até o ponto 4 de coordenadas geográficas aproximadas 22°35'29,4"S e 43°25'56,9"WGr, localizado no cruzamento das estradas do Comércio com a Administração; daí, segue por uma linha reta, até o ponto 5 de coordenadas geográficas aproximadas 22°35'31,8"S e 43°26'09,9"WGr, localizado na cota altimétrica de 119 metros; daí, segue por uma linha reta, até o ponto 6 de coordenadas geográficas aproximadas 22°35'38,7"S e 43°26'36,7"WGr, localizado na cota altimétrica de 321 metros; daí, segue por uma linha reta, até o ponto 7 de coordenadas geográficas aproximadas 22°35'59,2"S e 43°27'28,7"WGr, localizado na margem esquerda de um córrego sem denominação; daí, segue por uma linha reta, até o ponto 8 de coordenadas geográficas aproximadas 22°37'23,6"S e 43°27'12,7"WGr, localizado na cota altimétrica de 232 metros; daí, segue por uma linha reta, até o ponto 9 de coordenadas geográficas aproximadas 22°37'52,9"S e 43°27'54,8"WGr, localizado na cabeceira de córrego sem denominação; daí, segue por uma linha reta, até o ponto 10 de coordenadas geográficas aproximadas 22°38'36,0"S e 43°27'42,7"WGr, localizado na cota altimétrica de 131 metros; daí, segue por uma linha reta, até o ponto 11 de coordenadas geográficas aproximadas 22°38'34,6"S e 43°28'11,5"WGr, localizado na cota altimétrica de 112 metros; daí, segue por uma linha reta,

até o ponto 12 de coordenadas geográficas aproximadas 22°39'05,2"S e 43°28'08,1"WGr, localizado na confluência de um córrego sem denominação com o Rio Iguaçu; daí, segue por este a montante, até a confluência com um córrego sem denominação, no ponto 13 de coordenadas geográficas aproximadas 22°38'34,1"S e 43°28'45,5"WGr; daí, segue por uma linha reta, até o ponto 14 de coordenadas geográficas aproximadas 22°38'29,9"S e 43°29'16,0"WGr, localizado na cota altimétrica de 134 metros; daí, segue por uma linha reta, até o ponto 15 de coordenadas geográficas aproximadas 22°38'15,0"S e 43°29'41,2"WGr, localizado na cota altimétrica de 186 metros; daí, segue por uma linha reta, até o ponto 16 de coordenadas geográficas aproximadas 22°38'17,8"S e 43°29'59,2"WGr, localizado na cota altimétrica de 208 metros; daí, segue por uma linha reta, até o ponto 17 de coordenadas geográficas aproximadas 22°38'26,0"S e 43°30'22,2"WGr, localizado na cota altimétrica de 174 metros; daí, segue por uma linha reta, até o ponto 18 de coordenadas geográficas aproximadas 22°38'16,3"S e 43°30'31,6"WGr, localizado na cota altimétrica de 181 metros; daí, segue por uma linha reta, até o ponto 19 de coordenadas geográficas aproximadas 22°38'15,9"S e 43°30'39,1"WGr, localizado no cruzamento de um córrego sem denominação com a estrada da Colônia; daí, segue pela referida estrada, até o ponto 20 de coordenadas geográficas aproximadas 22°38'34,6"S e 43°30'55,7"WGr, localizado na confluência de dois córregos sem denominação e na margem de citada estrada; daí, segue pelo córrego da direita, a montante, até a sua cabeceira, no ponto 21 de coordenadas geográficas aproximadas 22°38'24,3,"S e 43°31'07,0"WGr; daí, segue por uma linha reta, até o ponto 22 de coordenadas geográficas aproximadas 22°38'28,9"S e 43°31'17,4"WGr, localizado na cabeceira de um córrego sem denominação; daí, segue por este, a jusante, até o cruzamento com a estrada da Represa, no ponto 23 de coordenadas geográficas aproximadas 22°38'48,2"S e 43°31'45,2"WGr; daí, segue pela referida estrada, até o cruzamento com uma estrada, no ponto 24 de coordenadas geográficas aproximadas 22°39'14,6"S e 43°32'02,9"WGr; daí, segue por esta estrada, até o ponto 25 de coordenadas geográficas aproximadas 22°38'13,2"S e 43°33'27,5"WGr; daí, segue pelo divisor de águas, até o ponto 26 de coordenadas geográficas aproximadas 22°38'01,9"S e 43°33'16,6"WGr, localizado na cota altimétrica de 79 metros; daí, segue pelo divisor de águas, até o ponto 27 de coordenadas geográficas aproximadas 22°37'51,7"S e 43°33'17,5"WGr, localizado na cota altimétrica de 118 metros; daí, segue pelo divisor de águas, até o ponto 28 de coordenadas geográficas aproximadas 22°37'15,3"S e 43°33'00,4"WGr; daí, segue pelo divisor de águas, até o ponto 29 de coordenadas geográficas aproximadas 22°37'04,8"S e 43°33'08,1"WGr, localizado na cota

altimétrica de 567 metros; daí, segue pelo divisor de águas, até o ponto 30 de coordenadas geográficas aproximadas 22°36'51,4"S e 43°33'05,4"WGr, localizado na cota altimétrica de 654 metros; daí, segue por uma linha reta, até o ponto 31 de coordenadas geográficas aproximadas 22°36'05,7"S e 43°33'55,2"WGr, localizado na confluência de um córrego sem denominação com o Rio São Pedro; daí, segue por este, a montante, até o ponto 32 de coordenadas geográficas aproximadas 22°35'44,8"S e 43°33'41,3"WGr, localizado no cruzamento com a Rua Japeri; daí, segue contornando um morro e o local denominado Jaceruba, até a confluência de dois córregos sem denominação, no ponto 33 de coordenadas geográficas aproximadas 22°35'53,1"S e 43°33'51,4"WGr; daí, segue pelo córrego da esquerda, a jusante, até o cruzamento com a Rua Japeri; daí, segue pela referida rua, até o ponto 34 de coordenadas geográficas aproximadas 22°35'58,9"S e 43°33'58,3"WGr, localizado no cruzamento com um córrego sem denominação; daí, segue por este, a montante, até o ponto 35 de coordenadas geográficas aproximadas 22°35'51,8"S e 43°34'08,3"WGr, localizado em sua margem esquerda; daí, segue por uma linha reta, até o ponto 36 de coordenadas geográficas aproximadas 22°35'54,8"S e 43°34'12,3"WGr; daí, segue por uma linha reta, até o ponto 37 de coordenadas geográficas aproximadas 22°35'48,4"S e 43°34'28,0"WGr, localizado na cota altimétrica de 300 metros; daí, segue pelo divisor de águas, até o ponto 38 de coordenadas geográficas aproximadas 22°35'38,9"S e 43°34'35,0"WGr, localizado na cota altimétrica de 480 metros; daí, segue pelo divisor de águas, até o ponto 39 de coordenadas geográficas aproximadas 22°35'26,6"S e 43°34'46,0"WGr, localizado na cota altimétrica de 643 metros; daí, segue pelo divisor de águas, até o ponto 40 de coordenadas geográficas aproximadas 22°35'06,6"S e 43°34'42,9"WGr, localizado na cota altimétrica de 647 metros; daí, segue pelo divisor de águas, até o limite municipal de Nova Iguaçu com Vassouras; daí, segue pelo referido limite, até o ponto 41 de coordenadas geográficas aproximadas 22°35'01,3"S e 43°34'20,1"WGr; daí, segue por uma linha reta, até o ponto 42 de coordenadas geográficas aproximadas 22°33'14,6"S e 43°29'53,4"WGr, localizado na cota altimétrica de 826 metros; daí, segue pelo referido limite, até o ponto 43 de coordenadas geográficas aproximadas 22°32'57,1"S e 43°29'22,9"WGr, localizado na cota altimétrica de 808 metros; daí, segue pelo referido limite até o ponto 44 de coordenadas geográficas aproximadas 22°32'51,6"S e 43°29'15,4"WGr, localizado na cota altimétrica de 783 metros; daí, segue pelo referido limite, até o ponto 45 de coordenadas geográficas aproximadas 22°32'53,2"S e 43°29'10,0"WGr, localizado na cota altimétrica de 787 metros; daí, segue pelo referido limite, até o ponto 46 de coordenadas

geográficas aproximadas 22°32'30,1"S e 43°28'33,8"WGr, localizado na cota altimétrica de 927 metros; daí, segue pelo referido limite, até o ponto 47 de coordenadas geográficas aproximadas 22°32'13,4"S e 43°27'54,5"WGr, localizado na cota altimétrica de 927 metros; daí, segue pelo referido limite, até o ponto 48 de coordenadas geográficas aproximadas 22°31'48,0"S e 43°27'16,3"WGr, localizado na cota altimétrica de 1.076 metros; daí, segue pelo referido limite, até o ponto 49 de coordenadas geográficas aproximadas 22°31'35,6"S e 43°26'46,8"WGr,, localizado na cota altimétrica de 1.154 metros; daí, segue pelo divisor de águas, até o ponto 50 de coordenadas geográficas aproximadas 22°31'26,3"S e 43°26'43,6"WGr, localizado na cota altimétrica de 1.075 metros; daí, segue pelo divisor de águas, até o ponto 51 de coordenadas geográficas aproximadas 22°31'24,9"S e 43°26'39,6"WGr, localizado na cota altimétrica de 1.025 metros; daí, segue pelo divisor de águas, até o ponto 52 de coordenadas geográficas aproximadas 22°31'36,8"S e 43°24'29,0"WGr, localizado na cota altimétrica de 967 metros; daí, segue pelo divisor de águas, até o ponto 53 de coordenadas geográficas aproximadas 22°31'37,7"S e 43°24'19,5"WGr, localizado na cota altimétrica de 973 metros; daí, segue pelo divisor de águas, até o ponto 54 de coordenadas geográficas aproximadas 22°31'58,1"S e 43°24'07,7"WGr, localizado na cota altimétrica de 1.098 metros; daí, segue pelo divisor de águas, até o ponto 55 de coordenadas geográficas aproximadas 22°31'21,1"S e 43°23'25,8"WGr, localizado na cota altimétrica de 1.211 metros; daí, segue pelo divisor de águas, até o ponto 56 de coordenadas geográficas aproximadas 22°31'17,4"S e 43°23'15,1"WGr, localizado na cota altimétrica de 1.246 metros; daí, segue pelo divisor de águas, até o ponto 57 de coordenadas geográficas aproximadas 22°31'31,9"S e 43°22'45,6"WGr, localizado na cota altimétrica de 1.251 metros; daí, segue pelo divisor de águas, até o ponto 58 de coordenadas geográficas aproximadas 22°31'24,3"S e 43°22'46,0"WGr, localizado na cota altimétrica de 1.231 metros; daí, segue pelo divisor de águas, até o ponto 59 de coordenadas geográficas aproximadas 22°31'14,0"S e 43°22'47,7"WGr, localizado na cota altimétrica de 1.157 metros; daí, segue pelo divisor de águas, até o ponto 60 de coordenadas geográficas aproximadas 22°31'10,3"S e 43°22'47,6"WGr, localizado na cota altimétrica de 1.179 metros; daí, segue pelo divisor de águas, até o ponto 61 de coordenadas geográficas aproximadas 22°31'04,3"S e 43°22'37,3"WGr, localizado na cota altimétrica de 1.137 metros; daí, segue pelo divisor de águas, até o ponto 62 de coordenadas geográficas aproximadas 22°30'36,3"S e 43°20'02,1"WGr, localizado na cota altimétrica de 1.203 metros; daí, segue pelo divisor de

águas, até o ponto 63 de coordenadas geográficas aproximadas 22°30'45,3"S e 43°19'58,3"WGr, localizado na cota altimétrica de 1.297 metros; daí, segue pelo divisor de águas, até o ponto 64 de coordenadas geográficas aproximadas 22°30'37,8"S e 43°20'11,7"WGr, localizado na cota altimétrica de 1.296 metros; daí, segue pelo divisor de águas, até o ponto 65 de coordenadas geográficas aproximadas 22°30'18,9"S e 43°19'22,1"WGr, localizado na cota altimétrica de 1.356 metros; daí, segue pelo divisor de águas, até o ponto 66 de coordenadas geográficas aproximadas 22°29'51,3"S e 43°19'03,0"WGr, localizado na cota altimétrica de 1.378 metros; daí, segue pelo divisor de águas, até o ponto 67 de coordenadas geográficas aproximadas 22°29'28,8"S e 43°18'31,4"WGr, localizado na cota altimétrica de 1.378 metros; daí, segue pelo divisor de águas, até o ponto 68 de coordenadas geográficas aproximadas 22°28'40,3"S e 43°17'48,2"WGr, localizado na cota altimétrica de 1.379 metros; daí, segue pelo divisor de águas, até o ponto 69 de coordenadas geográficas aproximadas 22°28'27,6"S e 43°17'50,9"WGr localizado na cota altimétrica de 1.449 metros; daí, segue pelo divisor de águas, até o ponto 70 de coordenadas geográficas aproximadas 22°28'30,5"S e 43°17'42,5"WGr, localizado na cota altimétrica de 1.478 metros; daí, segue pelo divisor de águas, até o ponto 71 de coordenadas geográficas aproximadas 22°28'35,4,,S e 43°17,33,8"WGr, localizado na cota altimétrica de 1.487 metros; daí, segue pelo divisor de águas, até o ponto 72 de coordenadas geográficas aproximadas 22°28'34,8"S e 43°17'26,7"WGr, localizado na cota altimétrica de 1.527 metros; daí, segue pelo divisor de águas, até o ponto 73 de coordenadas geográficas aproximadas 22°28'44,2"S e 43°17'18,9"WGr, localizado na cota altimétrica de 1.536 metros; daí, segue pelo divisor de águas, até o ponto 74 de coordenadas geográficas aproximadas 22°28'46,4,,S e 43°17,10,3',WGr, localizado na cota altimétrica de 1.553 metros; daí, segue pelo divisor de águas, até o ponto 75 de coordenadas geográficas aproximadas 22°28'56,1"S e 43°16'58,8"WGr, localizado na cota altimétrica de 1.518 metros; daí, segue pelo divisor de águas, até o ponto 76 de coordenadas geográficas aproximadas 22°29'07,2',S e 43°16,58,7"WGr, localizado na cota altimétrica de 1.431 metros; daí, segue pelo divisor de águas, até o ponto 77 de coordenadas geográficas aproximadas 22°29'15,0"S e 43°16'54,9',WGr, localizado na cota altimétrica de 1.413 metros; daí, segue pelo divisor de águas, até o ponto 78 de coordenadas geográficas aproximadas 22°29,27,2"S e 43°16'40,7"WGr, localizado na cota altimétrica de 1.345 metros; daí, segue pelo divisor de águas, até o ponto 79 de coordenadas geográficas aproximadas 22°29'21,3"S e

43°16'21,9"WGr, localizado na cota altimétrica de 1.298 metros; daí, segue pelo divisor de águas, até o ponto 80 de coordenadas geográficas aproximadas 22°29'17,3"S e 43°16'10,6"WGr, localizado na cota altimétrica de 1.297 metros; daí, segue pelo divisor de águas, até o ponto 81 de coordenadas geográficas aproximadas 22°29'10,4"S e 43°16'06,7"WGr, localizado na cota altimétrica de 1.302 metros; daí, segue pelo divisor de águas, até o ponto 82 de coordenadas geográficas aproximadas 22°29'07,5"S e 43°15'50,4"WGr, localizado na cota altimétrica de 1.198 metros; daí, segue pelo divisor de águas, até o ponto 83 de coordenadas geográficas aproximadas 22°29'00,4"S e 43°15'42,7"WGr, localizado na cota altimétrica de 1.202 metros; daí, segue pelo divisor de águas, até o ponto 84 de coordenadas geográficas aproximadas 22°29'09,8"S e 43°15'31,2"WGr, localizado na cota altimétrica de 1.143 metros; daí, segue pelo divisor de águas, até o ponto 85 de coordenadas geográficas aproximadas 22°29'12,4"S e 43°15'24,5"WGr, localizado na cota altimétrica de 1.158 metros; daí, segue pelo divisor de águas, até o ponto 86 de coordenadas geográficas aproximadas 22°29'11,6"S e 43°15'11,2"WGr, localizado na cota altimétrica de 1.039 metros; daí, segue pelo divisor de águas, até o ponto 87 de coordenadas geográficas aproximadas 22°29'10,8"S e 43°14'17,0"WGr, localizado na cota altimétrica de 1.098 metros; daí, segue pelo divisor de águas, até o ponto 88 de coordenadas geográficas aproximadas 22°29'03,6"S e 43°14'06,5"WGr, localizado na cota altimétrica de 1.232 metros; daí, segue pelo divisor de águas, até o ponto 89 de coordenadas geográficas aproximadas 22°28'57,3"S e 43°14'00,3",WGr, localizado na cota altimétrica de 1.264 metros; daí, segue pelo divisor de águas, até o ponto 90 de coordenadas geográficas aproximadas 22°28'53,1',S 43°13'43,8"WGr, localizado na cota altimétrica de 1.097 metros; daí, segue pelo divisor de águas, até o ponto 91 de coordenadas geográficas aproximadas 22°28'55,4"S e 43°13'33,6"WGr, localizado na cota altimétrica de 1.157 metros; daí, segue pelo divisor de águas, até o ponto 92 de coordenadas geográficas aproximadas 22°29'09,8"S e 43°13'38,9"WGr, localizado na cota altimétrica de 1.043 metros; daí, segue pelo divisor de águas, até o ponto 93 de coordenadas geográficas aproximadas 22°29'12,7"S e 43°13'36,2"WGr, localizado na cota altimétrica de 1.068 metros; daí, segue pelo divisor de águas, até o ponto 94 de coordenadas geográficas aproximadas 22°29'22,4"S e 43°13'32,2"WGr, localizado na cota altimétrica de 1.187 metros; daí, segue pelo divisor de águas, até o ponto 95 de coordenadas geográficas aproximadas 22°29'25,2"S e 43°13'20,1"WGr, localizado na cota altimétrica de 1.119 metros; daí, segue pelo divisor de

águas, até o ponto 96 de coordenadas geográficas aproximadas 22°29'28,4"S e 43°13'19,9"WGr, localizado na cota altimétrica de 1.138 metros; daí, segue pelo divisor de águas, até o ponto 97 de coordenadas geográficas aproximadas 22°29'30,2"S e 43°13'09,9"WGr, localizado na cota altimétrica de 1.073 metros; daí, segue pelo divisor de águas, até o ponto 98 de coordenadas geográficas aproximadas 22°29'43,0"S e 43°13'15,2"WGr, localizado na cota altimétrica de 985 metros; daí, segue por uma linha reta, até o ponto 99 de coordenadas geográficas aproximadas 22°29'43,0"S e 43°13'20,3"WGr, localizado na cota altimétrica de 950 metros e na margem direita de um córrego sem denominação; daí, segue por este, a jusante, até o ponto 100 de coordenadas geográficas aproximadas 22°29'54,5"S e 43°13'29,9"WGr, localizado na cota altimétrica de 875 metros e na esquerda direita do referido córrego; daí, segue por uma linha reta, até o ponto 101 de coordenadas geográficas aproximadas 22°29'59,3"S e 43°13'23,2"WGr, localizado na cota altimétrica de 875 metros e na margem de uma estrada; daí, segue pela referida estrada, até o cruzamento com estrada do Imperador, no ponto 102 de coordenadas geográficas aproximadas 22°30'02,4"S e 43°13'55,5"WGr; daí, segue pela estrada no mesmo rumo da anterior o início de um aterro até o ponto 103 de coordenadas geográficas aproximadas 22°30'10,7"S e 43°13'52,3"WGr; daí, segue pelo divisor de águas, até o ponto 104 de coordenadas geográficas aproximadas 22°30'23,3"S e 43°14'01,0"WGr, localizado em um divisor de águas, na cota altimétrica de 987 metros; daí, segue pelo divisor de águas, até o ponto 105 de coordenadas geográficas aproximadas 22°30'31,8"S e 43°14'01,8"WGr, localizado em um divisor de águas, na cota altimétrica de 966 metros; daí, segue pelo divisor de águas, até o ponto 106 de coordenadas geográficas aproximadas 22°30'42,1"S e 43°14'09,5",WGr, localizado em um divisor de águas, na cota altimétrica de 1.043 metros; daí segue pelo divisor de águas, até o ponto 107 de coordenadas geográficas aproximadas 22°30'48,5"S e 43°14,12,6,,WGr, localizado em um divisor de águas, na cota altimétrica de 1.049 metros; daí, segue pelo divisor de águas, até o ponto 108 de coordenadas geográficas aproximadas 22°30,55,5,S e 43°14'03,4"WGr, localizado em um divisor de águas, na cota altimétrica de 953 metros; daí, segue pelo divisor de águas, até o ponto 109 de coordenadas geográficas aproximadas 22°30,58,9,,S e 43°14'00,2"WGr, localizado em um divisor de águas, na cota altimétrica de 1.012 metros; daí, segue pelo divisor de águas, até o ponto 110 de coordenadas geográficas aproximadas 22°30'48,1"S e 43°13'50,7"WGr, localizado na margem da Rodovia BR-040; daí, segue pela referida rodovia, até o ponto 111 de coordenadas geográficas aproximadas 22°31'18,7"S e 43°13'53,5"WGr, localizado no cruzamento com um

córrego sem denominação; daí, segue pelo divisor de águas, até o ponto 112 de coordenadas geográficas aproximadas 22°31'36,8"S e 43°13'51,2"WGr, localizado em um divisor de águas, na cota altimétrica de 1.023 metros; daí, segue pelo divisor de águas, até o ponto 113 de coordenadas geográficas aproximadas 22°31'40,3"S e 43°13'44,3"WGr, localizado em um divisor de águas, na cota altimétrica de 947 metros; daí, segue por uma linha reta, até o ponto 114 de coordenadas geográficas aproximadas 22°31,53,5,,S e 43°14'00,7"WGr, localizado no cruzamento do córrego da Pedra Branca com o viaduto Véu da Noiva; daí, segue pelo referido córrego, a jusante, até o ponto 115 de coordenadas geográficas aproximadas 22°32,16,6,,S e 43°14'33,5"WGr, localizado na confluência de um córrego sem denominação; daí, segue por este, a jusante, até o ponto 116 de coordenadas geográficas aproximadas 22°32,12,2,,S e 43°14'49,0"WGr, localizado na confluência de um córrego sem denominação com o córrego da Pedra Branca; daí, segue por este, a jusante, até o ponto 117 de coordenadas geográficas aproximadas 22°32,27,0"S e 43°15'03,5"WGr, localizado na confluência com um córrego sem denominação; daí, segue por este, a montante, até o ponto 118 de coordenadas geográficas aproximadas 22°32,13,4,,S e 43°15'03,5"WGr, localizado em um divisor de águas, na cota altimétrica de 250 metros; daí, segue pelo divisor de águas, até o ponto 119 de coordenadas geográficas aproximadas 22°32'31,3"S e 43°15'04,1"WGr, localizado na cota altimétrica de 250 metros; daí, segue por uma linha reta, até o ponto 120 de coordenadas geográficas aproximadas 22°32'48,1"S e 43°15'27,4"WGr, localizado na confluência de um córrego sem denominação com o Córrego da Pedra Branca; daí, segue por este, a jusante, até o ponto 121 de coordenadas geográficas aproximadas 22°32,41,8"S e 43°15'46,4"WGr, localizado na confluência com a Barragem Saracuruna; daí, segue margeando a referida barragem, até o ponto 122 de coordenadas geográficas aproximadas 22°32'48,3"S e 43°16'14,6"WGr, localizado na confluência com o Rio Saracuruna; daí, segue por este, a montante, até o ponto 123 de coordenadas geográficas aproximadas 22°31'54,8"S e 43°15'58,1"WGr, localizado na confluência com um córrego sem denominação; daí, segue por este, a montante, até o cruzamento com uma estrada do Garrão, no ponto 124 de coordenadas geográficas aproximadas 22°31'55,5"S e 43°16'01,6"WGr; daí, segue pela referida estrada, até o ponto 125 de coordenadas geográficas aproximadas 22°33'08,5"S e 43°16'51,4"WGr; daí, segue por uma linha reta, até o ponto 126 de coordenadas geográficas aproximadas 22°33'43,4"S e 43°16'56,4"WGr, localizado na cota altimétrica de 92 metros; daí, segue pelo divisor de águas, até o ponto 127 de coordenadas geográficas aproximadas 22°33'41,8"S e 43°17'14,5"WGr, localizado na cota altimétrica de 193 metros; daí, segue por

uma linha reta, até o ponto 128 de coordenadas geográficas aproximadas 22°34'01,1"S e 43°17'46,4"WGr, localizado na cota altimétrica de 232 metros; daí, segue por uma linha reta, até o ponto 129 de coordenadas geográficas aproximadas 22°33'53,1"S e 43°17'59,9"WGr, localizado na cota altimétrica de 352 metros; daí, segue por uma linha reta, até o ponto 130 de coordenadas geográficas aproximadas 22°33'45,7"S e 43°18'00,0"WGr, localizado na cota altimétrica de 333 metros; daí, segue pelo divisor de águas até o ponto 131 de coordenadas geográficas aproximadas 22°33'32,9,S e 43°18'17,6"WGr, localizado na margem de um caminho; daí, segue pelo referido caminho, até o cruzamento com um outro caminho no ponto 132 de coordenadas geográficas aproximadas 22°33'40,7"S e 43°18'20,7"Wgr; daí, segue por uma linha reta, até o ponto 133 de coordenadas geográficas aproximadas 22°33'24,6"S e 43°18'36,1"WGr, localizado na margem de uma estrada; daí, segue pela referida estrada, até o cruzamento com uma outra estrada, no ponto 134 de coordenadas geográficas aproximadas 22°33'49,8"S e 43°18'54,2"WGr; daí, segue por esta estrada, até o cruzamento com o Rio Registro, no ponto 135 de coordenadas geográficas aproximadas 2°33'46,3"S e 43°18'57,4"WGr; daí, segue pelo divisor de águas, até o ponto 136 de coordenadas geográficas aproximadas 22°33'44,9"S e 43°19'24,7"WGr, localizado na cota altimétrica de 177 metros; daí, segue por uma linha reta, até o ponto 137 de coordenadas geográficas aproximadas 22°33'59,6"S e 43°19'42,4"WGr, localizado na cota altimétrica de 254 metros; daí, segue pelo divisor de águas, até o ponto 138 de coordenadas geográficas aproximadas 22°33'39,3"S e 43°20'14,5"WGr, localizado na cota altimétrica de 488 metros; daí, segue por uma linha reta, até o ponto 139 de coordenadas geográficas aproximadas 22°33'42,3',S e 43°20'59,3"WGr, localizado na cota altimétrica de 458 metros; daí, segue pelo divisor de águas, até o ponto 140 de coordenadas geográficas aproximadas 22°34'13,2"S e 43°20'58,3"WGr, localizado na cota altimétrica de 137 metros; daí, segue por uma linha reta, até o ponto 141 de coordenadas geográficas aproximadas 22°34'06,9"S e 43°21'11,3"WGr, localizado na cota altimétrica de 152 metros; daí, segue pelo divisor de águas, até o ponto 142 de coordenadas geográficas aproximadas 22°33,50,6"S e 43°21'25,0"WGr, localizado na cota altimétrica de 408 metros; daí, segue por um vale, até o ponto 143 de coordenadas geográficas aproximadas 22°33,29,0"S e 43°21'32,4"WGr, localizado na cota altimétrica de 386 metros; daí, segue por uma linha reta, até o ponto 144 de coordenadas geográficas aproximadas 22°33'34,8"S e 43°21'38,6"WGr, localizado na cota altimétrica de 436 metros; daí, segue por uma linha reta, até o ponto 145 de coordenadas geográficas aproximadas 22°33'59,3"S e 43°22'11,7"WGr, localizado na cota altimétrica de 256 metros; daí, segue por uma linha reta,

até o ponto 146 de coordenadas geográficas aproximadas 22°34'04,2"S e 43°22'24,7"WGr, localizado na cota altimétrica de 187 metros; daí, segue por uma linha reta, até o ponto 147 de coordenadas geográficas aproximadas 22°34'13,6"S e 43°22'37,9"WGr, localizado na cota altimétrica de 298 metros; daí, segue por uma linha reta, até o ponto 148 de coordenadas geográficas aproximadas 22°34'32,1"S e 43°22'38,8"WGr, localizado na cota altimétrica de 325 metros; daí, segue por uma linha reta, até o ponto 149 de coordenadas geográficas aproximadas 22°34'31,9"S e 43°22'45,2"WGr, localizado na cabeceira de um córrego sem denominação; daí, segue por este, a jusante, até a confluência com o Rio Boa Esperança, no ponto 150 de coordenadas geográficas aproximadas 22°34'22,2,S e 43°23'23,3"WGr; daí, segue por uma linha reta, até o ponto 151 de coordenadas geográficas aproximadas 22°34'18,4"S e 43°23'33,0"WGr, localizado no cruzamento da cota altimétrica de 72 metros com um córrego sem denominação; daí, segue pela referida cota altimétrica, até o ponto 152 de coordenadas geográficas aproximadas 22°34'31,9"S e 43°23'53,3"WGr; daí, segue por uma linha reta, até o ponto 153 de coordenadas geográficas aproximadas 22°34'32,3,,S e 43°24'01,7"WGr, localizado na cota altimétrica de 204 metros; daí, segue por uma linha reta, até o ponto 154 de coordenadas geográficas aproximadas 22°34'40,5"S e 43°24'07,9"WGr, localizado na cota altimétrica de 163 metros; daí, segue pelo vale, até o ponto 155 de coordenadas geográficas aproximadas 22°34'44,8"S e 43°24'15,9"WGr, localizado na cota altimétrica de 102 metros; daí, segue pelo vale, até o ponto 156 de coordenadas geográficas aproximadas 22°34'54,7"S e 43°24'16,4"WGr, localizado na cota altimétrica de 151 metros e no alto de um morro; daí, segue por uma linha reta, até o ponto 157 de coordenadas geográficas aproximadas 22°34'56,0,,S e 43°24'29,8"WGr, localizado na confluência do Rio das Piabas com um córrego sem denominação; daí, segue por uma linha reta, até o ponto 01, início da descrição deste perímetro.

Art. 3º A Reserva Biológica do Tinguá fica sujeita ao que dispõem, com relação à matéria, as Leis nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, e nº 5.197, de 3 de janeiro de 1967. Art. 4º A Reserva Biológica do Tinguá fica subordinada ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, que deverá tomar as medidas necessárias para a sua efetiva implantação e controle.

Art. 5º Fica estabelecido um prazo de quatro anos para a realização do Plano de Manejo da Reserva Biológica do Tinguá. Parágrafo único. O Plano de Manejo deverá definir as atividades de caráter educativo a serem desenvolvidas com a população dos municípios da região.

Art. 6º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 23 de maio de 1989; 168º da Independência e 101º da República.

José Sarney

João Alves Filho

ANEXO C – MPF denuncia diretores da CEDAE por crimes ambientais na Baixada Fluminense Matéria publicada no Jornal de Hoje em 10 de fevereiro de 2014



O Ministério Público Federal (MPF) em São João de Meriti (RJ) denunciou por crime ambiental a Cedae e dois diretores da companhia responsáveis por atividades de grande impacto ambiental, sem licenciamento, na Reserva Biológica do Tinguá, na Baixada Fluminense. Os réus são acusados de causar danos

diretos à reserva por permitirem o funcionamento de empreendimentos de captação de água, a instalação de unidades de tratamento de água com flúor e a realização de obras em represas sem autorização do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio). No ano passado, a Cedae foi autuada por realizar obras de reconstrução das estruturas na reserva sem autorização e por não dar início ao processo de regularização da captação de água. De acordo com a denúncia do procurador da República Renato Machado, o laudo técnico do ICMBio apontou que, além da captação de água na reserva ser feita sem licença ambiental, há manipulação de produto altamente perigoso para o meio ambiente, o ácido fluorsilícico, oferecendo risco potencial de degradação. Existem ainda máquinas pesadas no local, destruindo a vegetação. Ainda de acordo com o laudo, as atividades da companhia potencializaram os efeitos negativos de uma enxurrada que aconteceu em janeiro de 2013 e que destruiu as estruturas de represamento, captação e manobras da Cedae, aumentando a possibilidade de vazamento de produtos tóxicos para a vida humana e o meio ambiente. Leia na íntegra a denúncia: "Mesmo após serem pessoalmente advertidos da necessidade de protocolar pedido de autorização para realizar as obras de reconstrução de represas no interior da reserva, os réus ignoraram os alertas e foram flagrados com máquinas pesadas, inclusive na beira de um rio, causando grande destruição. É lamentável que, instada desde o ano 2000 a regularizar as suas atividades, a Cedae ignore completamente suas obrigações na proteção do meio ambiente." - disse o procurador. Na denúncia, o MPF oferece à Cedae o benefício da

suspensão condicional da ação caso a companhia recupere a área degradada e inicie o processo de licenciamento ambiental da captação de água na reserva no prazo de 60 dias, além do pagamento de todas as multas aplicadas pelo ICMBio como forma de compensar os danos ambientais causados.

ANEXO D – Escola de Samba: Leão de Nova Iguaçu

Enredo: O Leão no caminho do ouro

Compositores: Jadir Mendes, Mauro Naval, Belinha, Emerson Mattos e Sérginho do Porto

2000

Vieram do lado de lá
Daqui para lá levaram o ouro
Aconteceu em época distante
Portugueses bandeirantes
Dominavam o nosso tesouro
As serras guardam marcas da história
Leão hoje é memória
Foi no maciço do Tinguá
Construiu novos caminhos e seguiu
Com o progresso o comércio expandiu
Nessa terra, os barões botaram fé
Uma das riquezas foi o café
Teve cana-de-açúcar e laranjais
No caminho onde passou
O ouro das Minas Gerais
Cachoeiras e cascatas
Nosso rio nosso chão
Tem a fauna e flora
Ótimo clima e tradição
Tão bela, orgulhosa ela está feliz
Nova Iguaçu preserva e tem raiz
Cravada na cultura do país
Nosso povo está em festa, meu Brasil
Viva os quinhentos anos, é 2000
Se o caminho é reluzente, vou passar
Vou sacudir e fazer a galera balançar

ANEXO E – Reportagem sobre a Reserva do Tinguá



Fonte: Jornal de Hoje, 11/04/1989



Fonte: Jornal de Hoje, 11/04/1989

lançada.
imprensa sobre a existência daquela
medida.
cessidade de se fazer uma campanha
de conscientização da população.

Vereadora quer desmantelar esquema viciado da Câmara

alguns fatores, de origem
influenciarão o compor-
te do novo Legislativo de
Iguaçu, que começa a fun-
cionar a partir do dia primeiro
de março. O próprio resultado
das eleições no País, com a po-
pulação se colocando claramen-
te a favor de candidatos e parti-
dos posturas mais progres-
sistas, é fator que vai alterar a
postura de vereadores eleitos,
sendo, em parte, a velha e
conservadora postura do legislador
brasileiro no casulo da Câmara.
A atitude da população. A atro-
fia que a população esboçou
na forma tradicional de se
fazer política, e que saiu ru-
das urnas, em 15 de no-
vembro, já pode ser medida com
clareza na estratégia de al-
guns partidos que vêm orientan-
do os eleitos a participarem
ativamente das "lutas" da
cidade. Hoje, vereadores
fazem reuniões de sindi-
cado, reuniões com morado-
res, e o tempo dirá até
que esta prática tem compro-
mido a verdade, ou não



Rosely Fonseca (a direita) quer transparência do Legislativo

Esse tipo de preocupação é
analisada pela vereadora Rosely
Fonseca (PT), que integra o gru-
po dos 26 novos vereadores elei-
tos em novembro passado. Para
Rose, vai ser mais "difícil fazer
a comunidade entender quem
realmente está comprometido
com suas lutas".

dades da população, poderá aju-
dar a definir o verdadeiro quadro
político da atual Câmara. Rose
sabe que o compromisso não po-
de estar somente preso a um dis-
curso, e sim inserido na prática
cotidiana do político.

Como forma de fazer com
que a população participe mais

ma, a vereadora se utilizará de
uma "bancada de rua", que con-
siste em uma barraca instalada
no Centro de Nova Iguaçu, que
além de fichas de filiação do seu
partido, souvenirs e outras for-
mas de propaganda, terá ainda
um painel mostrando o andamen-
to dos trabalhos no Legislativo
com projetos, nome de quem vo-
tou, de quem não votou, infor-
mações que possibilitem uma fi-
calização mais ativa por parte
do eleitor, daqueles que são, em
términos, a análise, os seus repre-
santes na administração muni-
cipal.

Rose sabe das dificulda-
des que irá encontrar na nova
preitada. "Eu sei do quan-
to emperrada a máquina burocrá-
tica da Câmara. Fui informada
da existência de uma força par-
te negativa, que representa in-
teresses, sempre discordantes
da maioria da população, que
luta contra aqueles que que-
rem transformar o Legislativo
em órgão realmente independen-
te. Espero que os novi-
zeiros se empenhem e,

Fonte: Jornal de Hoje, 11/04/1989.

ANEXO F – Reportagem do Jornal do Brasil em 4 de março de 2005

Título: **Ambientalista faz greve de fome**

Autor: Mariana Filgueiras

Funcionário do Ibama que seria o próximo da mesma lista de Dionísio Júlio protesta contra abandono do Tinguá O ambientalista e funcionário do Ibama Márcio Castro das Mercês, ameaçado de morte por caçadores e palmiteiros, está em greve de fome para chamar a atenção das autoridades. Ontem ele anunciou a greve ao entrar em uma gaiola, de onde só pretende sair se houver sinal dos governos de que haverá obras e mais recursos para a região. O gesto encerrou a manifestação realizada ontem pela manhã na Praça do Tinguá, em Nova Iguaçu. Márcio protesta contra as condições em que vivem os moradores do local, segundo ele sem saneamento básico. Assim como Dionísio Julio Ribeiro Filho, assassinado em 22 de fevereiro, ele é marcado para morrer, mas diz que não se intimida.

- Abri mão da proteção policial para tentar ajudar esta comunidade. A reserva abastece mais de 4 milhões de pessoas na Baixada Fluminense e, aqui do lado, a população precisa buscar água no rio. Só saio quando começarem as obras para trazer água encanada - desafiou Márcio. A cabana de sapê em que Márcio montou a gaiola tem apenas um colchonete e um agasalho. O estudante Douglas Silva, 16 anos, morador da comunidade da Biquinha, costuma buscar água na reserva com os irmãos todos os dias.

- Temos que ir mais de três vezes por dia porque não é possível caminhar tanto carregando o peso das garrafas - reclamou o menino.

A Cedae informou que já existe um projeto para levar um rede de abastecimento ao local, mas os estudos aguardam viabilização.

O deputado estadual Carlos Minc (PV/RJ) pediu ajuda ao secretário estadual de Segurança Pública, Marcelo Itagiba, para garantir a proteção de Márcio.

- Mesmo que ele não queira, vamos protegê-lo, sua vida vale muito para nós - disse o deputado.

O chefe de fiscalização da Reserva Biológica do Tinguá, Luiz Henrique dos Santos Teixeira, apoiou o gesto do ambientalista e se comprometeu a acompanhá-lo.

- Vou ficar numa casa próxima à cabana do Márcio, se ele precisar de alguma coisa. É uma atitude nobre e desesperada - disse Luiz Henrique.

O ato pacífico reuniu representantes do Ibama, da ONG Viva Rio, além de moradores e ativistas ambientais. O Ibama aderiu à campanha do desarmamento, entregando rifles,

espingardas e trabucos apreendidos ao longo de dois anos para serem destruídos junto com as gaiolas recolhidas nas casas de caçadores.

No encontro, mais seis ONGs aderiram ao Conselho Consultivo da Reserva Biológica de Tinguá. O Conselho encaminhou dois documentos ao Congresso Nacional, um exigindo a CPI da Terra na região e outro com um pedido de proteção para 12 pessoas ameaçadas de morte no local. Outras 11 ONGs já faziam parte do conselho e ajudam na gestão da reserva¹⁰⁹.

¹⁰⁹ Fonte: Jornal do Brasil, 04/03/2005, Rio, p. A14.

ANEXO G – Uma Baixada para além das fachadas

Otair Fernandes de Oliveira / Professor da UFRRJ, campus Nova Iguaçu/Instituto Multidisciplinar, Doutor em Ciências Sociais/UERJ e membro do Laboratório de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas – Leafro/UFRRJ, morador da Baixada Fluminense.

otairfernandes@hotmail.com

Jeania Maria / Jornalista e produtora cultural da Baixada Fluminense
jeania.jornalista@ig.com.br

O Brasil não conhece o Brasil. A frase é conhecida e intensamente vivida na Baixada fluminense, uma região castigada pelo preconceito e mal falada pela mídia pelas situações de violências e desigualdades sociais que carrega historicamente. Olhar para a Baixada além da fachada, das aparências, significa mergulhar nas suas límpidas águas e nas páginas da história do Brasil, de forma que os tesouros aqui existentes sejam cada vez mais visíveis e valorizados.

A Baixada Fluminense é uma região que ocupa grande parte do território do Estado do Rio de Janeiro e seu crescimento populacional e desenvolvimento sócio-econômico devem-se ao processo de urbanização e industrialização da cidade do Rio de Janeiro a partir dos anos 30 e 40, atraindo pessoas e famílias de várias partes do Brasil e do mundo, que vinham trabalhar na capital carioca na esperança de uma vida melhor.

Com um vasto território que acompanha o litoral preenchido por planícies e rios que já foram navegáveis, não há consenso na literatura especializada e entre os estudiosos da região onde começa e termina a Baixada Fluminense. Geograficamente, sabe-se que esta região compreende uma vasta área cortada por rios (Meriti-Pavuna, Iguassú, Estrela- -Inhomirim, Surui, Magé, Macacú e o Guaxindiba) que formam uma extensa bacia hidrográfica, a antiga Baixada da Guanabara, localizada entre as Bacias da Guanabara e de Sepetiba.

Desde os tempos coloniais até hoje, a região que forma a Baixada Fluminense contribui para o desenvolvimento do país. No ciclo da mineração (século XVIII) o Ouro das Minas Gerais escoava pela Estrada Real para Portugal e Inglaterra. No século XIX já se tinha na região os primeiros plantios do café transportado pela Estrada de Ferro Dom Pedro II partindo da estação de Rio D'Ouro. No século XX, a região exportava laranja transportada

pela via férrea e atualmente produtos industrializados são escoados pelas Rodovias Presidente Dutra e Washington Luiz.

No conjunto a Baixada Fluminense concentra cerca de 23% da população total do Estado do Rio de Janeiro (15.989.929 habitantes) ficando apenas abaixo da capital carioca.

Dos seus 3.688.227 habitantes, os afrobrasileiros (filhos dos africanos nascidos no Brasil) são maioria representando aproximadamente 63% do total (pretos + pardos), os brancos representam quase 35,7%, os amarelos 1,02% e os indígenas que já foram os únicos habitantes de todo território brasileiro representam apenas 0,89% do total dos habitantes da região, conforme o Censo Demográfico de 2010 realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, IBGE.

Politicamente, a Baixada Fluminense sempre reproduziu a política tradicional brasileira marcada por “ismos” como o clientelismo (“política do favor”), nepotismo (emprego de parentes na máquina pública) e patrimonialismo (privatização do poder público). Apesar de curral eleitoral de famílias tradicionais locais, nos anos 60 e 80 a região foi palco de grandes lutas políticas contra o autoritarismo e as desigualdades sociais reclamadas pelos movimentos sociais (moradia, saúde, negro, mulheres, outros).

Com a democratização ao longo dos anos 80, a Baixada passou a se destacar no cenário político estadual e nacional por ter sido decisiva na eleição de Leonel Brizola ao governo do Estado do Rio, fenômeno que chamou a atenção tendo em vista que era um político que foi exilado e estava recém chegado ao Brasil que ainda vivia sob a Ditadura Militar. A partir disso, políticos do estado se despertaram para a força do voto da Baixada.

Este potencial eleitoral atraiu outros candidatos de fora da região, que passaram a ser criticados pelas elites políticas locais que os chamavam de “políticos Copa do Mundo”, isto é, “aqueles que só aparecem de quatro em quatro anos”. Por conta disso, nos anos 90, um movimento em defesa do voto para candidatos moradores da região foi desencadeado e novos nomes surgiram no cenário político regional como Joca (em Belford Roxo), Zito (em Caxias) e Bornier (em Nova Iguaçu), dentre outros.

Paralelo a esses acontecimentos, e na contramão dessa lógica perversa, ao longo dos anos 90, surgiram manifestações de amor pela Baixada de pessoas, grupos e instituições que se mobilizaram em favor de uma imagem positiva da região como um todo. Exemplo disso foi a movimentação para divulgar a Serra do Vulcão pela turma do Voo Livre para os praticantes do esporte na Zona Sul da capital, atraindo artistas e jornalistas para a região. Nas artes plásticas, movimento dos artistas locais passou a expor trabalhos sobre o patrimônio histórico,

natural e humano da Baixada. No teatro e na dança, grupos passaram promover cursos e encontros de artistas de várias partes do Brasil e de outros Países para aperfeiçoamento técnico-artístico, com destaques para o Fórum de Cultura e o Encontrarte que acontecem até os dias de hoje. Grandes jornais cariocas se instalaram na região, sendo o primeiro a chegar o Jornal Última Hora, seguido pelo Jornal O Dia e depois pelo Jornal O Globo.

Essas manifestações positivas fizeram com que as belezas naturais, a população e a cultura baixadenses fossem cada vez mais valorizadas. Reforça isso o papel desempenhado pela imprensa local com destaque para o semanário Correio da Lavoura, o jornal mais antigo de Nova Iguaçu e talvez do Rio de Janeiro (fundado em 22 de março de 1917), ainda em circulação, além dos inúmeros projetos que passaram surgir na região como o “A BAIXADA É LINDA”, lançado durante a comemoração dos 500 anos do Brasil e o único material na ocasião que chamava atenção para a importância histórica nacional e ecológica da Baixada, através de cartaz informativo ilustrado com belas paisagens. Esse cartaz chegou a romper as fronteiras do Brasil, ao ser distribuído em grandes eventos, como o Congresso Nacional de Jornalistas, duas reuniões nacionais da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência – SBPC, e o Congresso Internacional de Pedagogia, realizado em Cuba, entre outros eventos

Além disso, a região abriga grupos e instituições que lutam pela valorização e preservação dos Patrimônios Históricos, Artísticos e Culturais como o Instituto Histórico Geográfico de Nova Iguaçu (IHGNI), o Instituto Histórico da Câmara Municipal de Duque de Caixas, O Instituto de Pesquisas e Análises Históricas e de Ciências Sociais da Baixada Fluminense – IPAHB (em Nilópolis) e o Instituto de Pesquisa Afro Cultural Odé Gbomi (em Nova Iguaçu), Trem da Harmonia Destino Baixada, dentre outros.

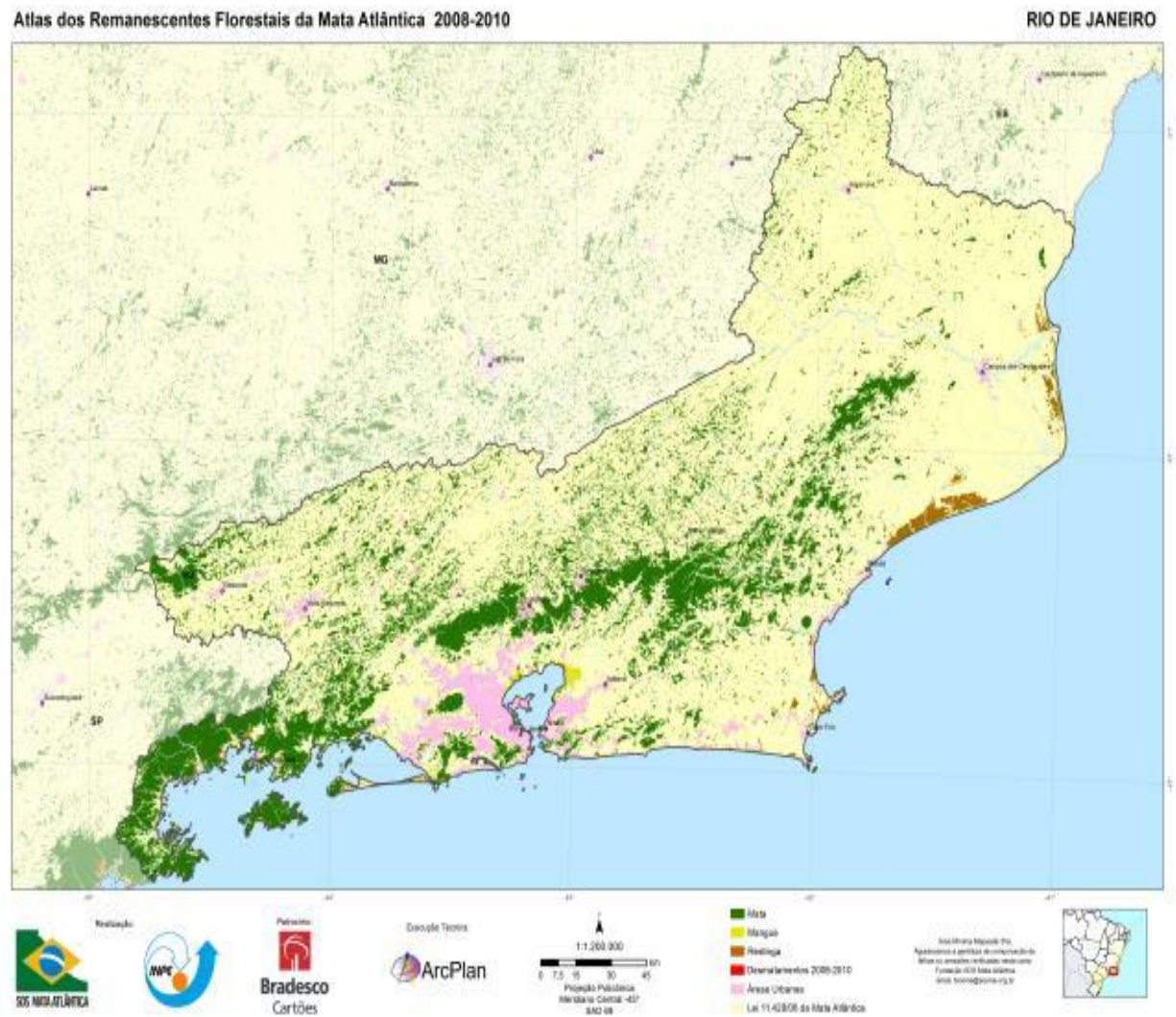
Ecologicamente, a Baixada Fluminense como um todo é um santuário com suas lindas cachoeiras, serras, parques e reservas com destaque para a Reserva Biológica do Tinguá. A causa ecológica passa a ser alvo de manifestações como a de Dona Dalva, conhecida guardiã das árvores urbanas de Nova Iguaçu, que se acorrentou em uma árvore em frente a uma agência bancária para chamar a atenção para a crueldade dos cortes e podas das árvores. Tudo isso e muito mais reforça a ideia: “a Baixada é linda, quem mora, ama a região é louco pela Baixada!”.

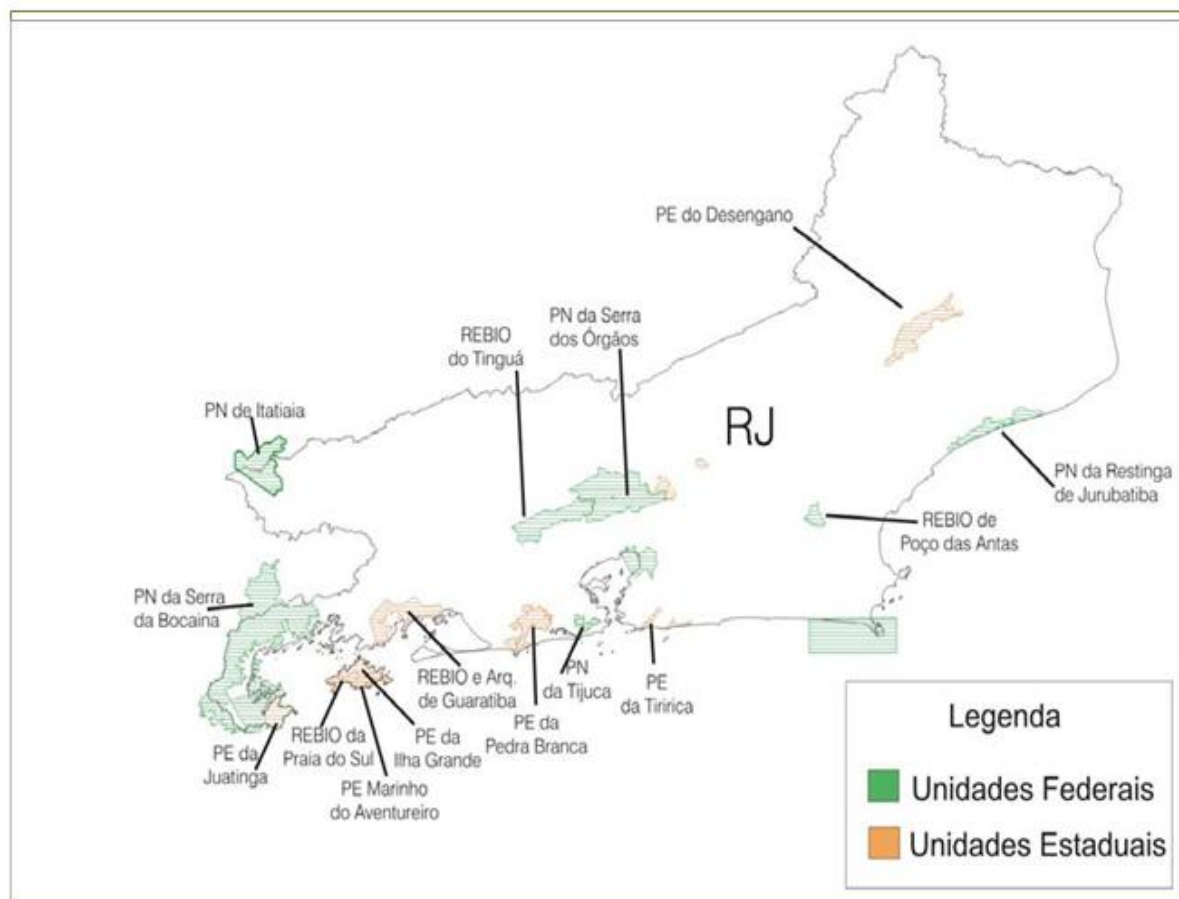
ANEXO H – Localização esquemática dos municípios da Baixada Fluminense, região onde se encontra a maior parte dos municípios pertencentes à Região da Rebio do Tinguá



Fonte: IPAHB, 2005.

ANEXO I – Remanescentes Florestais da Mata Atlântica – RJ 2010



ANEXO J – Unidades de Conservação no Estado do Rio de Janeiro

ANEXO K – Sítios Históricos da REBIO–Tinguá

Em resumo, podem-se assinalar como importantes sítios históricos para a pesquisa arqueológica e referencial histórico:

- o Fazenda São Bento (Duque de Caxias);**
- o Fazenda São Bernardino (Vila de Cava – Nova Iguaçu);**
- o Fazenda da Mandioca do Barão de Langsdorf (Inhomirim – Magé);**
- o Igreja do Pilar (Pilar – Duque de Caxias);**
- o Igreja Nossa Senhora da Piedade de Inhomirim (Inhomirim – Magé);**
- o Torre Sineira da Igreja de N. S. Piedade de Iguassú (Vila de Cava – Nova Iguaçu);**
- o Porto da Estrela (Estrela – Magé);**
- o Porto de Iguassú (Vila de Cava – Nova Iguaçu);**
- o Estrada do Comércio (Tinguá – Nova Iguaçu);**
- o Caminho Novo, variante do Proença (Inhomirim – Magé);**
- o Estação de Mauá (Mauá – Magé);**
- o Estação de Tinguá (Tinguá – Nova Iguaçu);**
- o Estação de Japeri (Japeri);**
- o Estação de Queimados (Queimados);**
- o Caminho do Imperador (Tinguá – Petrópolis);**
- o Aqueduto e captações de água (Tinguá - Nova Iguaçu).**

ANEXO L– Fotos da Igreja de Nossa Senhora da Piedade de Nova Iguassu em dois momentos distintos: (A) Foto sem data, da época em que Igreja ainda atendia à comunidade e (B) nos dias atuais, apenas a sineira, um remanescente de suas ruínas



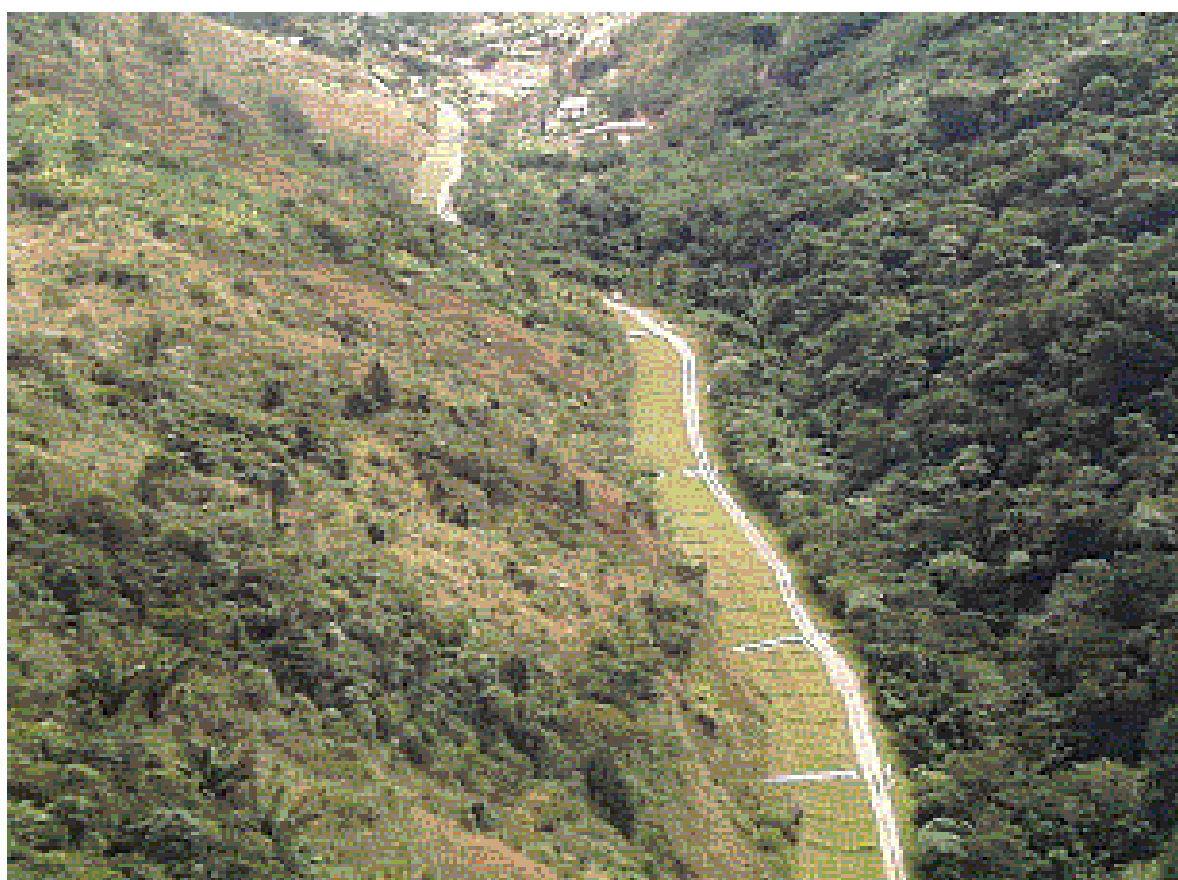
ANEXO M – Estação de Tinguá

Fonte: Instituto de Pesquisas e Análises Históricas e de Ciências Sociais da Baixada Fluminense – IPAHB

ANEXO N – Pontos de captação e armazenamento de água – Rebio Tinguá



ANEXO O – Dutos da Petrobrás que perpassam a Rebio Tinguá–transporte dutoviário





ANEXO P – Tipo de ocupação irregular nas margens do Rio Tinguá (Nova Iguaçu)



ANEXO Q – Tomada d'água da Barragem superior da captação de São Pedro, dentro da
Rebio do Tinguá



Fonte: SERLA, 1995.

ANEXO R – Vista do escritório da Companhia Estadual de Água e Esgoto, datado de 1880, localizada na captação do rio D'Ouro, Reserva Biológica do Tinguá, RJ



Foto: Giovanni Vinciprova

ANEXO S – Adornos na captação de água, no rio D'Ouro que remetem à época do império



Foto: Bomtempo.

ANEXO T – Detalhe lateral da Ponte de Colomi, de 1887, localizada na Reserva Biológica do Tinguá, na proximidade da captação Colomi



Foto: Giovanni Vinciprova.

ANEXO U – Cachoeira da Serra Velha, localizada na Reserva Biológica do Tinguá, RJ





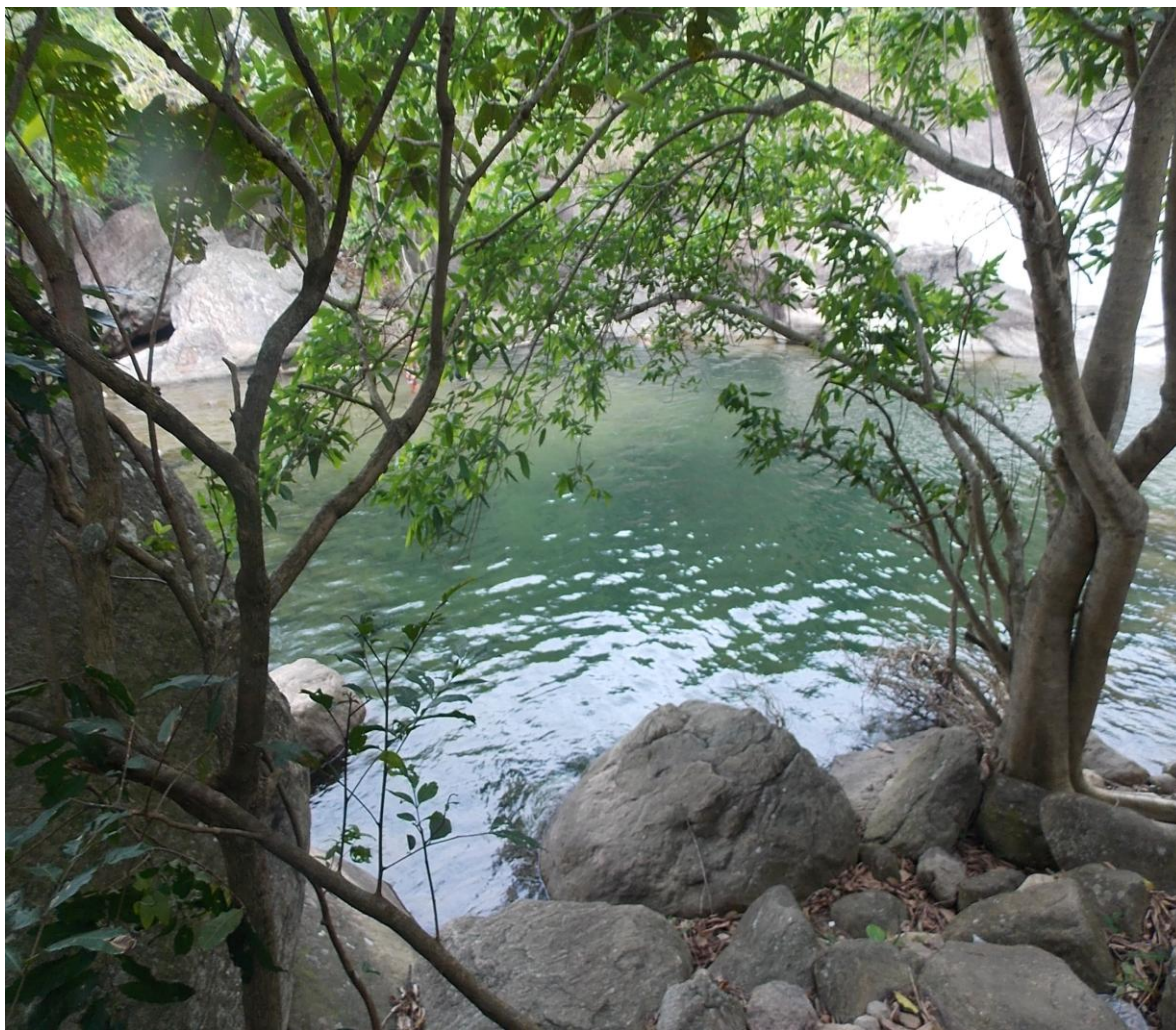


Foto: Giovanni Vinciprova.